

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FIC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

YSABELLA DE MEDEIROS PORTELA

**Narrativas sobre a saúde pública na *Secção Scientifica* do
Jornal *O Publicador Goyano* (1885-1892)**

GOIÂNIA
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Ysabella de Medeiros Portela

3. Título do trabalho

Narrativas sobre a saúde pública na Seção Científica do Jornal O Publicador Goyano (1885-1892)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Ysabella De Medeiros Portela, Discente**, em 17/09/2024, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Maria Ribeiro Borges, Professora do Magistério Superior**, em 08/10/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4829452** e o código CRC **7350A1C3**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FIC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

YSABELLA DE MEDEIROS PORTELA

Narrativas sobre a saúde pública na *Secção Scientifica* do Jornal *O Publicador Goyano* (1885-1892)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania

Linha de pesquisa: Mídia e Cultura

Orientação: Professora Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges

Prof^a. Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges
Professora Orientadora

Prof. Dr. Rogério Pereira Borges
Professor Convidado

Prof. Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa
Professor Convidado

Goiânia, agosto de 2024.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Portela, Ysabella de Medeiros
Narrativas sobre a saúde pública na Secção Scientifica do Jornal
O Publicador Goyano (1885-1892) [manuscrito] / Ysabella de
Medeiros Portela. - 2024.
CIX, 109 f.

Orientador: Prof. Rosana Maria Ribeiro Borges.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2024.
Bibliografia.

1. O Publicador Goyano. 2. Secção Scientifica. 3. José do
Patrocínio Marques Tocantins. 4. Saúde Pública. 5. Goiás século
XIX. I. Borges, Rosana Maria Ribeiro, orient. II. Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **35/2024** da sessão de Defesa de Dissertação de **Ysabella de Medeiros Portela**, que confere o título de Mestra em Comunicação, na área de concentração em **Comunicação, Cultura e Cidadania**.

Aos vinte e um dias de agosto de dois mil e vinte e quatro, a partir das oito horas, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“Narrativas sobre a saúde pública na Secção Científica do Jornal O Publicador Goyano (1885-1892)”**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Rosana Maria Ribeiro Borges (PPGCOM/FIC/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Rogério Pereira Borges (PPGCOM/FIC/UFG), membro titular interno e Professor Doutor Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa (UNL), membro titular externo, com a participação de todos por videoconferência. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Rosana Maria Ribeiro Borges, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, sendo que, na assinatura, o Professor Doutor Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa (UNL) será representado pela assinatura da vice-coordenadora do PPGCOM/FIC/UFG, Professora Doutora Ângela Teixeira de Moraes, aos vinte e um dias de agosto de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Maria Ribeiro Borges, Professora do Magistério Superior**, em 14/10/2024, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Teixeira De Moraes, Vice-Coordenadora de Pós-Graduação**, em 14/10/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Pereira Borges, Usuário Externo**, em 14/10/2024, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **4898478** e o código CRC **7649986A**.

Referência: Processo nº 23070.033726/2024-86

SEI nº 4898478

Dedico esta dissertação aos meus amados avós, que sempre incentivaram os meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo incentivo, apoio e amor de sempre. Aprendi com vocês sobre a importância de estudar e de como a educação é transformadora. Obrigada por serem luzes no meu caminho.

Agradeço a minha orientadora, Rosana Borges, pela paciência e por acreditar em mim. Eu a admiro e tenho muito orgulho de ter sido orientada por você.

Agradeço a minha amiga, Thauany Melo, por compartilhar os momentos sofríveis de uma pós-graduação e celebrar comigo cada conquista.

Agradeço ao meu marido, Luiz Filipe, obrigada por entender minhas ausências.

RESUMO

O trabalho investiga as narrativas sobre saúde pública na *Secção Scientifica* do jornal *O Publicador Goyano*, fundado por José do Patrocínio Marques Tocantins, jornalista negro, filho de um pai que foi escravizado, criado somente por sua mãe, nascido na Cidade de Goiás, antiga capital da Província e que é considerado uma exceção dentro da comunidade afrodescendente do século XIX. Seu jornal era enraizado nos escopos abolicionistas e republicanos e tinha uma editoria direcionada às discussões científicas, com temas pertinentes à saúde, à educação e à popularização do conhecimento científico. O trabalho elenca características sobre o periódico, seu fundador e a análise das edições da *Secção Scientifica* do periódicodisponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, Estudo de Caso como método e o Levantamento Bibliográfico, a Pesquisa Documental e Análise de Narrativas como instrumentos de coleta, sistematização e análise dos dados. O resultado deste estudo permitiu entender como o editorial do jornal, bem como seu idealizador, estavam alinhados com os pensamentos positivistas e de que forma a *Secção Scientifica* do periódico pôde contribuir com discussões acerca da popularização do conhecimento científico na Província de Goiás no século XIX.

Palavras-chave: O Publicador Goyano; Secção Scientifica; José do Patrocínio Marques Tocantins; Saúde Pública; Goiás século XIX.

ABSTRACT

The research investigates the narratives about public health in the *Secção Científica* of the periodic. *O Publicador Goyano*, founded by José do Patrocínio Marques Tocantins, a black journalist, son of a enslaved father, raised only by his mother, born in the city of Goiás, the former capital from the Province which is considered rare in the Afro-descendant community of the century XIX. His work was rooted in abolitionists and republicans scopes and it's editorship was focused on scientific discussions, with themes pertinent to health, education and popularization of scientific knowledge. This work lists characteristics about the periodical, its founder and the analysis of the editions of the *Secção Científica* on the newspaper available in the Hemeroteca Digital Brasileira. The research has a qualitative approach, using as method Case Study and instruments as Bibliographic Survey, Documentary Research and Narrative Analysis. The result of this study allowed us to understand how the periodic's editorial, as well as its creator, were aligned with positivist thoughts and how the periodical's *Secção Científica* was able to contribute to discussions about the popularization of scientific knowledge in the Province of Goiás in the century XIX.

Keywords: *O Publicador Goyano*; *Secção Científica*; José do Patrocínio Marques Tocantins; Public health; Goiás 19th century.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do jornal O Publicador Goyano em 1888	8
Figura 2 - Pintura do antigo templo da Loja Maçônica Asilo da Razão	20
Figura 3 - Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara	22
Figura 4 - Vista panorâmica de Vila Boa de Goiás (1803) - Torre e telhado da igreja Nossa Senhora do Rosário	25
Figura 5 - Cemitério Público de São Miguel Arcanjo	28
Figura 6 - Editorial da Revista do Rio de Janeiro	31
Figura 7 - Registro de instalação e funcionamento do prelo Marinoni	50
Figura 8 - Junção de anúncios da Typographia Perseverança	51
Figura 9 - Cabeçalho da primeira edição do jornal <i>O Publicador Goyano</i>	52
Figura 10 - José do Patrocínio Marques Tocantins	54
Figura 11 - Capa do jornal <i>O Publicador Goyano</i> ao noticiar a morte de <i>José do Patrocínio</i>	57
Figura 12 - Primeira edição da <i>Secção Scientifica</i>	59
Figura 13 - Segunda edição da <i>Secção Scientifica</i>	66
Figura 14 - Quinta edição da <i>Secção Scientifica</i> e a primeira discussão sobre saúde pública	69
Figura 15 - Quadro Claude Bernard e os seus discípulos, de Leon Augustin Lhermitte (1889)	71
Figura 16 - Principais Doenças Infecciosas na Cidade de Goiás 1864 - 1900	79
Figura 17 - Pasteur em seu laboratório na Escola Normal de Paris no século XIX	84
Figura 18 - Carta enviada por leitor reclama de obstrução de esgoto por construção de calçada	86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	10
2 CAMPO CIENTÍFICO, IMPRENSA E MEMÓRIA	16
2.1 HISTORICIDADE DO CAMPO CIENTÍFICO NO MUNDO, NO BRASIL E EM GOIÁS.....	16
2.2 A SAÚDE PÚBLICA NOS ANOS OITOCENTISTAS EM GOIÁS	22
2.3 RELAÇÃO ENTRE O CAMPO CIENTÍFICO E OS JORNAIS.....	29
2.4 MÍDIA, HISTÓRIA E CULTURA.....	32
2.5 A MEMÓRIA, OS JORNAIS E OS JORNALISTAS	37
2.5.1 Jornais como lugares de guardar memórias.....	39
2.5.2 Jornalistas como “senhores da memória”	42
3 A IMPRENSA GOIANA.....	45
3.1 SURGIMENTO DA IMPRENSA GOIANA NO SÉCULO XIX - PERÍODO DE EFERVESCÊNCIA POLÍTICA.....	45
3.2 JORNAL <i>O PUBLICADOR GOYANO</i>	49
3.3 JOSÉ DO PATROCÍNIO: MÚSICO, JORNALISTA E ABOLICIONISTA GOIANO.....	54
3.4 A <i>SECÇÃO SCIENTIFICA</i>	59
4 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A TENTATIVA DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA POR MEIO DAS NARRATIVAS SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA <i>SECÇÃO SCIENTIFICA</i> DO JORNAL <i>O PUBLICADOR GOYANO</i>	62
4.1 POSITIVISMO, EDUCAÇÃO E SAÚDE	64
4.2 NOVOS HÁBITOS DE HIGIENE.....	75
4.3 EXPERIÊNCIAS E AVANÇOS CIENTÍFICOS	81
4.4 LEITORES DIALOGAM SOBRE SAÚDE PÚBLICA	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

A tardia implantação da imprensa em Goiás é uma história que se apresenta como um “fenômeno social de resistência política e cultural” (Borges; Lima, 2008, p. 68). A narrativa de reocupação do território goiano iniciou no século XVIII com as expedições dos bandeirantes e, durante muito tempo, essa região foi somente uma rota de passagem para a exploração de terras ainda não conhecidas, com captura de mão-de-obra escravizada e evangelização de comunidades nativas.

O primeiro adentramento em Goiás foi autorizado pelo então rei de Portugal D. João V em 14 de junho de 1720, a pedido de Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado. A condição para a expedição era de que Bartolomeu Bueno da Silva, o comandante das tropas, conhecido mais tarde como Anhangüera, pudesse explorar os rios e as terras que descobrisse (Borges, 2020). Desde então, diversos expedicionários estrangeiros escreveram sobre a província o território goiano e o que viera a ser a Província de Goyaz, contudo, somente a partir de 1830, mais de um século depois, é que as atividades impressas nasceram em Goiás, um período histórico em que o território enfrentava uma situação econômica, política e social delicada, no qual era visto pelo Império do Brasil como um peso ao orçamento, “tendo em vista o esgotamento das jazidas de ouro, o isolamento geográfico e a inexpressividade econômica e política” (Borges; Lima, 2008, p. 71).

No território goiano, concebido ainda como Província de Goyaz, o pontapé das atividades jornalísticas se dá a partir de 1830, com a instalação da Tipografia D'Oliveira e, conseqüentemente, com as atividades impressas do jornal *A Matutina Meiapontense*, o primeiro periódico do Centro-Oeste brasileiro. Desde o primeiro momento da imprensa goiana com *A Matutina Meiapontense*, as publicações jornalísticas nunca se findaram, intensificando-se no final do século XIX e concentrando-se na capital da província, a antiga Vila Boa, hoje Cidade de Goiás e com suas manifestações intelectuais atreladas a condições políticas (Borges; Barbosa, 2024).

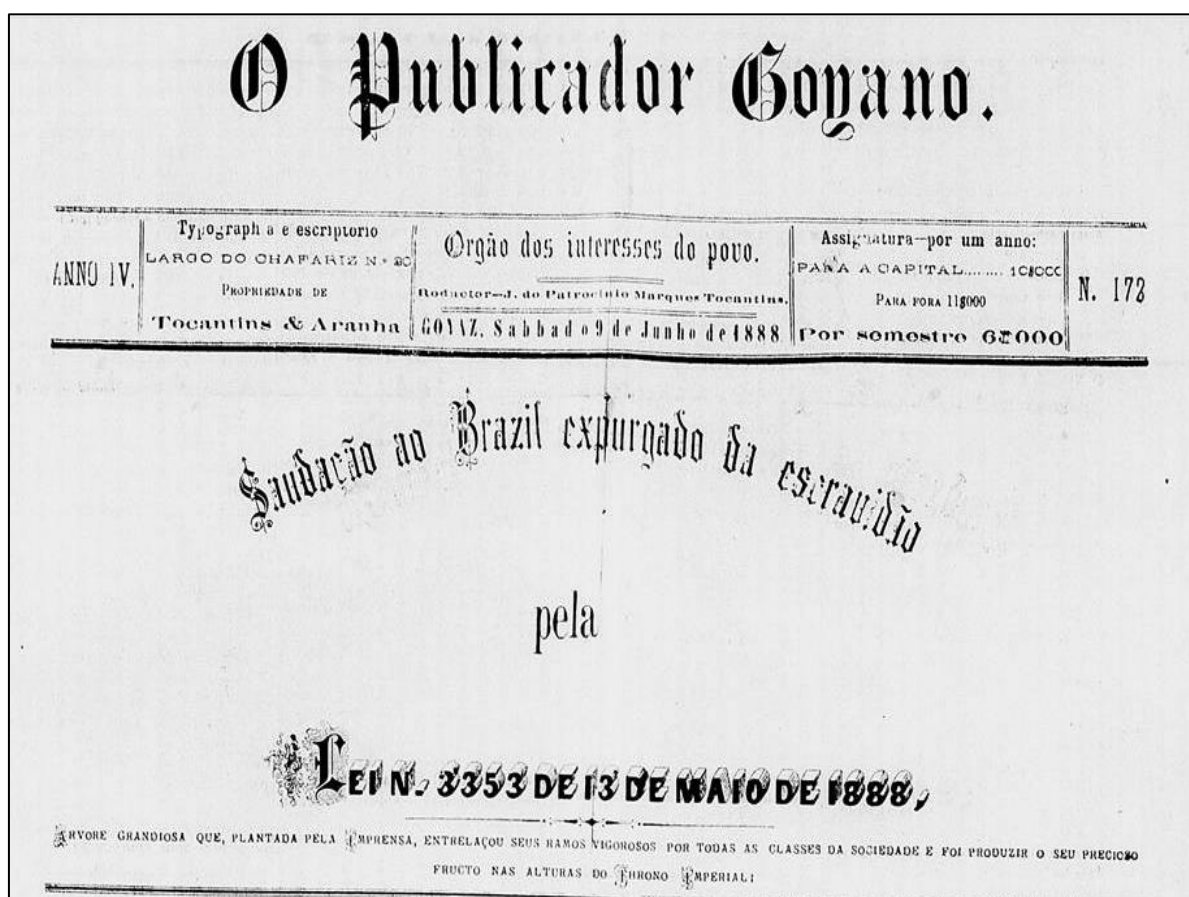
Borges e Lima (2008, p.70) afirmam que o jornalismo no Brasil surgiu no “ardor e clima dos movimentos políticos, diferentemente da Europa, que teve o desenvolvimento do jornalismo alicerçado principalmente nas necessidades mercadológicas do capitalismo comercial e industrial”. As autoras destacam ainda que a província de Goiás contribuiu com o cenário de efervescência da imprensa brasileira com *A Matutina Meiapontense*, momento no qual, conforme as autoras escrevem, o ideário republicano e liberal se espalhava pelo território brasileiro.

Conforme indicam Borges e Barbosa (2024), após a publicação de *A Matutina Meiapontense*, circularam em Goiás 58 periódicos, dos quais 55 eram jornais e 3 revistas. A maioria desses periódicos se concentrou na Cidade de Goiás, antiga capital, especialmente nas duas últimas décadas, em virtude dos movimentos abolicionista e republicano¹.

É justamente neste contexto que surge o jornal *O Publicador Goyano*, objeto de estudo dessa pesquisa. O periódico era de propriedade da empresa Tocantins & Aranha e foi lançado em 23 de fevereiro de 1885, com o jornalista abolicionista José do Patrocínio Marques Tocantins à sua frente. Sua tiragem era semanal, em dias indeterminados, e, segundo consta no próprio jornal, ele era produzido por uma tipografia e escritório situados no Largo do Chafariz, nº 20. O nome do periódico, conforme descrito na Secção Editorial, é “uma synthese que por si só diz muito ou diz tudo” (Ao Público, 1885, p. 1), colocando-se assim como um jornal que daria resumos das “noticias importantes dos jornaes brasileiros, europeus, &, promoverá, com toda a diligencia, os meios de tornar-se util a todas as classes da sociedade” (Programma, 1885, p. 1). Seu editorial era enraizado nos escopos abolicionistas e republicanos. Há, inclusive, na edição número 172, em 9 de junho de 1888, a manchete em celebração à Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. O periódico destaca que a abolição da escravatura foi plantada pela imprensa e, por isso, seus ramos fortes deram frutos por todas as classes da sociedade.

¹Apesar da quantidade de periódicos, ainda há poucos estudos que abordem a história da imprensa goiana, ou que tenham os jornais como fontes primárias de estudo.

Figura 1 - Capa do jornal O Publicador Goyano em 1888



Fonte: Jornal *O Publicador Goyano*, ano 3, n. 178, 9 jun 1888, p. 1.

Composto por quatro páginas, o *O Publicador Goyano* possuía suas editorias² divididas em *Memorandum*, *Secção Editorial*, *Collaboração*; *Secção Scientifica*; *Folhetim*; *Secção Litteraria*, *Secção Noticiosa*; *Um Pouco de Tudo*, *Secção Livre e Annuncios*. A editoria de interesse para essa pesquisa é a *Secção Scientifica*. Em sua primeira edição do periódico, é escrito sobre a importância de a imprensa levantar temas educacionais, como observa-se: “[...] sempre que pensamos nas multiplas utilidades da imprensa vem-nos a vaoguarda d’ellas os poderosos meios que presta à educação” (*Secção Scientifica*, 1885-a, p.2), fazendo jus à importância do conhecimento científico na linha editorial.

² No contexto do século XIX, o termo "editoria" não era empregado para designar as diferentes seções de um periódico. Entretanto, no desenvolvimento da presente dissertação, a autora optou por adotar essa terminologia com a finalidade de aprimorar a compreensão.

A partir da tendência liberal e abolicionista, Borges e Barbosa (2024) destacam que o *O Publicador Goyano*, desde sua primeira edição, promovia discussões sobre o positivismo e a ciência, além das pautas de liberdade de pensamento e imprensa estarem sempre presentes. As autoras ainda reiteram sobre o escopo político, noticioso e enciclopédico do jornal, sustentado na abolição da escravidão, instalação da República, laicidade e direitos humanos fundamentais. Há na *Secção Scientifica* vários relatos de textos relacionados a cuidados médicos e de interesse à saúde pública, como utilização de plantas medicinais e explicação popular do conhecimento científico aos seus leitores. Do mesmo modo, nas páginas do periódico, também é latente o esforço das elites goianas em prol de mudanças nos hábitos de higiene da população, o que justifica o alinhamento aos ideais positivistas e progressistas da época. Além disso, a introdução do cientificismo é percebida igualmente no esforço de popularizar a ciência, tornando-a aplicável no cotidiano da população.

Borges e Lima (2008) salientam que a historiografia da imprensa goiana apresenta lacunas, resultantes da carência de pesquisas e estudos, devido à ausência ou à escassez de trabalhos que abordem de maneira abrangente esses materiais. A ideia deste estudo surgiu a partir do interesse da pesquisadora pelo tema depois da construção de uma monografia para o Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo, por esta mesma universidade, intitulado como “A Ciência em jornais goianos do século XIX: registros, narrativas e historicidades”, defendido em 2021. A partir de levantamento bibliográfico realizado no decorrer desta pesquisa, não foram encontrados na área da Comunicação estudos focados na problemática da Saúde Pública centralizados nos jornais, reforçando assim a necessidade de ampliação de fontes históricas. Outra questão importante nesta pesquisa é a junção dos registros jornalísticos, alinhados com o contexto histórico, político e cultural da Província de Goiás no final do século XIX, possibilitando uma maior compreensão do fazer jornalístico daquela época e do modo de vida que emanava naquela sociedade.

Pelo exposto, a presente dissertação visa perceber como as narrativas científicas e evolucionistas pertinentes à temática de saúde pública eram apresentadas nas páginas da *Secção Scientifica* do jornal *O Publicador Goyano*, que circulou entre os anos de 1885 a 1892, bem como analisar de que

forma elas se articulavam com as questões inerentes à província de Goiás, para que se compreenda como ocorreu a construção narrativa sobre a saúde pública e a sua articulação com as questões da sociedade goiana oitocentista.

Noutros termos, a pesquisa investigou como os temas relacionados à saúde pública eram abordados na *Secção Científica* do jornal *O Publicador Goyano* para perceber como as narrativas científicas e evolucionistas eram apresentadas no periódico, a fim de identificar como a temática da saúde pública contribuiu para a formação de sentidos culturais na sociedade goiana do século XIX. Dessa forma, o trabalho se justifica pela contribuição à História de Goiás, no campo da Comunicação, visto que o *O Publicador Goyano* é um periódico ainda pouco estudado, o que demanda uma pesquisa documental em fontes primárias, ancorada na pesquisa bibliográfica histórica e na memória sociocultural do período em que ele estava inserido.

O corpo teórico adotado foi interdisciplinar para que se pudesse estabelecer as conexões com a História, Cultura, Memória e Sociedade, bem como contextualizar o ambiente sociocultural e econômico da Província de Goiás no século XIX. Para isso, baseado na definição de cultura e do contexto social da comunicação propostos por John B. Thompson (1995) foi estabelecido o diálogo com Maurice Halbwachs (1990) acerca da discussão sobre memória individual e coletiva. Para os estudos sobre a história da imprensa brasileira e do conceito de jornais como “lugares de memória” na sociedade, foi dialogado com Marialva Barbosa (1995, 2007, 2016, 2018) e Pierre Nora (1993). Sobre a história da imprensa goiana no século XIX, baseou-se nos estudos de Rosana Maria Ribeiro Borges e Angelita Pereira de Lima (2008) e Rosana Maria Ribeiro Borges e Marialva Barbosa (2024). Para o panorama da saúde pública em Goiás no século XIX, foi estabelecido diálogo com Sônia Maria de Magalhães (2004, 2005, 2011), Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (2012), Danilo Rabelo (2010) e Micael Herschmann e Carlos Alberto Pereira (1994), os quais possibilitaram abordar questões sobre alimentação, saúde, doenças e cuidados médicos.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, o trabalho adotou uma abordagem qualitativa, tendo como preocupação fundamental o levantamento de dados e a análise da *Secção Científico* jornal *O Publicador Goyano* em relação aos temas pertinentes à saúde pública. Portanto, utiliza o estudo de caso como método, triangulado pelos seguintes instrumentos metodológicos: Levantamento Bibliográfico, Pesquisa Documental e Análise de Narrativas.

A análise qualitativa é definida por Minayo (2012, p. 622) como “um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação”, tendo como base a compreensão, interpretação e dialética. A autora afirma ainda que, uma das principais características da abordagem qualitativa está relacionada com a compreensão de se colocar no lugar do outro, considerando suas singularidades e percebendo que a experiência e a vivência de uma pessoa estão relacionadas com a cultura do grupo em que ela está inserida. A autora alerta que “toda compreensão é parcial e inacabada” (Minayo, 2012, p. 623) e, por isso, o pesquisador deve estar ciente de que possui um entendimento contingente e incompleto acerca da interpretação do objeto de estudo. Na tentativa de compreensão e de entendimento das contradições, Minayo (2012, p. 623) destaca que é preciso considerar as características que envolvem “os efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses”.

O método escolhido para a realização da pesquisa foi o Estudo de Caso por considerar que este procedimento metodológico permite o amplo e detalhado conhecimento sobre um fenômeno. A definição sobre o Estudo de Caso, usada por Yin (2001, p. 32-33), é de que este método é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”, dessa forma, a pesquisa que possui como método o Estudo de Caso necessita, obrigatoriamente, basear-se em várias fontes de evidências, de modo que seus dados estejam convergindo de forma triangulada e, como resultado, “beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados”. Dessa maneira, este trabalho possui como tripé os seguintes instrumentos

metodológicos: o Levantamento Bibliográfico, a Pesquisa Documental (na *Secção Scientifica* do Jornal *O Publicador Goyano*) e a Análise de Narrativas.

Acerca da triangulação dos instrumentos metodológicos, Braga e Tuzzo (2016) entendem que a ideia de multimétodos em algumas pesquisas já é algo consolidado e que buscar resultados somente por um viés já é algo pouco aceito, assim, os olhares múltiplos e as buscas diversas, que são complementares, se firmam nas pesquisas qualitativas. Os autores entendem que uma investigação deve ser trabalhada a partir de três vértices e que essas são desenvolvidas de formas isoladas durante a pesquisa, de modo que marcam as estampas da pesquisa, mas que ao final compõem o “todo”.

O levantamento bibliográfico é uma ferramenta imprescindível para reunir informações acerca do tema de estudo e serve como um suporte para a pesquisa, reunindo as contribuições de diversos autores sobre um assunto. No que diz respeito à importância da pesquisa bibliográfica, Pizzaniet al (2012, p. 56) entendem que este aparato é um “esforço para descobrir o que já foi produzido cientificamente em uma determinada área do conhecimento” e, dessa maneira, “impulsiona o aprendizado, amadurecimento, os avanços e as novas descobertas nas diferentes áreas do conhecimento”.

No que tange aos documentos, essa pesquisa se debruçou a analisar todas as edições das *Secções Scientíficas* do jornal *O Publicador Goyano*, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional³ relacionadas à temática de saúde. A Hemeroteca Digital disponibiliza 127 edições do jornal, entre os anos 1885 e 1889, contudo, a *Secção Scientifica* aparece somente em 26 delas. Deste total, 16 estão relacionadas ao tema de interesse desta pesquisa e foram divididas para análise nas seguintes categorias: Positivismo, Educação e Saúde; Novos hábitos de higiene; e Experiências e avanços científicos. A divisão se deu para agrupar as seções que tinham afinidade temática, sendo a primeira mais próxima aos temas educacionais; a segunda pela tentativa de inserção dos novos modelos de higiene e a terceira pelos relatos científicos relacionados às pesquisas. Além da análise das seções, foi filtrado a expressão “saúde pública” para encontrar as ocorrências que se relacionassem ao assunto, sendo rastreadas oito

³ Site disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

publicações. Destas, a maioria é de cartas enviadas por leitores, as quais são explanadas na pesquisa.

O estudo nos periódicos se torna uma importante fonte de informações, pois o foco não está somente no conteúdo, mas na compreensão do contexto em que este documento está inserido, o que possibilita a compreensão de um processo histórico, conforme apontam Kripkaet *al* (2015). Para as autoras, esse tipo de investigação permite que o pesquisador “mergulhe” no campo de estudo e consiga captar diferentes perspectivas contidas nos documentos, visto que a pesquisa documental possibilita o estudo em um vasto acervo de materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise (fonte primária), que é justamente o que diferencia da pesquisa bibliográfica (fonte secundária).

Esta pesquisa consistiu na exploração das fontes documentais de “primeira mão”, delimitada por Gil (2008) como aquelas que não receberam qualquer tratamento analítico. O autor afirma que os documentos dos veículos comunicacionais e de imprensa possibilitam ao pesquisador “conhecer os mais variados aspectos da sociedade atual e também lidar com o passado histórico” (2008, p. 151). A partir da visão histórica, Gil (2008) destaca que a pesquisa documental possui uma eficiência muito grande para a pesquisa histórica, sendo provavelmente maior que a obtida com a utilização de outras fontes de dados.

Para Barbosa (2018), essa tentativa de acessar o passado através da interpretação e análise dos documentos, que chegam até o presente sob o aspecto de vestígios, está contaminada por subjetividades do pesquisador. Contudo, a autora afirma que é com base nessa possibilidade de novas interpretações, revisões e reformulações que o conhecimento científico pode avançar. Além disso, é preciso levar em conta a intencionalidade do documento, visto que “nenhuma produção documental é neutra e sua durabilidade também indica certa propensão a já ter sido produzida visando a uma possibilidade futura” (Barbosa, 2018, p. 22-23) e, por isso, deve-se considerar a relação deste documento com o seu contexto histórico, o qual apresenta o passado como um “portador de significâncias”.

O sentido da Análise de Narrativas, segundo Bastos e Biar (2015), está baseado no diálogo multidisciplinar ao observar os diferentes modos de se pensar as práticas humanas em diferentes espaços/tempo. Motta *et al* (2004, p.

36) afirmam que, ao analisar as narrativas presentes em um jornal, é necessário que o pesquisador realize um trabalho contínuo, uma vez que o discurso jornalístico está carregado de múltiplos sentidos, pois “não é uma única e isolada notícia onde encontraremos uma narrativa a contar uma história, mas num conjunto delas sobre o mesmo assunto, no contínuo acompanhamento de fatos que se sucedem [...]” (Motta *et al*, 2004), assim, possibilitando identificar e interpretar diferentes realidades. Bastos e Biar (2015, p. 102) elencam a Análise de Narrativa como uma ferramenta valiosa à medida que promove o diálogo com outras áreas do saber; se debruça sobre os estudos de diversos autores em diferentes contextos; repercute o entendimento da narrativa como uma prática social que ajuda a construir a realidade e desenvolve o entendimento sobre como essas práticas narrativas atuam nos processos de resistência e reformulação identitária. As autoras destacam que nessa análise é impossível haver uma distância do pesquisador em relação ao objeto e que é preciso ter cuidado com as generalizações fáceis e a simplificação do que é observado.

Ressalta-se que a autora escolheu a Análise de Narrativas como um dos instrumentos de coleta, pois o objetivo do trabalho era identificar as diferentes narrativas sobre a ciência na *Secção Scientifica*, ao invés de focar na construção discursiva propriamente dita. Para futuras ampliações da pesquisa, vislumbra-se a possibilidade de incorporar análises mais aprofundadas, tanto no que se refere à construção discursiva quanto à construção teórica.

A presente dissertação de Mestrado está estruturada em três capítulos e considerações finais. O primeiro localizou a historicidade do campo científico no mundo, no Brasil e em Goiás e debateu sobre como as teorias científicas e evolucionistas do século XIX influenciaram na escrita e nos temas abordados na *Secção Scientifica* do periódico, bem como se relacionaram às pautas presentes na província goiana oitocentista. Além disso, foi dissertado sobre a relação entre o campo científico e a imprensa periódica, bem como as relações entre jornalismo e memória.

O segundo capítulo discorreu sobre as atividades impressas no mundo, no Brasil e em Goiás, em especial, destacando-se os aspectos socioculturais, políticos e econômicos que propiciaram o surgimento dos periódicos, bem como seus personagens envolvidos.

O terceiro capítulo dedicou-se à apresentação e análise de todas as edições da *Secção Scientifica* disponíveis que tratavam da temática de interesse deste trabalho, dividindo-as por categoria para a melhor compreensão dos temas. Além disso, foram analisadas cartas de leitores enviadas ao periódico para que pudesse compreender como o debate sobre temas científicos circulavam pela Província.

Por fim, nas considerações finais percebeu-se que os temas prioritários da *Secção Scientifica* eram relacionados à saúde e à educação, buscando uma popularização da ciência e promoção de debates para a melhoria da sociedade.

2 CAMPO CIENTÍFICO, IMPRENSA E MEMÓRIA

Neste capítulo, foi dissertado sobre o campo científico (no mundo, no Brasil e em Goiás no século XIX) e abordada a relação do campo científico com a imprensa periódica. A partir disso, discutiu-se sobre o jornalismo e como os jornais se consagram como lugares de guardar memória.

2.1 HISTORICIDADE DO CAMPO CIENTÍFICO NO MUNDO, NO BRASIL E EM GOIÁS

Ao dissertar sobre a afirmação do campo científico ao longo da história, é preciso destacar a influência do Positivismo e, de forma especial, da Maçonaria, bem como seus interesses políticos pela laicidade do Estado, distanciamento da monarquia e abolição da escravatura. Faustino e Gasparin (2001) explicam que o Positivismo surgiu no século XIX, num contexto no qual havia a necessidade de organização da sociedade. Republicanos e liberais franceses se rebelaram contra a monarquia, e os operários iniciaram uma série de revoltas contra a exploração do trabalho. A partir da ascensão da burguesia ao poder, e a Revolução Industrial, uma nova realidade surgiu, completamente desvinculada dos dogmas do pensamento religioso que predominavam no período anterior. Neste cenário, apresenta-se a ordem como condição fundamental para o progresso da humanidade:

Através do uso de métodos de investigação, como a observação, experimentação, dedução e comparação, a ciência se apresenta, nesse período, como um instrumento capaz de desvendar, explicar e resolver os problemas enfrentados pela humanidade. Para tanto, fazia-se necessário descobrir, através de pressupostos científicos, as leis ou postulados que regiam o mundo, para que a realidade pudesse se tornar inteligível (Faustino; Gasparin, 2001, p. 158).

Faustino e Gasparin (2001) afirmam que a sociedade contemporânea é resultado da organização social que se originou, ainda no século XVIII, consolidando-se no século seguinte e estabelecendo o capitalismo como o modo de produção dominante. Os autores, ao analisarem o contexto da Revolução Industrial, concluem que ela não apenas mudou a forma de produzir

e comercializar produtos, mas impôs uma nova forma de vida e das relações de trabalho pois, durante esse período, a produção em grande escala de bens de consumo, impulsionada pela mecanização e pela industrialização, provocou uma série de mudanças sociais, econômicas e políticas:

Com o enriquecimento surgido através da produção em grande escala de bens de consumo, ou seja, de mercadorias, criou-se a necessidade do aperfeiçoamento da produção e da expansão do mercado consumidor. Essas transformações atingiram toda a estrutura social, causando inúmeros protestos, revoltas e guerras, levados a cabo por aqueles que ficaram excluídos dos benefícios dessa nova fonte de produção de riquezas (Faustino; Gasparin, 2001, p. 158).

A partir desta nova concepção industrial em constante crescimento, os autores afirmam que foi criada a ideia de um progresso contínuo na sociedade e todas as manifestações que pudessem ameaçar o referido processo eram rejeitadas. Os detentores do poder econômico e, por conseguinte, do poder político, perceberam rapidamente a necessidade da ordem como meio de assegurar o contínuo “avanço” (Faustino; Gasparin, 2001).

O Positivismo, a partir da narrativa do progresso contínuo, embalou também a afirmação do campo científico, sendo observado questionamentos a dogmas antigos. As explicações científicas passam agora a serem entendidas através da natureza, com a aplicação de métodos objetivos e eficazes, buscando tornar a ciência útil ao indivíduo (Faustino; Gasparin, 2001). Esse pensamento se intensificou no decorrer do século XIX e pôde ser observado no seio da sociedade oitocentista goiana, conforme será exposto no decorrer deste trabalho a partir da análise das edições do jornal *O Publicador Goyano*.

A maçonaria desempenhou um papel significativo na promoção do pensamento científico e mudança de governo durante o século XIX, em consonância com o Positivismo. A partir dos seus próprios princípios: liberdade, igualdade e fraternidade, essa ordem defende a separação entre as instituições religiosas e governamentais, em busca de formas de governos mais laicas e distantes da monarquia, conforme explica Amaral (2017):

A Maçonaria é aqui considerada um locus potencial e agregador, como um espaço de sociabilidade, de intelectuais que fundamentam ideias que se consolidam no processo de implantação da República. Os maçons, que no seu espaço coletivo, as lojas maçônicas,

compartilhavam aspectos do ideário liberal e positivista, buscaram uma nova sociedade baseada na ordem e no progresso. Serão eles que, nas suas individualidades, com sua atuação político-cultural como indivíduos, mas que pertencem a um grupo (ou grupos) que os orienta e sinaliza caminhos, pensaram e organizaram a possibilidade de implantação de um novo regime. Um regime que se opunha ao escravismo, às práticas monárquicas e às influências clericais e jesuíticas, consideradas retrógradas e ultrapassadas, defendendo o laicismo no campo educacional (Amaral, 2017, p. 58).

Colussi (2000) afirma que os maçons foram os principais porta-vozes dos posicionamentos anticlericais nos anos oitocentistas, utilizando-se da imprensa, da política, associações e clubes (literários e filantrópicos) no combate aos privilégios da religião católica, sobretudo no campo educacional.

[...] quando se tratava de educação, defendia o ensino laico em contraposição à obrigatoriedade do ensino religioso; quando tratava-se da ausência de registro civil, de nascimento e casamento, acusava-se a Igreja Católica de manipular esse monopólio, desrespeitando as liberdades individuais de crença. [...] Cabe ressaltar, que ser anticlerical não era uma exclusividade maçônica. A maior parte da elite política e intelectual bebia na mesma fonte que os maçons. O pensamento liberal e cientificista encontrou um campo fértil e prosperou em diversos segmentos da sociedade brasileira. Assim, quando a maçonaria procurou atrair os setores sociais mais ilustrados em defesa da secularização da sociedade, encontrou muitos adeptos (Colussi, 2000, p. 47-48).

A autora destaca que o anticlericalismo permeava diversos segmentos da sociedade, refletindo uma postura crítica em relação à influência da Igreja nas esferas social e política. Os maçons encontraram no ensino e na educação instrumentos para a difusão do ideário liberal e racionalista, visto que a realidade educacional no território brasileiro era precária.

Segundo Azevedo (1996), precisar o momento exato sobre a fundação da maçonaria seria uma tarefa vã. Em diálogo com Naudon (1963), a autora explica que desde o século XIII, na Inglaterra, paralelamente aos grupos de artesãos que estavam sob a égide de um feudo, existiam também grupos de artesãos que tinham ampla liberdade de circulação, privilégio este concedido pela Igreja Católica. Sob a tutela da religião, esses grupos “desenvolveram confrarias laicas de artesãos privilegiados conhecidos na época como os *francs-mestiers*” (Azevedo, 1996, p. 180). De acordo com seu estudo, as preocupações das sociedades de franco-maçons estavam atreladas às suas bases operativas:

As preocupações de ordem teórica e cultural como a solidariedade de culto, os deveres religiosos e filantrópicos, o papel educativo ou de transmissão de vastos saberes como a geometria, a arte, a filosofia e a teologia aos seus filiados estiveram sempre presentes entre as metas profissionais. Mas, gozando de privilégios desconhecidos em outras confrarias de ofício, os franco-maçons aprofundaram rapidamente o caráter especulativo de suas organizações. Isto se deu sobretudo a partir do ingresso de membros “aceitos”, ou seja, estranhos, porém agregados à profissão, entre eles filósofos hermetistas e alquimistas (Azevedo, 1996, p. 180).

Ainda dialogando com Naudon (1963), Azevedo (1996) explica que a maçonaria atraía estudiosos e era o único ofício, durante a Idade Média e início da Renascença, que não era localizado, pois mantinha “laços organizativos entre cidades e mesmo entre países, o que garantia a proteção e a acolhida de irmãos em trânsito” (Azevedo, 1996, p. 181). Segundo Azevedo (1996), as primeiras lojas maçônicas surgiram no início do século XVIII, na Grã-Bretanha, sendo as primeiras de origem escocesas, seguidas das inglesas. Azevedo (1996) diz, a partir de Jacob (1931), que após o surgimento das primeiras lojas, os critérios operários para se tornar um membro deixam de ser considerados e estes passaram a ser apenas pela maneira de ser, ou seja, deveriam ser alfabetizados, possuir um bom caráter e ter condições de arcar com as cotas que deveriam ser pagas.

Azevedo (1996) explica que depois deste período, a partir da nova roupagem para aceitar os membros, a maçonaria se expandiu rapidamente pela Europa, havendo lojas maçônicas na maioria dos países. Já no Brasil, a autora afirma que a primeira loja maçônica brasileira foi criada em 1801, no Rio de Janeiro, denominada Reunião, vinculada ao Oriente da Ilha da França. Em 1802, fundou-se a segunda loja, na Bahia, chamada Virtude e Razão. Dois anos depois, chegou ao Rio de Janeiro outras duas lojas maçônicas de origem portuguesa, Constância e Filantropia. Ao longo dos anos, no território brasileiro, lojas de origens belga e inglesas também foram fundadas (Azevedo, 1996).

Goiás teve a abertura de sua primeira loja maçônica em 21 de agosto de 1835, a Loja Azylo da Razão, às margens do Rio Vermelho (Nunes, 2024). O autor relata que, inicialmente, a loja estava sediada em Cuiabá, no Mato Grosso, sendo chamada de “Razão número 4”, porém, para escapar da perseguição contra a Maçonaria naquela época, alguns de seus membros

fundadores migraram para o território goiano e ali reergueram sua loja. Nunes (2024) registra que a loja goiana foi a quarta fundada no país, pois esta era a mesma de Cuiabá, porém, pelo registro tardio – 30 anos depois de sua fundação, ela recebeu o número 167.

Figura 2 - Pintura do antigo templo da Loja Maçônica Asilo da Razão



Fonte: Loja Maçônica Asilo da Razão 0167. Pintura feita pela artista plástica Eliania Silva⁴

Ainda de acordo com Nunes (2024), a loja maçônica proibia que seus membros tivessem pessoas escravizadas, por entender que deveria haver uma “coerência entre o que se prega e o que se pratica” (Nunes, 2004). Além disso, o autor afirma que a loja Azylo da Razão arrecadava fundos para comprar

⁴ Disponível em: <https://www.masonic.com.br/lojas/0167.html>. Acesso em 17 jan 2024.

cartas de alforrias e que, ao chegar a notícia da Lei Áurea na antiga Vila Boa, em 1888, a lei já não tinha efeito nenhum, pois a maçonaria já havia libertado todos os escravizados. Sant’Anna (2013) afirma que a associação, não só apoiava o abolicionismo, mas a partir dela foram criadas comissões organizadas que faziam o levantamento dos números de escravizados. Ela era composta por vários intelectuais, como Felix de Bulhões, “mas também fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, monarquistas, conservadores, liberais e republicanos” (Sant’Anna, 2013, p. 101). Ao considerar a afirmação de Borges e Barbosa (2024) de que os maçons foram os “[...] grandes precursores da filosofia positivista no Brasil e em Goiás, bem como notáveis defensores do Estado laico e dos direitos civis (Borges; Barbosa, 2024, p. 359), vale destacar o artigo 1º da Constituição da Maçonaria do Brasil⁵ (1866):

A Ordem Maçônica no Brasil é a associação geral de homens livres, respeitadores das leis do paiz e dos preceitos daa moral, confraternizados para **propagação das luzes, conhecimento e protecção das sciencias e artes**, e para socorro mutuo e exercício da beneficencia (Constituição, 1866, grifos nossos).

No contexto nacional, Herschmann e Pereira (1994) afirmam que a década de 1870 foi um importante marco no processo de institucionalização da ciência. Os autores destacam que o período é tão importante quanto a década de 1820-1830, quando houve a criação das primeiras instituições, cursos superiores e revistas médicas e que, nos grandes centros, os cientistas “[...] reivindicavam para si a condução do processo “civilizador”, atacando o ensino tradicional “bacharelesco”, evocavam a necessidade de conhecimentos “verdadeiros e “úteis” (Herschmann; Pereira, 1994, p. 57).

De acordo com os estudiosos, foi crescente, durante a década de 1870, uma “nova medicina”, a qual permitiu que profissionais (geralmente médicos, educadores e engenheiros) ocupassem status privilegiados na sociedade. Questões relacionadas à higiene, saúde e educação deveriam ser incentivadas e organizadas, assim, surgiu a figura do médico “missionário”, cujo objetivo era a busca pela “cura” e intervenção nos problemas de saúde da população. Associado a medicina “preventiva”, esses profissionais incorporaram o

⁵ Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 5 maio 2024.

ambiente urbano como alvo de reflexão e, gradualmente, conseguiram se colocar como agentes indispensáveis ao Estado (Herschmann; Pereira, 1994).

2.2 A SAÚDE PÚBLICA NOS ANOS OITOCENTISTAS EM GOIÁS

Na segunda metade do século XIX foi fundado na província de Goiás o primeiro hospital civil do território, o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, em 1825. Mesmo com a criação da unidade de saúde, Magalhães (2011) reitera que as pessoas da época se valiam de plantas e raízes medicinais, que eram cultivadas nos arredores de suas casas, para tratar doenças. Além disso, o hospital, por ter uma condição financeira precária, não tinha como atender toda a população.

Figura 3 - Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara



Fonte: Institucional do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara - 196 anos de História⁶

Ainda segundo a autora, sua criação teve como objetivo servir de abrigo aos enfermos pobres e indigentes, acolhendo homens livres e escravos. Os desamparados eram atendidos desde que os apresentassem um atestado de pobreza emitido pelo pároco ou pelo governo da província. Já os escravizados

⁶ Imagem retirada da seção Institucional do site do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara. Disponível em: <http://www.hospitalsaopedro.org.br/institucional/>. Acesso em 1 abr. 2023.

deveriam ter os custos pagos pelos seus senhores. O local também atendia os soldados do exército que moravam na província e os presos da cadeia pública.

Ao internar-se, o paciente deixava tudo o que possuía na entrada, recebia três camisas, três calças, dois pratos, uma tigela, uma moringa e dois copos um para água e outro, menor, para os remédios. O médico prestava atendimento aos pacientes algumas vezes por semana, ocasiões em que prescrevia a terapêutica, da qual se incumbiam os enfermeiros (Magalhães, 2004, p. 662).

A instituição funcionava não só como um nosocômio, mas se aproximava do que se conhece hoje em dia como assistência social, pois além dos cuidados com as enfermidades, ela “abarcava funções e princípios caritativos cristãos, recolhendo alienados, menores abandonados, assistindo aos encarcerados, doentes e necessitados e, posteriormente, enterrando gratuitamente os indigentes” (Magalhães, 2004, p. 663). Segundo Rabelo (2010), o saber médico no século XIX tinha como objetivo controlar a saúde e o corpo das pessoas mais pobres para que essas se tornassem mais úteis ao trabalho e menos perigosas para os mais abastados. Esses perigos dizem respeito às questões relacionadas aos hábitos de higiene, habitação e alimentação da época.

Até o final do século XIX, o campo da medicina era rodeado pela teoria miasmática. Há, inclusive, na *Secção Scientifica* do *O Publicador Goyano*, artigos que tratam do assunto. De acordo com essa teoria, surtos epidêmicos de doenças infecciosas eram causados pela qualidade do ambiente em que as pessoas viviam:

Assim, criou-se certa mentalidade preventiva que orientou as ações públicas a partir da observação de que certos tipos de enfermidades ocorriam com mais frequência, e várias epidemias e males contagiosos surgiam como consequência da falta de higiene, da deficiência alimentar, do saneamento precário ou inexistente, e até mesmo em decorrência de certas condições climáticas locais. Assim, os higienistas se esforçaram desde logo em definir imperativos cuja prática garantia a salubridade do ambiente (Magalhães, 2005, p. 459).

Ainda de acordo com Magalhães (2005), com o avançar do século XIX, os médicos locais e os administradores da província passaram a responsabilizar a localização e a arquitetura da cidade como fatores determinantes para as doenças mais comuns.

Magalhães (2005) afirma que foi somente com a promulgação da Lei das Atribuições das Câmaras de 1828 e das Posturas Municipais de Goiás de 1830 que os administradores da Província estabeleceram uma organização do espaço urbano, incluindo a arborização das praças, a canalização das águas dos chafarizes e a proibição de animais pastando nas ruas. Além disso, pessoas com moléstias contagiosas eram afastadas dos centros urbanos e colocadas em imóveis isolados. No final do século XIX, o inspetor de Saúde José Netto Carneiro, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia⁷, elencou, segundo Magalhães (2005, p. 460) nove pontos de melhoria sanitária em Goiás:

1. remoção do cemitério para fora da cidade; 2. canalização da água para o abastecimento público; 3. proibição da circulação de animais dentro da cidade; 4. estabelecimento de redes de esgotos nas casas e nas ruas desembocando em um coletor até o Rio Vermelho; 5. remoção da enfermaria militar e do hospital São Pedro de Alcântara para fora da cidade; 6. limpeza do córrego Manoel Gomes; 7. drenagem e limpeza do Largo Municipal; 8. maior rigor por parte da Câmara Municipal no cumprimento de suas posturas referentes à higiene pública; 9. maior rigor na limpeza dos edifícios públicos (Magalhães, 2005, p. 460).

Na figura 4, é possível ter uma noção de como era a Vila Boa neste contexto estudado, com residências amontoadas e envolta por montanhas.

⁷ Informação retirada do Dicionário Bibliográfico Brasileiro, escrito por Augusto Blake, em 1899.

Figura 4 - Vista panorâmica de Vila Boa de Goiás (1803) - Torre e telhado da igreja Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Documentos avulsos da Capitania de Goiás (1731-1822)⁸

Na primeira edição do jornal *O Publicador Goyano*, um texto intitulado como “Salubridade publica” e veiculado na editoria de *Collaboração*, aborda sobre os péssimos hábitos de higiene na população e afirma que a indiferença dos moradores frente aos problemas se assemelha a um suicídio coletivo:

[...] Oh!, povo, a tua indiferença se assemelha à um suicídio; pois, conheces as causas das febres perniciosas, que roubão-te a existencia e não buscas removel-as?! Quanto mais ingrato for o clima de um paiz, tanto mais devem os seus habitantes trabalhar pela saude publica; ora, o do nosso por sua natureza é insalubre, solo humido, entretanto, é duro confessar-se muito pouca importancia se presta à salubridade publica (La Voix, 1885, p. 2).

De acordo com o periódico, as condições de vida na província pioravam nos tempos chuvosos e o mês de outubro era considerado a época mais perigosa do ano, pois o obituário era aumentado consideravelmente pois as

⁸ Imagem retirada do Catálogo de verbetes dos documentos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa (PT). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1019905/mss1019905.pdf. Acesso em 2 abr 2023.

regras de higiene não eram seguidas. Segundo o texto, as primeiras chuvas surpreendiam os moradores pois os lixos cercavam toda a província, então, ao entrar na fase de decomposição, as substâncias que evaporaram, contaminavam todo o ar. Há, inclusive, neste artigo, a denúncia de que os dirigentes da província não davam quase nenhuma importância a esses problemas e que, cada um, deveria fazer a sua parte:

[...] É obrigatório que cada um, em particular, trabalhando para o seu próprio bem, cuide em trazer limpas as frentes de suas casas e os quintais das mesmas; porque, a si a edilidade e os seus munícipes se coadjuvarem mutuamente tendo em vista o mesmo fim conseguirão o desaparecimento completo das febres que nos apresentam, com os caracteres graves das que grassam nos grandes centros populosos; finalmente, gozaremos saúde. Muito nos alegraremos se a nossa franca voz rasgando columnas de ar for repercutir fortemente nos ouvidos dos Srs. camaristas e que estes patriotas como são prestem atenção ao nosso appello, porque assim estaremos certos de que temos prestado a causa publica um pequeno serviço” (La Voix, 1885, p. 2).

Magalhães (2004) explica que saúde pública sempre foi uma questão deixada em segundo plano no Brasil e que a responsabilidade pelas medidas sanitárias cabia a cada brasileiro individualmente. No período colonial, a saúde ficou a cargo do Conselho Municipal e das autoridades da Coroa. De 1828 a 1850, os serviços relacionados à saúde eram de responsabilidade dos municípios através das Câmaras. De 1850 a 1889, houve no Império a criação de órgãos direcionados para tratar somente sobre essas questões e, em seguida, em cada município, entidades subordinadas a um órgão principal, sendo que os municípios legislavam sobre a saúde pública. Em Goiás, o hospital era gerido pela província e, nos seus anos iniciais, sobrevivia com doações e esmolas oferecidas pelas pessoas mais abastadas.

Segundo o levantamento de Magalhães (2004), em 10 de julho de 1832, o governo imperial decretou que o hospital receberia de um conto a 200 mil-réis anuais para o seu único rendimento. Durante alguns anos, o hospital recebeu subvenção do governo provincial durante o Império, que possibilitou a ampliação de seu serviço social e em reformas no edifício, mas, ainda assim, é afirmado que a contabilidade do local ficava a desejar e o financeiro desorganizado, além da ausência de clareza nas movimentações de receita e despesa. Ao longo dos anos, a autora pontua que houve divergências entre o

governo provincial e a justa administrativa do hospital, mas os repasses continuaram, visto que a entidade era a única que prestava assistência aos doentes e desamparados.

Mesmo sendo o único na Província, Magalhães (2004) afirma que as péssimas condições de funcionamento faziam com que a população procurasse amparo no lugar somente em último caso, quando não tivesse alguém que os tratasse em casa, além de que o tempo da terapêutica representava o isolamento do enfermo de sua família. Segundo seus estudos, os maiores problemas estavam nas enfermarias dos pobres, que não tinham asseio e nem mesmo utensílios.

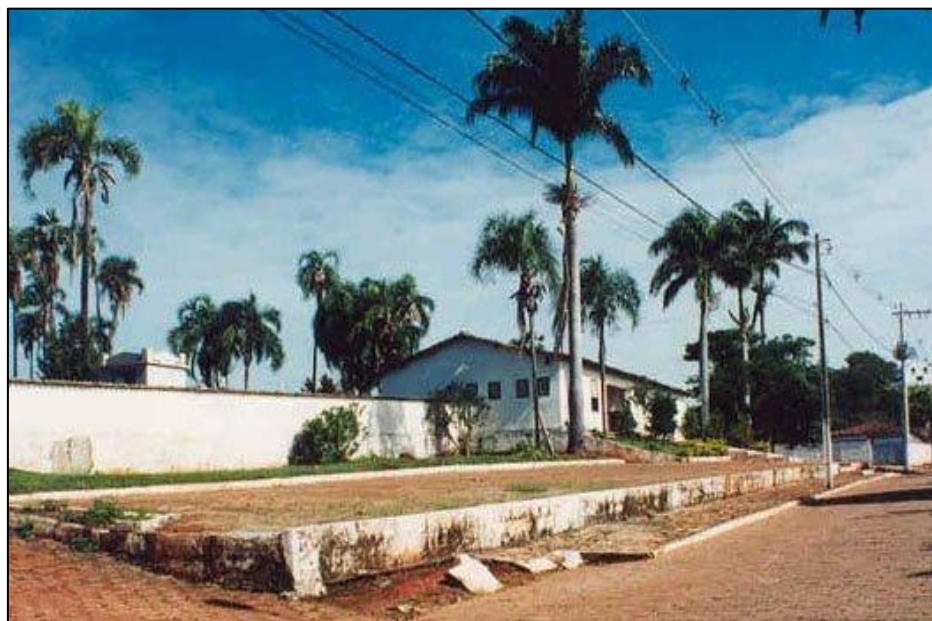
As enfermarias acolhiam os pacientes em camas ou no chão, o que acontecia muitas vezes, em decorrência da falta de leitos. Muitas pessoas traziam de casa esteiras, que serviam para recostar o corpo e muitas vezes de mortalha. Ao longo dos anos, os administradores investiram na infra-estrutura do edifício, suprimindo-o de água e esgoto (Magalhães, 2004, p. 676).

Mesmo com melhorias pontuais, a própria localização do hospital era um incômodo, visto que é próximo a margem do Rio Vermelho, em um terreno que se enterravam muitos corpos, o que contribuiu para que o governo provincial priorizasse a criação do cemitério público. A necessidade de se ter um cemitério na Vila Boa era vista desde o início do século XIX. No primeiro jornal de Goiás, *A Matutina Meiapontense*, uma carta enviada pela leitora-redatora RosseiraZellosa, em 1830, queixava-se das condições sanitárias na província:

No dia 2 de 9br.º do corrente, dia em que se ccelebraõ os Divinos Officios pelas Almas dos nossos fieis defuntos, me achei na Cathedral desta Cidade de Goyaz para enviar as minhas Orações ao Todo Poderozo, e elle as distribuir pelas Almas, quando de improviso me vi a tacada do mais execrando fedor que extendia-se por toda a Igreja, de maneira que não só eu como as de mais Senhoras assaz fatigadas e possuídas de uma intima dor de cabeça maldisiamos deste modo. Será possível que os homêsestejaõtaõ faltos de temor de Deos, que se animem a enxer a sua Santa Caza de cadáveres os mais idiondos? Será crível que estejaõ alucinados, ou faltos de olfacto para o não sentirem o quao danoso hé semelhante abuzo para o bem publico? [...] a terra está bastante insopada, e pela sua grande canceira já não admite que sepossa sepultar mais nimguem, por isso que o seu maóalito talvez tenha contaminado á todos os povos” (Zellosa, 1830, p. 3-4).

A precariedade para enterrar corpos na Vila Boa perdurou por muitos anos até a criação do Cemitério Público de São Miguel Arcanjo, em 1859. Pelo relato da RosseiraZellosa, é possível observar que, como não havia protocolos para os enterros, o solo da província ficou saturado pela quantidade de cadáveres, gerando o encharcamento da terra e odor.

Figura 5 - Cemitério Público de São Miguel Arcanjo



Fonte: Site Arte Funerária⁹

Em 1856, o presidente da província, Antônio Augusto Pereira da Cunha, enviou um ofício expedindo uma ordem para que o cemitério fosse construído. Rezende e Magalhães (2022) explicam que a concepção do cemitério se deu, tanto pela necessidade de acabar com os enterramentos nas igrejas da capital, como também para que servisse como uma fonte de renda para o Hospital de Caridade de São Pedro de Alcântara, que ficava responsável pela documentação dos defuntos.

A partir disso, é possível verificar um novo comportamento nos atos concernentes à morte, tendo em vista que as regulamentações no campo da higiene forneceram as bases para a criação de espaços, fora da área urbana, destinados exclusivamente ao enterro dos mortos (Rezende; Magalhães, 2022, p. 208).

⁹ Disponível em: <https://www.artefunerariabrasil.com.br/camiterio/cemiterio-sao-miguel/#peculiaridades>. Acesso em 02 abr 2023.

Mesmo com a criação do cemitério, as pesquisadoras encontraram relatos do presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, em 1862, alegando que ainda enterravam pessoas dentro das igrejas.

Ainda n'esta província se fazem os enterramentos nas igrejas. A decencia do culto e a saúde publica exigem uma completa extincção de semelhante abuso. Varias leis de annos anteriores impozerão aos fazendeiros, e agricultores uma taxa annua applicada à construcção de cemitérios em todas as parochias da província. A primitiva lei, que data de 15 de novembro de 1856, nunca teve execução, suas disposições vem ainda consignadas no artigo 49 da lei de 31 de julho do anno passado, obrigando os fazendeiros á mesma contribuição anual sob pena de serem multados em 2\$000 rs, os que se negarem ao pagamento (Sociedade Goiana de Cultura, 1998 *apud* Rezende; Magalhães, 2022, p. 208).

Outro relatório, cerca de 10 anos depois, apresentado por Antero Cícero de Assis, advertia que Goiás ainda era uma das poucas províncias onde o costume de enterrar corpos dentro das igrejas perdurava. O cemitério permanece ativo até os dias atuais, sendo administrado pela Prefeitura da Cidade de Goiás.

2.3 RELAÇÃO ENTRE O CAMPO CIENTÍFICO E OS JORNAIS

A partir de outros jornais goianos do século XIX, como a exemplo, o primeiro jornal do Centro-Oeste, *A Matutina Meiapontense*, ainda em meados de 1830, já era possível perceber a aparição do método científico nas suas páginas. Este campo era veiculado por diversas áreas do conhecimento, como a educacional, saúde e agricultura. A melhor forma para mostrar o “mundo das ciências” para os leitores dos jornais era pela aplicabilidade da ciência útil. Além disso, é importante destacar que as ideias positivistas presentes nos periódicos associavam a cientificidade à civilidade.

Conforme estudo realizado por Moreira e Massarani (2002) sobre os aspectos históricos da divulgação científica no Brasil, as primeiras iniciativas organizadas de difusão da ciência só são percebidas a partir do século XIX, quando a Corte Portuguesa chega ao Brasil (1808), período marcado por mudanças políticas e administrativas. Ao interesse deste trabalho, é também neste momento em que deixa de existir a proibição de impressão de materiais no território, a partir da criação da Imprensa Régia, em 1810.

Com a criação da Imprensa Régia, em 1810, textos e manuais voltados para a educação científica, embora em número reduzido, começaram a ser publicados ou, pelo menos, difundidos no país. Vários deles eram manuais para o ensino das primeiras academias de engenharia e medicina, em geral traduzidos de autores franceses. Nesse período, os primeiros jornais como *A Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota* e o *Correio Braziliense* (editado na Inglaterra) publicaram artigos e notícias relacionados à ciência. Em *O Patriota*, que duraria apenas dois anos, entre 1813 e 1814, vieram à luz vários artigos de cunho científico ou divulgativo (Moreira; Massarani, 2002, p. 45).

No território goiano, neste período, sequer havia algum periódico, visto que o *Matutina Meiapontense* surgiria somente depois de duas décadas, estando, então, em completo isolamento político, social e cultural. Moreira e Massarani (2002) explicam que a partir da segunda metade do século XIX, foi observado o otimismo em relação aos benefícios do progresso científico, sobretudo em decorrência da Segunda Revolução Industrial ocorrida na Europa, contudo, qualquer movimentação relacionada ao que poderia ser chamado de pesquisa científica no Brasil ainda era muito tímido.

Naquele momento, o que poderia ser chamado de pesquisa científica no país era ainda restrito a pouquíssimas pessoas, estrangeiros residentes ou de passagem pelo país ou brasileiros que seguiram cursos em instituições estrangeiras. As atividades eram geralmente realizadas de forma individual e em algumas poucas áreas como astronomia, ciências naturais e doenças tropicais. O número de instituições de nível superior continuava muito baixo, e elas eram quase todas voltadas para a formação profissional de engenheiros ou médicos. O quadro geral da instrução pública e da educação científica era extremamente restrito e limitado a uma pequena elite; o analfabetismo atingia mais de 80% da população e o Brasil era um dos poucos países em que ainda existia escravidão (Moreira; Massarani, 2002, p. 45-46).

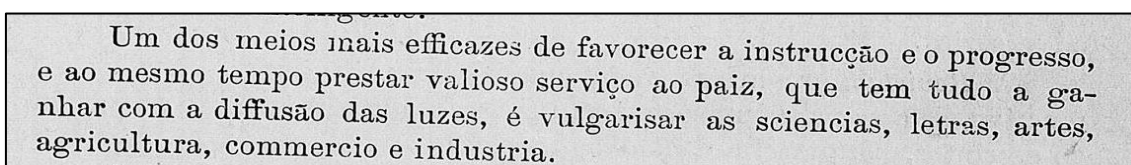
Os autores explicam que nesta época surgiu entre a elite detentora do conhecimento grande interesse ligado à temática e que, ao analisar o catálogo da Biblioteca Nacional, observa-se que foram criados, no século XIX, cerca de sete mil periódicos, dos quais, aproximadamente, trezentos¹⁰ podem ser relacionados à ciência. O levantamento mostra ainda que o crescimento do

¹⁰ Os autores chegaram a este número ao filtrar os títulos dos jornais pela palavra “científico” ou “ciência”. Contudo, eles afirmam que mesmo trazendo o título de científico, havia pouco material com conteúdo de ciência, sendo observado somente notícias curtas ou curiosidades científicas.

número de jornais se deu entre os anos de 1850 a 1880, sendo que o crescimento dos periódicos relacionados à ciência se deu a partir de 1860 e teve seu ápice em 1875. É importante ressaltar que o trabalho feito por Moreira e Massarani (2002) aborda o contexto nacional, contudo, é possível afirmar que em Goiás o crescimento do número de periódicos se dá no mesmo período, especificamente, a partir dos anos 1880.

Um dos exemplos levantados por Moreira e Massarani (2002) sobre revistas ligadas à ciência que surgiram no Brasil no século XIX, é a Revista do Rio de Janeiro. Em seu primeiro editorial, foi exposto:

Figura 6 - Editorial da Revista do Rio de Janeiro



Um dos meios mais efficazes de favorecer a instrucção e o progresso, e ao mesmo tempo prestar valioso serviço ao paiz, que tem tudo a ganhar com a diffusão das luzes, é vulgarisar as sciencias, letras, artes, agricultura, commercio e industria.

Fonte: Revista do Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1 jan. 1876, p. 4

Observa-se que a popularização da ciência, das letras, artes, agricultura, comércio e indústria é defendida como um caminho para o progresso e a educação. A revista, segundo levantamento dos autores, em seus dois volumes publicados no primeiro ano, 21% de seus artigos eram de divulgação científica, 18% técnicos e 4% de notícias relacionadas ao tema científico. Outro ponto a ser considerado, é o relacionado às conferências públicas sobre ciências realizadas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e as exposições nacionais.

Moreira e Massarani (2002) relatam que havia a participação da população nas conferências, com uma comunicação ativa sobre o tema apresentado e uma adesão volumosa às exposições - realizadas no Rio de Janeiro, chegando a alcançar uma média de mais de 1.100 visitantes por dia na primeira (1862) e na segunda, em 1866, quase 53 mil visitantes no total (Moreira; Massarani, 2002, p. 48). Ainda, segundo Moreira e Massarani (2002), nos eventos eram tratados sobre diferentes assuntos, como doenças, bebidas alcoólicas, ginástica, clima, educação, entre outros. É mencionado que a criação de museus, os quais tinham como objetivo difundir os conhecimentos e

os estudos das ciências naturais e despertar o interesse pelas pesquisas científicas. Um exemplo importante de ser pontuado é o do Museu Paraense, o qual tinha em seu regulamento, aprovado em 1894, como seu principal objetivo a “[...] vulgarização” da História Natural e etnologia do estado do Pará e da Amazônia em particular, e do Brasil, da América do Sul e do continente americano em geral” (Regimento do Museu Paraense *apud* Moreira; Massarani, 2002, p. 50). Além disso, Moreira e Massarani (2002) destacam que foram realizadas várias conferências no local, as quais superaram a expectativa de público e teve a presença de várias autoridades, como governadores de diferentes estados.

Ao analisar a movimentação acerca dos temas científicos e da tentativa de popularização da ciência, com o surgimento de periódicos e revistas dedicados ao assunto, conferências, expedições e museus, infere-se que havia o interesse da sociedade no tema e, sobretudo, na sua difusão. Ainda considerando o que pontuam Moreira e Massarani (2002), é possível inferir que, apesar dos principais eventos serem concentrados nos grandes centros, os estrangeiros que passaram pelo Brasil em expedição por lugares mais remotos, ao interagirem com a população local, também despertavam ali interesses pelo conhecimento. Os estudiosos salientam que a divulgação da ciência nesse período era feita por homens, geralmente professores, engenheiros ou médicos e que o caráter predominante das publicações era pela aplicação prática deste ensino.

2.4 MÍDIA, HISTÓRIA E CULTURA

Considerando a comunicação como uma prática social, Souza (2022, p. 58) afirma que “[...] as instituições e veículos de comunicação e de jornalismo não apenas fazem parte da cultura enquanto produtos culturais, como também são meios para as manifestações de uma sociedade [...]”, dessa forma, para a autora, os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na produção de história e memória, fazendo parte das sociedades não somente enquanto produtos culturais, mas também como meios pelos quais os próprios agrupamentos sociais se manifestam, produzindo sentido para os processos

históricos e culturais em diferentes espaços políticos, econômicos, artísticos e sociais.

Ao relacionar comunicação e as memória de uma sociedade, Souza (2022, p. 59), considera que “[...] a história e a memória coletiva estão em um contínuo processo de construção, envolvendo escrita, interpretação e reinterpretação, tendo um lugar privilegiado nos meios de comunicação e podendo ser repassada por gerações”, dessa forma, os veículos comunicacionais e de jornalismo atuam nas aparições e silenciamentos, mostrando quem ou o que deve ou não ser debatido no presente e/ou lembrado no futuro, num movimento que os reinvestem de relevância histórica. Essa produção de sentidos se relaciona com o significado de cultura, o qual é compartilhado por estudiosos de várias disciplinas.

Para Thompson (1995, p. 175), ao analisar cultura, tem-se uma gama de significados, que descrevem e redescrevem “ações e expressões que já são significativas para os próprios indivíduos que estão produzindo, percebendo e interpretando essas ações e expressões no curso de sua vida diária”. Essas análises, segundo o autor, são abordagens sobre um mundo que já é constantemente descrito e interpretado pelos próprios sujeitos, estando ligado à produção de sentido.

Thompson (1995) caracteriza o termo cultura a partir de duas concepções: a descritiva e a simbólica. A primeira, o autor refere-se a um conjunto de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas de um determinado grupo em um determinado período histórico. A segunda significa que os fenômenos culturais são simbólicos e o estudo da cultura está associado a esta interpretação.

A partir desta teia de simbolismos, o autor formula a “concepção estrutural” de cultura, no qual afirma que os fenômenos culturais podem ser entendidos como formas simbólicas, segundo a qual a comunicação não é somente uma questão de tecnologia, mas também de expressões significativas de vários tipos que são “produzidas, transmitidas e recebidas por meio de tecnologias desenvolvidas pela indústria da mídia” (Thompson, 1995, p.167).

Com base nos estudos de Borges (2013) acerca da construção de um conceito sobre cultura, a autora, a partir de Chaui (2008), explica que a palavra

surgiu do verbo latino *colere*, e que, em sua origem, significa o cultivo e o cuidado:

Inicialmente, era o cultivo e o cuidado com a terra, donde agricultura, com as crianças, donde puericultura, e com os deuses e o sagrado, donde culto. Como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz a plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios (Chauí, 2008, p.55).

Borges (2013) analisa os apontamentos de Chauí (2008) e estabelece que com o passar do tempo, o conceito de cultura foi ressignificado e, a partir do século XVIII, com a chegada do Iluminismo, este passou a ser sinônimo de civilização, o qual refere-se a vida política e regime político. A partir do Iluminismo europeu, Chauí (2008) afirma que a cultura passa a ser um termômetro que mede a civilização de uma sociedade:

Assim, a cultura passa a ser encarada como um conjunto de práticas (artes, ciências, técnicas, filosofia, os ofícios) que permite avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos, segundo um critério de evolução. No conceito de cultura introduz-se a ideia de tempo, mas de um tempo muito preciso, isto é, contínuo, linear e evolutivo, de tal modo que, pouco a pouco, cultura torna-se sinônimo de progresso. Avalia-se o progresso de uma civilização pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traz a uma civilização (Chauí, 2008, p. 55).

Para Borges (2013), esse conceito iluminista de cultura está associado à noção de progresso, no qual as sociedades começaram a ser avaliadas de acordo com a presença ou ausência de alguns elementos, “[...] sob a lente do eurocentrismo, não eram civilizadas e nem contavam com “desenvolvimento” cultural” (Borges, 2013, p. 74). Segundo a autora, essa concepção legitimou aos europeus as várias investidas colonizadoras e imperialistas pelo mundo, inclusive no Brasil. Chauí (2008) explica que foi somente a partir da segunda metade do século XIX que a cultura passa a ser compreendida como um produto histórico:

A partir de então, o termo cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo agora entendida como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de

parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a ideia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano (Chauí, 2008, p. 57).

Considerando os apontamentos de Chauí (2008) sobre o conceito de cultura, Borges (2013) afirma que “[...] a cultura é mediadora do mundo e da existência, além de também ser reguladora de práticas sociais” (Borges, 2013, p.74), sendo assim, a cultura é apresentada como tudo que envolve uma sociedade, bem como as questões de exploração econômica, de dominação política e, conseqüentemente, exclusão social. Borges (2013, p. 74-75) explica que a cultura, por ser um produto histórico, ela não é fixa e perpétua: é construída e reconstruída a partir das interações sociais:

É por isso que não existe somente uma cultura, embora muitas vezes se tente impor valores culturais hegemônicos ou determinar que um elemento cultural seja o preponderante. E é por isso também que a cultura não é algo fixo nem único. Quando sua historicidade é afirmada no espaço e no tempo, pode-se então compreender o como e o porquê das existências de diferentes culturas, inclusive no seio de uma mesma sociedade e dentro de um mesmo território (Borges, 2013, p. 74-75).

A partir da reflexão do papel da cultura na transformação da sociedade, é necessário considerar também o papel importantíssimo do plano da linguagem, o qual é pautado neste trabalho pelos meios comunicacionais. Barbosa (2007) relaciona mídia e história como um “universo de possíveis”: a comunicação vê na história uma possibilidade de adentrar e recuperar, neste passado, fontes que podem trazer o passado para o presente, enquanto a história considera os meios de comunicação como ferramentas que auxiliam na compreensão de um passado a partir de uma visão mais ampla.

Barbosa (2007), ao considerar a história como um ato comunicacional, refere-se, grosso modo, acerca do papel do historiador, como a procura de rastros deixados do sucesso ou fracasso de indivíduos em busca da verdade sobre estes fatos. Já a comunicação tem em si a expectativa de uma história

única: aquela que contamos e que ninguém ainda foi capaz de escrever igual. A autora afirma que é a partir de restos e vestígios daquilo que já se foi, que se pode recontar histórias que envolvem, prioritariamente, as ações comunicacionais do passado, que estão fixadas em espaços, no tempo e em nas inter-relações.

Este movimento se refere, fundamentalmente, à memória coletiva, proposta por Halbwachs (1993). Parada (2007, p. 39) afirma que o estudo da formação social da memória é o “estudo daqueles atos de transferência que fazem a lembrança possível” e que isso significa isolar e considerar em detalhes os significados que estão presentes nas sociedades, como as cerimônias comemorativas, as atividades físicas e, de forma especial, os atos comunicacionais, ou seja, os produtos jornalísticos, sendo estes importantes agentes na construção da memória de uma sociedade.

A partir dos diferentes meios em que os veículos de comunicação se expressam, sejam eles noticiosos, publicitários, lúdicos, educativos e/ou informativos, é difícil, ou até mesmo impossível, imaginar uma sociedade que não esteja permeada por eles. “A mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea” (Silverstone, 2002, p. 12), afirma o pesquisador sobre os motivos pelos quais os meios de comunicação se tornam importantes. Hjarvard (2014) estabelece que já não é possível conceber a mídia como algo separado das instituições culturais e sociais, sendo um dever dos pesquisadores, “tentar compreender de que forma as instituições sociais e os processos culturais mudaram de caráter, função e estrutura em resposta à onipresença dos meios de comunicação” (Hjarvard, 2014, p. 15).

Para compreender como os meios de comunicação modificam e transformam a sociedade e, vice-versa, é preciso aprofundar sobre sua dimensão social, cultural, política, econômica e entendê-los como algo que influencia a compreensão sobre o mundo e, sobretudo, examiná-los como um processo que permanece em constante desenvolvimento.

Silverstone (2002) compreende que esse processo é eternamente social e a mídia produz significados que filtram e moldam “realidades cotidianas por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção

do senso comum” (Silverstone, 2002, p. 20), ponto central, segundo o autor, para fundamentar o estudo da mídia. Ele destaca que a mídia não opera sobre a sociedade como uma força desencarnada enquanto o ser humano não reage, mas que faz parte da realidade em que o ser humano é participante e que a sustenta diariamente através das interações diárias. Essas interações se dão através da identificação do material midiático e do leitor/telespectador. Um mesmo acontecimento pode impactar grupos de diferentes formas e o que irá importar é o significado que os sujeitos dão a ele.

Ao considerar o papel do jornalista, que possui a capacidade de selecionar acontecimentos que serão midiaticizados, a partir dos critérios da própria produção da notícias e dos interesses dos veículos de comunicação, Barbosa (1995, p. 1) diz que “na medida em que é papel da mídia reter assuntos que, guardando identificação com o leitor, precisam ser permanentemente atualizados”, os jornalistas têm o lugar privilegiado de selecionar temas que merecem ser lembrados e esquecer outros, conforme critério subjetivos.

Esse lugar privilegiado será analisado posteriormente a partir da concepção dos jornais como “lugar de memória”. Ao escolher a angulação, o que considera mais ou menos relevante para uma notícia e qual linguagem será usada, o acontecimento narrado pelo jornalista vai além de um produto midiático, ele contribui para a construção histórica da realidade futura e atribui significados a essa realidade.

2.5 A MEMÓRIA, OS JORNAIS E OS JORNALISTAS

As relações entre sociedade e memória são o centro dos estudos de Halbwachs (1990), sendo que para ele a memória é construída em grupo e o indivíduo que possui a capacidade de lembrar está sempre inserido em um grupo de referência. Tal grupo é entendido por Halbwachs (1990) como algum grupo no qual o indivíduo já fez parte e possui uma identificação. Esse círculo não precisa estar presente fisicamente, mas é necessário que haja a possibilidade do indivíduo poder retomar os modos de pensamento e a

experiência em comum que tiveram. Essa possibilidade e, consequente vitalidade do grupo, é o que constitui a lembrança.

Halbwachs (1990) afirma que podemos distingui-la em uma memória interior, ou pessoal e outra exterior, ou social, as quais também são chamadas de memória autobiográfica e memória histórica, posteriormente sendo compreendidas como memória individual (obra póstuma) e coletiva. Para o autor, a primeira se apoia na segunda, visto que o ser humano está inserido em um grupo social e, naturalmente, a segunda é bem mais ampla que a primeira.

Ao considerar que a memória individual possui natureza social e apoia-se na memória coletiva, Halbwachs (1990) afirma que a unificação dessa memória entre os indivíduos acontece através da linguagem. Para que uma memória possa ser reconstituída, não é preciso criar “peça por peça” de um acontecimento, mas é necessário que haja uma concordância entre os indivíduos em relação aos acontecimentos:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuarem a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim poderemos compreender que uma lembrança pode ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (Halbwachs, 1990, p. 34).

Dessa maneira, o autor postula que a reconstituição da memória é realizada não pela memória individual, mas a partir da memória de outras pessoas e/ou grupos, desde que haja essa concordância dos acontecimentos. Isso acontece porque a memória individual é encarada como um ponto de vista sobre o coletivo. Assim, o sociólogo observa que é o indivíduo que lembra, contudo, o grupo é que define o que deve ou não ser lembrado.

Halbwachs (1990) afirma ainda que o esforço da rememoração, mesmo que seja para localizar lembranças na memória individual, se caracteriza como algo social, visto que é feito por associações culturais. O autor destaca que por

mais que a memória coletiva envolva as memórias individuais, ela não se confunde com elas:

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (Halbwachs, 1990, p. 143).

A partir do exposto, é possível inferir que se lembrar do passado é visitar uma memória, é preciso que essa lembrança seja preservada, o que não é uma tarefa fácil para a sociedade informatizada contemporânea, na qual os acontecimentos bombardeiam as mentes das pessoas se tornam cada vez mais imediatistas e passageiros. Ao considerar o imaginário social, que não é como uma máquina em que pode se armazenar todos os tipos de dados e eles permanecerem intactos, a memória coletiva precisa ser estimulada para que categorias de lembranças não desapareçam (Halbwachs, 1990).

É importante destacar que a memória coletiva se difere da memória histórica. Halbwachs afirma que a história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do que já passou (Halbwachs, 1990, p. 67). “Ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência”, ou seja, há várias memórias coletivas e não existem limites nítidos que separem umas das outras, contudo, isso não acontece com a memória histórica, pois esta se coloca fora dos grupos e possui um sentido mais amplo e com informações sistematizadas.

2.5.1 Jornais como lugares de guardar memórias

O uso comum do conceito de “lugar de memória” (Nora, 1993) aplicado aos meios de comunicação traz consigo, muitas vezes, a não diferenciação

entre memória e história, discussão fundamental apontada pelo autor. Nora observa que vivemos uma aceleração da história e que, em uma visão pessimista, fala-se tanto de memória porque ela já não existe mais. Para o autor, “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (Nora, 1993, p. 7). Ele afirma que o desmoronamento da memória se deu pela mundialização, democratização, massificação e mediatização e resultou no fim das ‘sociedades-memória’, que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores e no das ideologias-memórias, que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro. O ponto de ruptura trazido pelo autor entre memória e história se dá pelo fato de que ele acredita que nós não habitamos mais a nossa memória, visto que temos a necessidade de lhe consagrar lugares.

Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja *rastro*, distância, *mediação*, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da *história* (Nora, 1993, p. 8-9, grifos meus).

Nora (1993) explica que memória e história estão longe de serem sinônimos e as duas se opõem: “a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução [...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993, p. 8). Dessa maneira, o autor caracteriza a história enquanto uma operação intelectual, que demanda análise e um discurso crítico, enquanto que a memória emerge de um grupo, possuindo uma natureza múltipla, coletiva, plural e individualizada, podendo ser observado aqui a estreita relação com os conceitos de memória individual e coletiva trazidos por Halbwachs (1990).

Apesar de em sua obra Nora (1993) não mencionar os jornais impressos como lugares de memória, assim como fez ao listar museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, estes podem sim ser compreendidos dentro destes espaços, visto que em sua concepção, os lugares de memória

têm três sentidos: material, funcional e simbólico, em graus diversos. O autor cita como exemplo a noção de geração, que seria:

[...] material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, aomesmotempo, acristalização dalembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria deles que não participou (Nora, 1993, p. 21-22).

Ao analisar o texto de Nora (1993), Barbosa (2016) crítica sua reflexão sobre a distinção rasa apresentada sobre os dois níveis conceituais. Ao se pensar nas atividades jornalísticas, Barbosa (2016) afirma que os testemunhos, aqui tratados como fontes, são de extrema relevância, pois ao noticiar um acontecimento, elas introduzem a constatação do “eu estava lá”, mas também de sua atestação, pois se você também estava lá, pode atestar o que foi dito, podendo ainda, confrontar as informações, pois o que a testemunha viu é semelhante ou não ao que você também viu, pois também estava lá.

Assim, enquanto a memória diz respeito ao nível declaratório do testemunho, a história relaciona-se ao nível documental que atesta a verdade presumida como incontestável presente na epistemologia histórica como discurso verdadeiro sobre o passado (Barbosa, 2016, p. 13).

Ainda sobre a diferença entre memória e história, Barbosa (2016) afirma que a historiografia busca “uma explicação em relação a acontecimentos passados em diversos níveis operativos, enquanto a memória produz o ingresso no passado pelo caminho da reminiscência construída como brecha para esse passado a partir do presente” (Barbosa, 2016, p. 13). Assim, a história obedece a epistemologia da verdade, a memória parte da crença fiel ao passado.

Barbosa (2016) destaca que os meios de comunicação partem de uma articulação baseada na noção de testemunho, o que se relaciona com a memória. Ao escrever um texto jornalístico, o repórter deve mostrar a presença de um sujeito (o próprio jornalista ou uma fonte), confrontar o que é dito entre várias testemunhas e então confrontar com os lados opostos da história. Os jornalistas então, “a partir do nível declaratório do testemunho, produzem uma versão do acontecimento com pretensão a ser desde a sua construção uma

espécie de arquivo para a história” (Barbosa, 2016, p.14). Dessa maneira, os meios de comunicação conseguem produzir uma memória, e a insere na história, através de documentos. Da mesma forma, ao escolher não noticiar determinados acontecimentos, a imprensa se retira desses lugares de memória da história, o que levanta a reflexão dos esquecimentos, a qual será abordada posteriormente.

2.5.2 Jornalistas como “senhores da memória”

Ao pensar sobre as práticas jornalísticas e refletir sobre a memória no jornalismo, é possível enxergar vários pontos que se encontram dentro do leque de imprensa e poder. De forma precisa, considerando o dispositivo do jornal, Barbosa (1995) destaca que estes são portadores de um discurso válido e que podem ser transformados em documento para o futuro, colocando o jornalista em um papel de “senhores da memória da sociedade”. Entretanto, o ‘fazer jornalístico’ não consegue ser realizado em sua totalidade, sendo preciso selecionar e hierarquizar informações, o que é identificado pela pesquisadora como “critérios subjetivos”.

Barbosa (1995, p. 3-4) afirma que o jornalismo brasileiro assume um caráter elitista a partir do momento em que “os meios de comunicação estruturam sua cobertura no intuito de legitimar os núcleos de poder” e que os jornais são regidos pela atuação de instituições hegemônicas e marginaliza os núcleos que estão fora deste círculo, mas que, muitas vezes, são mais próximos da vivência dos leitores. Para esse núcleo é destinado somente às notícias de quando surgem problemas de grandes repercussões. Barbosa (1995) destaca que o jornalista constrói a informação a partir da seleção daquilo que ele acha que o leitor quer saber e do que as instituições querem fazer saber:

Ao selecionar o fato, transpondo-o do lugar da normalidade para o da anormalidade, transformando-o em acontecimento, e ao escolher a forma da narrativa, o jornalista está constituindo o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade. Uma memória que obedece a critérios subjetivos e engendra a questão do poder (Barbosa, 1995, p. 4).

Então, ao selecionar o que é notícia, o jornalista cria uma “memória da atualidade”. Barbosa (1995) afirma que essa atividade possui natureza ideológica e se relaciona com o poder, consagrando o jornalista como “senhores da memória”, visto que este passa a ser considerado na sociedade como detentor de um discurso verídico, “revestido da característica de crível antes de qualquer outra presunção” (Barbosa, 1995, p.4):

Assim, ao selecionar o que deve ser notícia e o que vai ser esquecido, ao valorizar elementos em detrimento de outros, a mídia reconstrói o presente de maneira seletiva, construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrando e o que precisa ser esquecido (Barbosa, 1995, p. 4).

Essa seleção de notícias obedece a critérios da própria redação, como fatores econômicos e políticos dos veículos de comunicação, e não está dada, mas em constante construção. Barbosa (1995) destaca que a “lógica da imprensa é desorganizar a estruturação racional da realidade e jogar para o leitor o mundo como amontoado de fatos desconexos e sem qualquer lógica interna” (Barbosa, 1995, p.2), isso porque ao lado de manchetes sobre criminalidade, por exemplo, há notícias consideradas “leves”, como prêmios de loterias ou espetáculos. Essa diversidade de informação, faz com que os meios de comunicação acreditem participar diretamente das questões contemporâneas, segundo a autora.

Para Barbosa (1995), ao noticiar um acontecimento, ou seja, materializar um fato através dos veículos de comunicação, o jornalista parte do pressuposto de que esta notícia é uma ruptura: ela foge dos padrões da normalidade e, por isso, merece ser publicada, causando uma espécie de estranhamento no público, o que gera a curiosidade. A pesquisadora afirma ainda que, ao selecionar os elementos do seu relato, ele confere significação àquilo que fala.

Os meios de comunicação, para Thompson (1998), possuem uma dimensão simbólica irreduzível, pois “eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem” (Thompson, 1998, p. 19), assumindo, dessa forma, um caráter social e estreitamente ligada ao poder, o que vai ao encontro com o que já foi exposto até agora. Para o autor, a comunicação é “como um tipo distinto de atividade social que envolve a

produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos” (Thompson, 1998, p. 25). Esses recursos são descritos pelos autores como os meios pelos quais as informações são transmitidas e que esse “meio técnico” possui diferentes graus de fixação, reprodução, distanciamento espaço-temporal e habilidade, competências e formas de conhecimento, exercendo um papel sobre a memória coletiva da sociedade.

De acordo com Nora (1993), essa materialização da memória está ligada às grandes famílias, à Igreja e ao Estado. A produção de arquivos está relacionada às questões financeiras e de poder, e é definida pelo autor como o “imperativo da época”, o que também é discutido por Barbosa (1995) em relação à memória silenciada, na qual se contrapõe com a memória publicada, como observado por Nora ao afirmar que “o arquivo muda de sentido e de ‘status’ simplesmente por seu peso” (Nora, 1993, p. 16).

Sobre essa memória oficializada a partir da escrita, Barbosa (1995) estabelece que é preciso uma análise mais profunda para perceber como se dá essa organização dos acontecimentos que se quer preservar e a quem interessa isso. Nora (1993, p. 18) discorre sobre o mesmo assunto e afirma que, quando a memória não está mais em todo lugar, mais urge a necessidade de uma consciência individual para se encarregar dessa lembrança. Quanto menos a memória é vivida de forma coletiva, há uma maior necessidade de indivíduos fazerem de si mesmos “homens-memória”, pois uma história que só vive na própria memória, é somente uma “memória da memória”.

3 A IMPRENSA GOIANA

O presente capítulo abordou o surgimento da imprensa goiana, bem como o contexto histórico, político e social em que nasce o primeiro periódico do território, *A Matutina Meiapontense*, a partir de Borges e Lima (2008) e Borges e Barbosa (2024). Consta também um histórico sobre o jornal *O Publicador Goyano*, mostrando o contexto deste surgimento e quais personagens estão envolvidos em seu nascimento.

3.1 SURGIMENTO DA IMPRENSA GOIANA NO SÉCULO XIX - PERÍODO DE EFERVESCÊNCIA POLÍTICA

O século XIX foi um período de intensa efervescência filosófica, científica e política para o desenvolvimento da ciência. Os jornais, como aliados essenciais desse processo, atuaram como espaços de contato direto com o público, disseminação de ideias e lugares de memórias, desempenhando um papel importante na formação do pensamento social. No entanto, a criação do primeiro periódico no território goiano, *A Matutina Meiapontense*, só foi possível graças à "ousadia" do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, proprietário do Engenho de São Joaquim em Meia Ponte, atualmente Pirenópolis. O pioneiro da imprensa goiana comprou com recursos próprios uma oficina tipográfica no Rio de Janeiro composta por "maquinário, tipos móveis com letras itálicas, chumbo, cera, papel e aço, insumos necessários para os processos de composição e impressão manuais" (Borges; Barbosa, 2024, p. 98) após o Ministério do Império não autorizar a instalação de uma tipografia na Província. Borges e Barbosa (2024), a partir de uma leitura de Lobo (1949) e Teles

(1989), explicam que o pedido realizado pelo Conselho de Governo da Província, em 29 de abril de 1829, foi negado pelo Ministério do Império por considerar a iniciativa prematura, visto que desde o final do século XVIII as atividades econômicas de Goiás entraram em declínio pelo esgotamento das jazidas de ouro, tornando-se, assim, um peso no orçamento do Brasil.

A partir de estudos de José Mendonça Teles (1989), Borges e Lima (2008) propõem uma primeira leitura acerca da imprensa goiana, pensada em cinco períodos, os quais serão debatidos a seguir. De acordo com as autoras, Goiás passava por um período delicado relacionado a sua situação econômica, política e social, decorrente da decadência do ouro, do isolamento geográfico e da pouca expressão econômica e política. Conforme exposto, em 1829, o presidente da província, Miguel Lino de Moraes, pediu ao poder imperial que fosse instalada uma tipografia em Vila Boa, contudo, não foi autorizado sob a justificativa de que não era necessário ao território. Dessa forma, o Comendador Joaquim Alves de Oliveira compra a máquina com seus próprios recursos, visto que era um dos homens mais ricos da província, e instala a primeira tipografia no território goiano. Sendo assim, o primeiro jornal goiano, *A Matutina Meiapontense* foi publicado no ano seguinte, em 5 de março de 1830, o qual defendia o constitucionalismo monárquico (Borges; Barbosa, 2024). Borges e Lima (2008) chamam a atenção ao observar que, se para o Império o jornal *A Matutina Meiapontense* era oposição, para o governo da Província ele era considerado como um jornal oficial do território:

O *Matutina Meyapontense* publicava atas de reuniões dos dirigentes da província, atos oficiais, correspondências civis e oficiais, literatura, crônicas, cartas dos leitores, tendo ainda alguns anúncios. Registrou fatos importantes da história de Goiás, como a instalação da primeira biblioteca do Estado, no arraial de Meia Ponte (Borges; Lima, 2008, p. 6).

A Matutina Meiapontense circulou por quatro anos, sendo que seu último registro é de 24 de maio de 1834. Em 1836, a tipografia foi vendida ao presidente do Estado de Goiás, José Rodrigues Jardim, que cria, no ano seguinte, o *Correio Oficial de Goiás*.

O segundo período foi estabelecido pelas autoras entre os anos de 1834, com o fim do *A Matutina Meiapontense* e surgimento do *Correio Oficial*

de Goiás, o qual perdurou até o ano de 1890. O período é marcado pelo surgimento de vários jornais no território, sobretudo no final do século XIX, quando se contabilizam mais de trinta jornais em circulação. Borges e Lima (2008) explicam que o *Correio Oficial de Goiás* foi instituído por Lei Provincial que o declarava como o meio de comunicação oficial do Estado. Por ser do governo, ele também possuía orçamento público para que se mantivesse. No seu primeiro ano, era comandado por Mariano Teixeira dos Santos, o mesmo tipógrafo do *Matutina Meiapontense*. Já a partir de 1838, o periódico foi tutelado pela Igreja, sendo comandado pelo monsenhor Joaquim Vicente de Araújo. O jornal circulou por quinze anos, quando, de 1852 a 1855, os comunicados do governo passaram a ser publicados no jornal *O Tocantins*. Ainda, em 1855, foi criada a *Gazeta Oficial de Goyáz*, substituindo o *Correio Oficial de Goyáz*. Já em 1864, o *Correio Oficial* volta, e suas publicações são restritas aos comunicados oficiais do governo. Ele circula até 1890, quando o governador da província, major Rodolfo Gustavo da Paixão, publica um ato pela sua descontinuidade. As pesquisadoras afirmam que após o fim do *Correio*, os atos do governo passaram a ser publicados no jornal *Goyás*, dirigido por Antônio Felix de Bulhões Jardim. Anos mais tarde, este jornal apareceria novamente como órgão oficial do governo de Goiás.

Já o terceiro período da imprensa goiana se dá com o fechamento definitivo do *Correio Oficial de Goiás*, a expansão de jornais pelo Estado e a fundação da Associação Goiana de Imprensa, sendo compreendido entre 1890 e 1934. Após a Proclamação da República, Borges e Lima (2008) afirmam que o discurso e relevância política já não estavam somente na capital, mas em vários municípios pelo estado, sendo difundidos por meio dos periódicos. Foi durante estes anos que surgiu a revista *A Informação Goyana*, fundada pelo jornalista Henrique Silva, em 1917, no Rio de Janeiro. A revista circulava, além do seu estado de origem, em Goiás e nos principais estados brasileiros, chegando até mesmo a ir para alguns países. Ela durou até o ano de 1935. As pesquisadoras destacam que a revista possuía riqueza em diversidade temática e política, constituindo-se como uma revista opinativa e que chamava atenção para os assuntos relacionados ao Estado de Goiás e Brasil Central, assumindo também um caráter educativo sobre a construção da identidade de Goiás, trazendo-o ao debate público, além dos centros políticos. O fim da

revista se deu em 1935, quando também seu mantenedor, Henrique Silva, faleceu.

Fiel a seus propósitos, a revista fez campanhas exitosas, como a defesa da implantação de meios de comunicação e transportes em Goiás, considerados uma das ações fundamentais para a superação do atraso material e do isolamento político, social e cultural do Estado. A campanha pela estrada de ferro que ligava a região central ao Centro-Sul do País ultrapassou os limites da revista, sensibilizando parlamentares e governantes goianos, como Pedro Ludovico, que aprovaram verbas no âmbito do governo federal para prolongar a linha da estrada de ferro até Goiânia (Borges; Lima, 2008, p.9).

O quarto período, em meados dos anos 1940, foi marcado pelo surgimento de duas oligarquias: os Caiados e os Ludovico, a partir da ruptura dos Bulhões. Borges e Lima (2008) explicam que com esse surgimento, intelectuais, políticos e até os jornais se dividiram ao tomar partido de um em detrimento do outro. Esse embate culminou na transferência da capital para Goiânia. Com a nova capital, “[...] praticamente todos os veículos de comunicação, as instituições e pessoas que ocupavam alguma posição social ou se relacionavam profissionalmente com o Estado acompanharam Pedro Ludovico” (Borges; Lima, 2008, p.10). As estudiosas destacam que Ludovico possuía grandes artimanhas políticas e, a partir de sua promessa de “desenvolvimento”, conseguiu se articular para que a criação de Goiânia se tornasse um dos braços da Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas.

Em 1936, o *Correio Oficial* foi transferido para Goiânia e teve sua primeira circulação no dia 8 de abril. Em 1940, ele se tornou o *Diário Oficial de Goiás*, sendo denominado assim até hoje. As autoras afirmam que o quarto período da imprensa estabelece entre os anos de 1936 a 1945 com a transferência da capital e a alteração do jornalismo, que deixa de ser político e opinativo e abre caminhos para o jornalismo empresarial. É neste contexto que surge o jornal *O Popular*, de Joaquim Câmara Filho e irmãos, em 1938. De acordo com levantamento das autoras, em 1939 havia cerca de quarenta periódicos impressos circulando em Goiás, sendo seis jornais e duas revistas em Goiânia, cinco jornais em Anápolis e vinte e sete jornais em outras cidades do interior, contudo, a maioria durou pouco tempo. Em justificativa pela vida breve dos veículos, Borges e Lima (2008) analisam que um dos fatores foi a

implementação de mecanismos de controle e censura a partir de 1936 até 1980.

O quinto período pode ser compreendido entre 1945 até 1964, data do golpe militar, o qual ressuscitou práticas de censura, incluindo a prévia, e incentivou o fortalecimento de veículos e conglomerados de comunicação como parte da política desenvolvimentista. Neste período, os jornais possuíam uma maior preocupação estética e as redações se tornavam mais profissionalizadas, fato este contribuído pelo desenvolvimento da telefonia. É também neste período, em 1959, que os jornalistas se organizam por meio de associação - Associação Profissional dos Jornalistas, o que anos mais tarde viria a ser o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Goiás. No âmbito acadêmico, é criado em 1968 o curso de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás e em 1962, a Rádio Universitária, sendo esta a pioneira no Brasil para radiodifusão educativa (Borges; Lima, 2008, p.15).

As autoras afirmam que a partir da redemocratização do Brasil, na década de 1980, é possível pensar em um novo período da história da imprensa em Goiás, visto que os prejuízos trazidos pela ditadura modificaram o perfil da imprensa goiana.

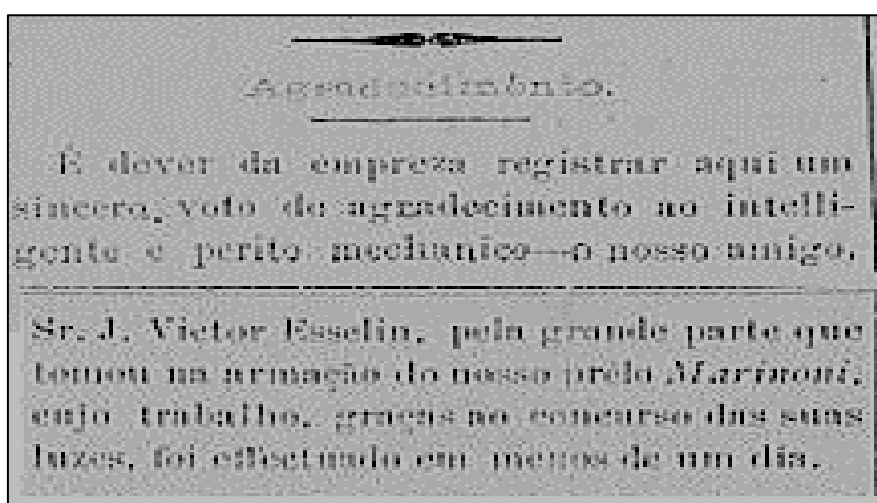
3.2 JORNAL *O PUBLICADOR GOYANO*

O jornal *O Publicador Goyano* nasceu em um contexto de efervescência filosófica e científica para o desenvolvimento da ciência e de transformações políticas. No século XIX, o Brasil vivenciou importantes mudanças, como a transição na forma de governo, a chegada da imprensa, a abolição da escravidão e outros processos que impulsionaram mudanças de pensamento.

Os periódicos, como *O Publicador Goyano*, espaços de contato direto com o público, promoção de ideias e locais de memória, ao introduzirem temas científicos em suas páginas, refletem uma tentativa de popularização da ciência, que até então era predominantemente um monopólio da elite. Através dele, observa-se uma tentativa de tornar a ciência aplicável ao cotidiano das pessoas, a qual é facilitada pelos ideais positivistas, que valorizam o método científico, o pensamento evolucionista e o distanciamento dos valores religiosos.

O jornal *O Publicador Goyano*¹¹ nasceu em 23 de fevereiro de 1885 e era de propriedade da empresa Tocantins & Aranha¹² e teve o jornalista abolicionista José do Patrocínio Marques Tocantins à sua frente. Sua tiragem era semanal, em dias indeterminados e o veículo era sediado em uma tipografia¹³ e escritório próprios, no Largo do Chafariz, nº 20, na então capital da Província de Goiás, cidade que recebeu o mesmo nome. O jornal tinha um formato grande, contando com quatro páginas impressas em um prelo Marinoni¹⁴.

Figura 7 - Registro de instalação e funcionamento do prelo Marinoni



Fonte: Jornal *O Publicador Goyano*, ano I, n. 1, 23 fev. 1885, p. 1.

O nome do periódico, conforme descrito na *Secção Editorial*, é “uma synthese que por si só diz muito ou diz tudo” (Ao Publico, 1885, p. 1), colocando-se assim como um jornal que daria resumo das principais notícias

¹¹ De forma curiosa, ao ser impresso, o jornal era enviado para a residência de várias pessoas. Caso esse destinatário recebesse o periódico e não o devolvesse, era considerado que havia ali uma assinatura. Para os assinantes que moravam na capital, o valor era de 10 mil réis por doze meses; para fora, 11 mil réis. A assinatura semestral custava 6 mil réis e a edição avulsa 200 réis. Além das assinaturas, o periódico arrecadava dinheiro com a veiculação de anúncios e de outros textos, conforme informativo do primeiro exemplar: “Os artigos da Secção Livre, serão pagos por preços convencionados; Os pagamentos de assignaturas e quaesquer outras publicações, deverão ser feitos adiantadamente”, sendo que “[...] os artigos deverão vir assignados, com declaração de responsabilidade e com a firma reconhecida pelo officialpublico” (Memorandum, 1885, p. 1).

¹² Sociedade formada por José do Patrocínio Marques Tocantins e seu sobrinho Pacifico Eusebio Marques Aranha, segundo Borges e Barbosa (2024).

¹³ Borges e Barbosa (2024) destacam que, apesar do nome da tipografia não ser divulgada pelo periódico, trata-se da *Typographia Perseverança*, empresa bastante divulgada pelo jornal.

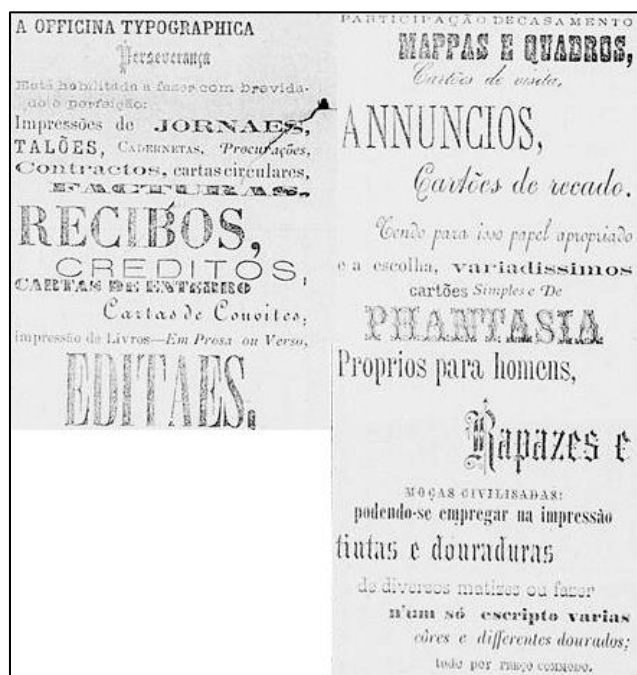
¹⁴ Prelo pertencia ao José do Patrocínio e seus sócios.

dos jornais brasileiros e europeus, além de ser útil para todas a população. Borges e Barbosa (2024, p. 332) enfatizam que o jornal possuía “escopo formativo, enciclopédico e noticioso com fortes vínculos nos movimentos abolicionistas e republicanos”.

Na Hemeroteca Digital Brasileira¹⁵ constam dezenas de exemplares, contudo, com muitas ausências. Sua última edição disponível é a número 232, veiculada no dia 14 de agosto de 1889, contudo, a partir do levantamento de Teles (1980), Borges e Barbosa (2024) argumentam que o periódico teria perdurado até o dia 2 de março de 1892, porém, a informação não pôde ser confirmada, visto que foram encontrados exemplares somente até 1889. É possível encontrar pelas páginas do periódico, vários textos que são traduções das línguas inglesa, francesa ou alemã. Além disso, Borges e Barbosa (2024, p.332), ao comparar o *O Publicador Goyano* com outros jornais da época, afirmam que o periódico “[...] era bem estruturado, feito que certamente pode ser atribuído às já citadas habilidades intelectuais, técnicas e tipográficas de José do Patrocínio Marques Tocantins”. Logo em sua primeira edição, a Typographia Perseverança oferecia seus serviços e informava que estava habilitada a fazer com perfeição e agilidade a impressão de vários tipos de materiais. Para isso, anunciou os serviços tipográficos em fontes e tamanhos diferentes:

¹⁵ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

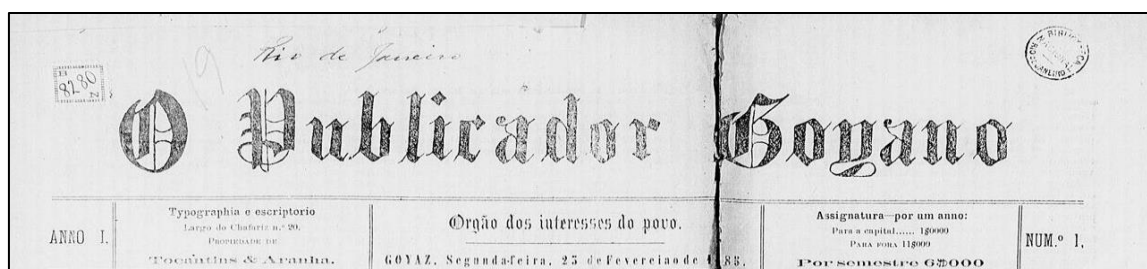
Figura 8 - Junção de anúncios da Typographia Perseverança



Fonte: Jornal *O Publicador Goyano*, ano I, n. 1, 23 fev. 1885, p. 1.

Ainda em relação ao comparativo dos jornais da época, Borges e Barbosa (2024) destacam que o *O Publicador Goyano* é o que possui uma maior organização na composição tipográfica e na delimitação das editorias, além de ser o que apresenta a grafia mais próxima do que hoje é usual na Língua Portuguesa. Seu cabeçalho também era bem estruturado e se parece com os jornais que estão em circulação nos dias atuais, com o nome do periódico colocado de forma centralizada e em destaque; abaixo com informações básicas, como: o ano de existência, a tipografia e a propriedade, o escopo do jornal (órgão dos interesses do povo); o local de produção e a data; o valor das assinaturas e a edição:

Figura 9 - Cabeçalho da primeira edição do jornal *O Publicador Goyano*



Fonte: Jornal *O Publicador Goyano*, ano I, n. 1, 23 fev. 1885, p. 1.

O jornal *O Publicador Goyano* era estruturado em *Memorandum* (informativo); *Secção Editorial*; *Collaboração* (textos informativos e opinativos); *Secção Scientifica* (textos relacionados ao conhecimento científico); *Folhetim* (textos literários, muitas vezes traduzidos de outros idiomas); *Secção Litteraria* (resenhas, resumos, poemas e poesias); *Secção Noticiosa*; *Um Pouco de Tudo* (miscelânea de notas e curiosidades); *Secção Livre* (espaço pago com textos opinativos, editais, publicações oficiais e piadas) e *Annuncios* (Borges; Barbosa, 2024).

A partir de uma tendência liberal e abolicionista, Borges e Barbosa (2024) apontam que *O Publicador Goyano* possuía um perfil político, noticioso e enciclopédico, sustentado na abolição da escravidão, instalação da República, laicidade e defesa dos direitos humanos fundamentais. Em sua primeira edição, a *Secção Editorial* informa que o periódico “[...] tem por fim servir de órgão a todas as pessoas que tiverem necessidade de recorrer a imprensa, com tanto que se exprimão com linguagem decente. O nosso redator é o povo e o nosso objetivo é o bem publico” (*Secção Editorial*, 1885, p. 1).

Borges e Barbosa (2024) afirmam que desde a primeira edição do *O Publicador Goyano*, amplas discussões sobre o Positivismo e a Ciência, além da liberdade de pensamento e a importância da imprensa também eram promovidas de forma recorrente. Em um artigo publicado na *Secção Collaboração*, escrito por Floriano Florambel, é informado que “[...] a imprensa é a arma poderosa dos povos civilizados - tem por missão o desenvolvimento intellectual das nações por principios dominantes de sua organização (Florambel, 1885-b, p. 1). Segundo análise de Borges e Barbosa (2024, p. 337), tais reflexões já apontavam a “liberdade de pensamento e a imprensa como pilares de uma nova ordem social no Brasil”.

Logo após o texto de Floriano Florambel, foi publicado o artigo “Imprensa industrial ou litteraria”, sem indicação de autor. Neste texto, é exposto que a liberdade do pensamento é “[...] um direito natural, que não pode absolutamente depender do poder social por isso mesmo que ella é a expressão da natureza inteligente do homem” (Imprensa, 1885, p. 1). Ao analisarem o trecho, Borges e Barbosa (2024) apontam que a imprensa foi concebida pelo autor do artigo como o meio de comunicação mais importante

já criado, visto que contribui com a liberdade pública do ser humano. A imprensa é considerada, para quem escreve o texto, como o maior meio de comunicação que existe, sendo um “[...] instrumento maravilhoso, que leva as idéas á todas as localidades, percorre os estados, atravessa o mundo, obtem concurso de muitos, porque põe em comunicação o pensar de milhões de homens de todas as classes” e afirma que “[...] não pode haver escravidão onde o espirito publico tem encontrado illustração; a escravidão só se mantem no estado da ignorancia”, demonstrando assim a luta pelo fim da escravização (Imprensa, 1885, p. 1).

3.3 JOSÉ DO PATROCINIO: MÚSICO, JORNALISTA E ABOLICIONISTA GOIANO

De acordo com a edição 232 do jornal *O Publicador Goyano*, José do Patrocinio Marques Tocantins nasceu na Cidade de Goiás em 12 de outubro de 1844 e faleceu em 7 de agosto de 1889, aos 44 anos, por complicações do diabetes. O jornalista era “intelectual, mineralogista, compositor, musicista, maestro, funcionário público, professor e empresário” (Borges; Barbosa, 2024, p. 272). Apresentado pelas páginas do *O Publicador Goyano* como filho de “[...] de paes pobres e sem prestigio na sociedade” (José, 1889, p. 2), Larindo (2017) pontua que José do Patrocinio era filho de um casal afrodescendente, Ana Marques do Espírito Santo e o escravizado Francisco Marques, que foi alforriado poucos dias antes do nascimento do filho e morreu logo em seguida por uma doença fatal e, por isso, o fundador do *O Publicador Goyano* foi criado somente por sua mãe (Larindo, 2017).

Figura 10 - José do Patrocínio Marques Tocantins



Fonte: Acervo da Biblioteca Frei Simão, Cidade de Goiás *apud* Larindo, 2017, p. 100.

De acordo com o constante nas páginas do *O Publicador Goyano*, José do Patrocínio foi a personificação do trabalho, tendo começado a trabalhar aos nove anos¹⁶ como tipógrafo e, desde então, nunca abandonou essa profissão. Antes dos 20 anos fundou, em Goyaz, a primeira banda de música da Guarda Nacional, sendo professor de música por muito tempo. Após quatro anos, fundou a Philarmonica Goyana. Após, foi para o Rio de Janeiro estudar Mineralogia, onde trabalhou no Jornal do Commercio. Larindo (2017) explica que os estudos de José do Patrocínio foram bancados pelo Centro Goyano, o qual contribuía com a escolarização de estudantes que não tinham recursos financeiros para conseguirem estudar. Além disso, o curso era um dos mais baratos e “favorável, pois respondia à necessidade da Província” visto que “[...]”

¹⁶ Borges e Barbosa (2024, p. 274) registram que, provavelmente, José do Patrocínio tenha entrado no mercado de trabalho aos onze anos de idade, visto que, segundo o estudo de Larindo (2017), ele teria começado como ajudante no jornal *O Tocantins*, veículo que foi impresso entre os anos de 1855 e 1857, quando José do Patrocínio já havia passado dos nove anos.

a presença de profissionais para analisar o minério extraído, embora estivesse com produção em baixa escala, era necessária, já que ainda existiam as minas e a extração de minérios na região” (Larindo, 2017, p. 84).

Ainda segundo o jornal *O Publicador Goyano*, ao voltar do Rio de Janeiro, José do Patrocínio elevou-se a uma alta posição social e foi nomeado professor de música no Lyceu de Goyaz. Além de lecionar na escola, ele também dava aulas particulares de música para as principais famílias goianas. Tanto Larindo (2017) quanto Borges e Barbosa (2024) acreditam que a ascensão social de José do Patrocínio se deu por mérito próprio, tanto por ser bastante incomum o fato de um afrodescendente ser apadrinhado por algum branco, quanto pelo fato dele ser um autodidata, pois em ambos os estudos as pesquisadoras não encontraram nenhum registro documental de sua vida escolar. Larindo (2017) demonstra ainda que a realidade de vida de José do Patrocínio era bastante diferente quando comparada com os demais afrodescendentes que moravam na província, pois a maioria não conseguia trabalhar em empregos de profissões que exigiam mão de obra qualificada.

Descrito como um “homem de férrea vontade, de inteligência fecunda e grande emprehendedor” (José, 1889, p. 2), José do Patrocínio fundou o *O Publicador Goyano* em 23 de fevereiro de 1885, tendo como alvo o “[...] bem do publico e da provincia” (José, 1889, p. 2). Borges e Barbosa (2024) explicam que o jornalista sofreu represálias pelo seu envolvimento

[...] na produção de jornais na produção de jornais abolicionistas e republicanos, especialmente os ligados ao grupo dos Bulhões, que, como dito, faziam oposição ao Império e ao governo da Província goiana, foi duramente perseguido pelos poderes regionais e locais, que chegaram a extinguir a cadeira de música do Lyceu de Goyaz para que ele fosse desligado dos quadros do Estado [...] Em 1881, por meio de votação na Assembleia Provincial, que também deliberou sobre a realocação de José do Patrocínio no Lyceu de Goyaz, as aulas de música foram retomadas (Borges; Barbosa, 2024, p. 277).

Borges e Barbosa (2024) afirmam que as aulas de música voltaram em 1882, mas quatro anos depois foram extintas novamente, pois José do Patrocínio foi aposentado sumariamente. As autoras destacam também que na edição número 23 do jornal *A Tribuna Livre*, em 11 de junho de 1881, o goiano

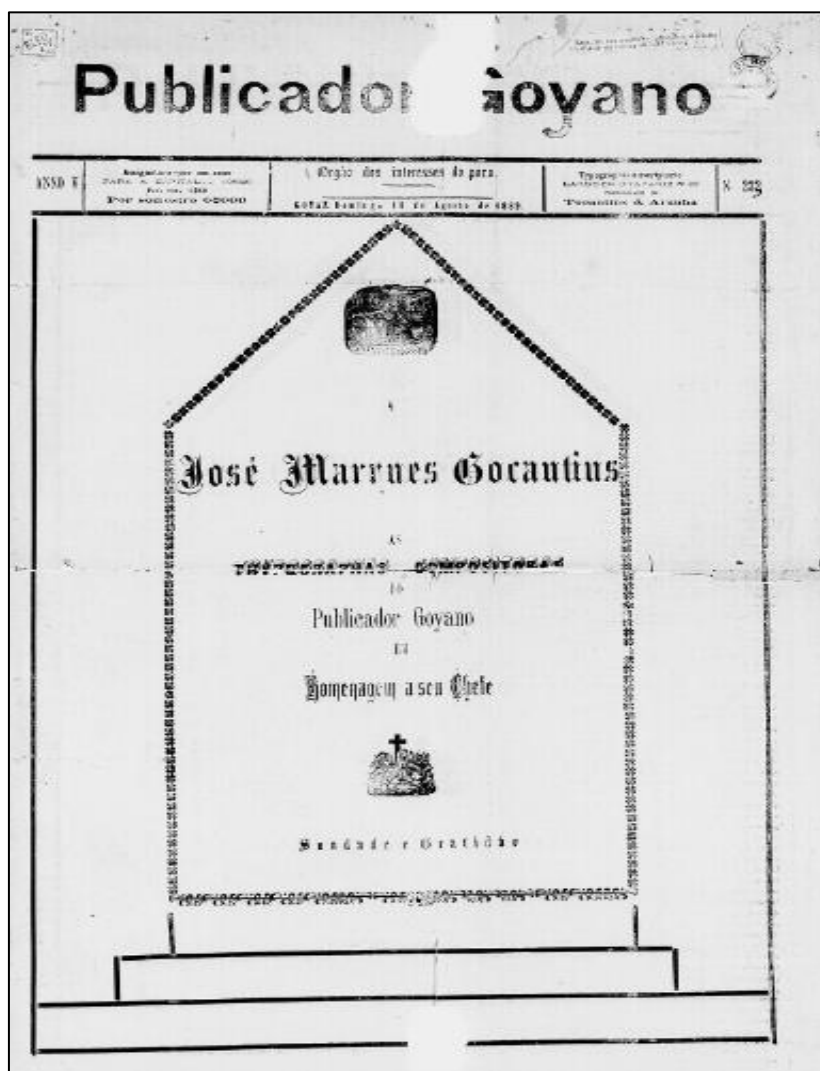
constava entre os 175 eleitores da Freguesia de Sant'Anna, que poderiam votar nas eleições daquele ano.

Já como empreendedor, José do Patrocínio esteve à frente de alguns comércios na província, como aponta Borges e Barbosa (2024). De acordo com as autoras, o intelectual goiano comandava a Typographia Perseverança, local de extrema relevância social pois era responsável pela impressão de importantes jornais na década de 1880 e também fazia sociedade com seu sobrinho Pacifico Eusebio Marques Aranha na empresa Tocantins & Aranha. Além disso, o goiano foi um dos donos da primeira fábrica de papel da região. As múltiplas facetas profissionais de José do Patrocínio são enxergadas por Borges e Barbosa como um reflexo do preconceito por sua origem e cor:

[...] salta aos olhos que, durante toda a sua vida, José do Patrocínio tenha desempenhado atividades profissionais concomitantes em diferentes áreas, sendo que, em várias delas, recebia remunerações inferiores aos seus colegas de trabalho porque era negro. Todavia, jamais se esquivou de lutar por igualdade de direitos, o que traduz a sua vida em um tributo à resistência e às liberdades (Borges; Barbosa, 2024, p. 283).

De acordo com a última edição disponível do jornal *O Publicador Goyano*, no qual noticiou a morte de José do Patrocínio e o homenageou, é dito que ele “[...] pugnou com todas as suas forças pela abolição da escravidão, e no dia em que chegou a notícia da lei 13 de Maio, o seu coração exultou de verdadeiro contentamento” (José, 1889-a, p. 2). Quando morreu, os principais nomes da sociedade goiana estavam presentes e seu cortejo foi acompanhado por três bandas musicais.

Figura 11 - Capa do jornal *O Publicador Goiano* ao noticiar a morte de José do Patrocínio



Fonte: Jornal *O Publicador Goiano*, ano V, n. 232, 11 ago. 1889, p. 1.

O periódico dedicou uma edição inteira para homenagear seu fundador, com vários textos de agradecimento a José do Patrocínio. Na terceira página desta edição, Anna Francisca Xaver de Barros, esposa e agora viúva de José do Patrocínio, escreveu que apesar da morte do marido, o jornal continuaria sendo veiculado regularmente todos os sábados, o que vai ao encontro ao exposto por Larindo (2017) e Borges e Barbosa (2024), ao mostrar que, apesar de estar presente na Hemeroteca Digital Brasileira somente até o ano de 1889, ele teria perdurado até 1892. Borges e Barbosa (2024) explicam que Anna Francisca era uma ex-aluna de José do Patrocínio, pertencente à elite goiana, conforme aponta Larindo (2017).

Segundo Borges e Barbosa (2024), o casal, José do Patrocínio e Anna Francisca, deixou legados importantes no campo cultural e religioso da província goiana. Eles organizavam sarais, reuniões literárias e recitais em sua casa, além de desenvolverem trabalhos musicais na Igreja Católica e serem pioneiros na difusão do espiritismo kardecista em Goiás. Acerca da biografia de José do Patrocínio, Borges e Barbosa (2024) chamam a atenção ao informar que

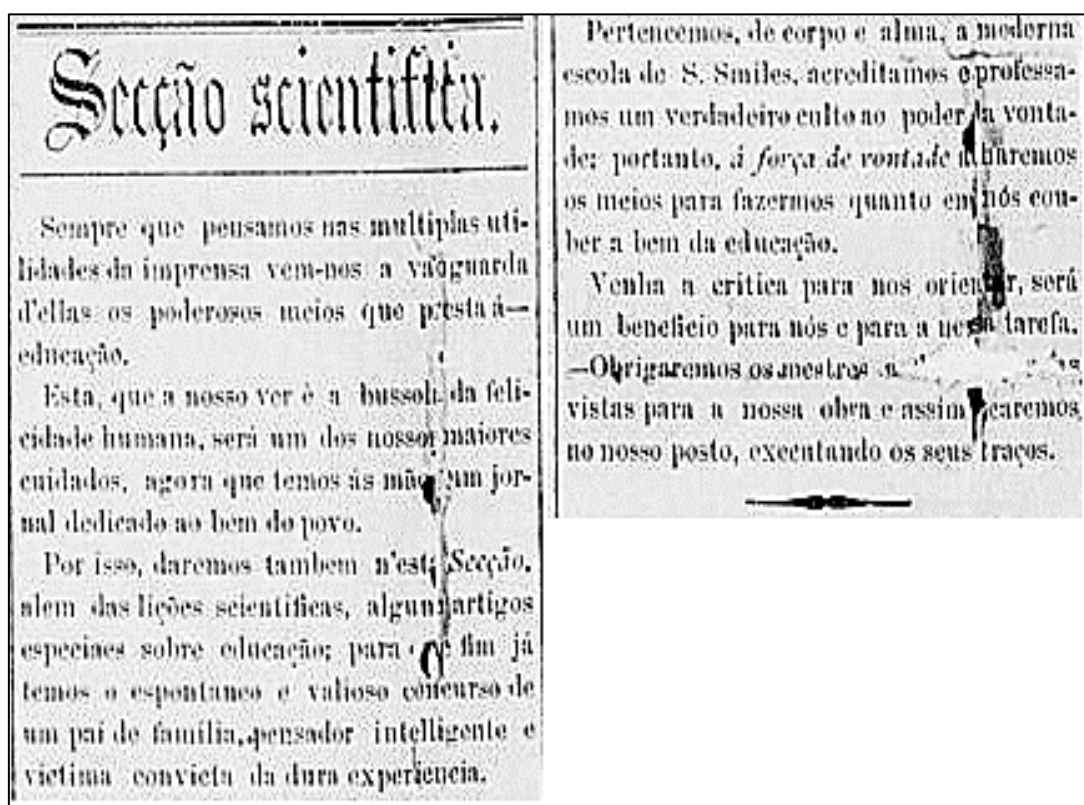
[...] apesar de não ter sido apontado por nenhum jornal como um “líder” abolicionista e republicano, tal como ocorria com Felix de Bulhões, José do Patrocínio Marques Tocantins está entre os maiores líderes desses movimentos, cuja representação apresenta muito mais vigor, principalmente porque ele era negro, filho de um ex-escravizado e de uma viúva pobre que trabalhou duramente durante toda a sua vida para criar os seus filhos em meio a uma sociedade racista, machista e regada de preconceitos (Borges; Barbosa, 2024, p. 287, grifos das autoras).

Borges e Barbosa (2024), consideram que a história de vida do fundador do *O Publicador Goyano* é carregada de legados, por sua atuação tipográfica e fabricação de papeis e periódicos, quanto por sua ascensão social, sendo um homem negro e pobre, que se destacou na sociedade goiana oitocentista, tão carregada de preconceitos.

3.4 A SECÇÃO SCIENTIFICA

A *Secção Scientifica* é uma das dez editorias do jornal *O Publicador Goyano*. Na primeira edição do periódico, a seção é mostrada como um espaço de compartilhamento de conhecimento, no qual lições científicas e artigos especiais sobre educação serão veiculados, pois a imprensa é pensada pelos editores do jornal com um lugar poderoso para a educação:

Figura 12 - Primeira edição da Secção Científica



Fonte: Jornal *O Publicador Goyano*, ano I, n. 1, 23 fev. 1885, p. 2.

O redator informa que a educação é considerada a “bussola da felicidade humana [...]” (Secção Científica, 1885, p.2) e que o compromisso com o ensino será presente nas páginas do periódico, visto que este é um “jornal dedicado ao bem do povo”. De fato, é possível observar que há vários textos sobre educação, os quais chegam a serem continuados em várias edições do periódico.

É dito que os editores pertencem à “moderna escola de S. Smiles”, Samuel Smiles era escocês, estudou medicina na Universidade de Edimburgo e escreveu vários livros, como “Self-Help” (Auto-ajuda), de 1859; “Character” (Caráter), de 1871; “Thrift” (Poupança), de 1875; “Duty” (Dever) de 1880; e “Life and Labour” (Vida e trabalho), de 1887¹⁷. Segundo Rüdiger (1995), com o livro Auto-ajuda, Smiles pretendia mostrar aos leitores que a felicidade e o bem-

¹⁷ Informações retiradas do site da editora Fórum, disponível em: <https://www.editoraforum.com.br/noticias/livro-o-carater-de-samuel-smiles-inspira-nobres-virtudes/>. Acesso em 22 mar 2023

estar dos indivíduos dependiam da força de vontade de cada um e dos bons hábitos que praticam.

O conceito-chave não era realização ou prazer, mas caráter. A vida bem-sucedida que a doutrina da autoajuda pregava não se baseava na satisfação individual dos desejos mas confundia-se com a prática do trabalho e o cumprimento dos deveres estabelecidos pela sociedade. A felicidade individual e o sucesso, caso se queira empregar o termo, não eram conseguir qualquer coisa da vida mas formar um bom caráter (Rüdiger, 1995, p. 37).

O autor afirma que a motivação de Smiles era pela preservação da moral cristã, à medida em que existia um individualismo crescente, devendo o homem cumprir seus deveres com a igreja e depois com a sociedade, embora a segunda também fosse um dever para consigo mesmo. Os textos de Smiles são recorrentes na *Secção Científica* e, em sua primeira edição, logo após a apresentação do que referida seção, é publicado um de seus artigos – o qual é debatido a seguir.

Considerando ainda este caráter educacional da *Secção Científica*, o redator, em apresentação ao que é a seção, afirma que por acreditar e professar um “verdadeiro culto ao poder da vontade”, achará os melhores meios para fazer o que couber para a promoção da educação e que críticas construtivas são bem-vindas, pois estas lhe ajudariam na missão de educar. Ademais, ele pede que os mestres (professores) reconheçam o papel educativo do periódico.

A apresentação do que é a seção condiz com os artigos publicados no decorrer das edições, pois os textos são caracterizados por uma abordagem científica e educacional, refletindo, portanto, os princípios fundamentais subjacentes ao escopo editorial da publicação.

4 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A TENTATIVA DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA POR MEIO DAS NARRATIVAS SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA SECÇÃO SCIENTIFICA DO JORNAL O PUBLICADOR GOYANO

Ao analisar a seção de interesse neste trabalho, é imprescindível dialogar sobre o Positivismo, visto que este se relaciona com os temas pertinentes aos assuntos tratados abordados nos textos, como a ênfase na ciência e na razão; a prevenção e promoção da saúde; a higiene e a saúde pública em si e o desenvolvimento da medicina a partir das experiências e avanços científicos. A partir do final do século XIX, período de veiculação do O Publicador Goyano, chegou ao território brasileiro um “conjunto de valores e modelos que a elite dirigente desejava incorporar como referência para a sociedade” (Herschmann e Pereira, 1994). É possível observar, conforme será mostrado, que esses valores eram baseados, sobretudo, em modelos europeus - franceses - e buscavam coordenar e regular as representações sociais, influenciando assim a própria estrutura da sociedade:

Eram inspirados no modelo puritano, ascético e europeu e ganharam corpo nas reformas sanitárias, pedagógicas e arquitetônicas deste século. Esses valores foram aglutinados em formulações filosóficas e científicas que procuravam ter junto à sociedade um efeito moral, normatizador. A palavra de ordem é sintonizar-se com a Europa, ou melhor, “civilizar-se” o mais rápido possível, de modo que o país pudesse, o quanto antes, competir no mercado internacional. Assistimos, naquele momento, à procura de inovações no campo da ciência aplicada. A ciência técnica passava a ser considerada “crucial” para o “destino da nação” (Herschmann; Pereira, 1994, p. 26).

Essa reformulação do espaço urbano tinha como objetivo vencer o “atraso colonial”, com reformas e novas formas de organização, mesmo que ainda que de modo superficial, almejando que essa projeção externa, de natureza pública e urbana, fosse capaz de influenciar e guiar os cidadãos (Herschmann; Pereira, 1994).

Ainda que com fundamentais diferenças, o século XIX brasileiro viu surgir novas formas de organização social que nos aproximavam do processo de racionalização, que, nas reformas sanitárias e pedagógicas desse século, na Europa, ganhou características que permitiriam chamá-lo de normalização. Aqui, novas formulações científicas, filosóficas, literárias e políticas juntaram-se a práticas de incipiente mas nítido conteúdo normalizador. O exemplo mais

distintivo dessa nova combinação é a política higienista da medicina. A integração da família à ordem urbana foi um dos objetos mais arduamente perseguidos pela medicina higienista. Nesse sentido, elaborou uma política de saúde que cuidava de mudar os hábitos e valores nocivos da tradição, de estabelecer uma nova ética das relações afetivas que orientasse o comportamento dos indivíduos em todas as circunstâncias da vida privada e social. A figura do padre, tradicionalmente investido dessas funções, foi, aos poucos, sendo eclipsada pela presença do médico na vida da família urbana (Muricy, 1988, p. 14).

É possível relacionar este contexto efervescente de mudanças com os textos presentes no *O Publicador Goiano*. Os textos presentes na *Secção Scientifica* são carregados dessa nova abordagem, com questões relativas aos novos hábitos de higiene e questões relativas ao núcleo familiar, tendo como foco a figura do médico e do educador.

A ascensão do médico à condição de intelectual prestigiado e da medicina à posição de um saber “regenerativo” e crucial para o país foi coincidente com o período de crise do Império e início da Primeira República. Um dos fatores decisivos para a queda de Dom Pedro II foi o aparecimento de uma geração de intelectuais que entrou em evidência na década de 1870, constituída basicamente por alguns magistrados, profissionais liberais e membros do setor militar desvinculados dos interesses dos grandes proprietários de terra. Esta geração cientificista, abolicionista e republicana pressionou o Estado imperial exigindo maior representação em suas decisões (estavam representados apenas os interesses da elite escravocrata e agroexportadora). Deslumbrada com o potencial do conhecimento científico, questionou a eficiência do regime, a moralidade da escravidão e a qualidade da produção cultural brasileira (Herschmann; Pereira, 1994, p. 43).

Conforme pesquisa documental¹⁸ realizado pela autora, a ciência, tendo como bases assuntos sobre saúde, era um tema recorrente nas páginas dos periódicos goianos oitocentistas, seja para informações sobre doenças, dicas de plantas medicinais, precariedade hospitalar, apelo para novos e melhores hábitos de higiene e alimentares ou comunicados sobre os médicos. A princípio, o que se pode perceber é uma tentativa de introdução da cultura científica para a população com aplicabilidade no cotidiano. Contudo, a seção

¹⁸ A autora possui monografia para título de bacharela em Jornalismo o texto “A ciência em jornais goianos do século XIX: Registros, narrativas e historicidades”, no qual analisa os jornais oitocentistas goianos angulados pelo surgimento da ciência no presente território a partir destes registros jornalísticos. No estudo, há a construção de elementos teóricos, metodológicos e instrumentais a fim de narrar as historicidades do campo científico da época, considerando os contextos histórico, político e sociocultural.

de interesse para este estudo não se encontra disponível em todas as edições do periódico, estando restrita aos dois primeiros anos de existência do jornal, ou seja, nos anos de 1885 e 1886. Além disso, não foi fornecida qualquer explicação ao leitor quanto aos motivos que levaram à descontinuação da publicação da *Secção Scientifica*.

A partir do levantamento de cada edição publicada do jornal *O Publicador Goyano*, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, foi observado que das 153 edições publicadas, somente 26 continham a seção de interesse deste estudo. Deste total, 16 edições continham assuntos pertinentes a saúde e ciência e as outras 10 a temas diversos. Nas outras 127 edições não foram veiculadas a referida seção. Desta forma, foram analisadas neste trabalho somente aquelas que dizem respeito à saúde em geral e vale ressaltar que, após análise das edições relacionadas à saúde, foi constatado que o tema mais recorrente tratava da educação.

Para uma melhor compreensão das análises, elas foram divididas em temas, sendo eles Positivismo, Educação e Saúde; Novos Hábitos de Higiene; e Experiências e Avanços Científicos. Os temas foram eleitos pois, ao analisar as seções, percebeu-se que havia similaridade nos conteúdos expostos, podendo estes serem expostos a partir desta divisão apresentada. São sete edições referentes à temática Positivismo, Educação e Saúde; duas sobre Novos Hábitos de Higiene e sete sobre Experiências e Avanços Científicos.

4.1 POSITIVISMO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Conforme aponta Rabelo (2010), durante a organização do espaço urbano do território goiano, nos anos oitocentistas, um dos aspectos do sanitarismo na Cidade de Goiás, era a forte influência da medicina urbana francesa, a qual, citando Foucault (1999) não era uma “medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência” (Foucault, 1999, p. 92 *apud* Rabelo, 2010, p. 33). Rabelo (2010) explica que essa abordagem envolvia a relação dos efeitos do ambiente sobre o organismo, resultando na concepção de salubridade, que difere de saúde, mas refere-se ao estado das condições ambientais e do meio em relação ao

impacto na saúde. A higiene pública, noção fundamental para a medicina social francesa do século XIX, consistia no controle político-científico deste ambiente. O autor afirma ainda que “[...] tal controle supunha uma vigilância sanitária contínua e que isolasse e classificasse os indivíduos e os fenômenos, tornando a sociedade um espaço totalmente esquadrihado” (Rabelo, 2010, p. 33).

Além da vertente da higienização pública, sendo esta uma estratégia de dominação, é observado também uma retórica inspirada na natureza:

A natureza deixa de ser apenas um referencial e passa a assumir um papel central como princípio explicativo da existência. Passa-se a considerar todas as entidades existentes como naturais, pertencentes à ordem da natureza, ou seja, objetivo da ciência, cada vez mais, é a redução do meio físico a “leis”. A natureza torna-se um suporte “documental”, ponto de partida para a elaboração de sistemas explicativos “pragmáticos” e “científicos” que deveriam dar conta do indivíduo e da “realidade nacional” (Herschmann; Pereira, 1994, p. 43, grifos dos autores).

Herschmann e Pereira (1994) apontam que ocorre uma mudança na maneira como a sociedade entende e interpreta o mundo ao seu redor, pois, até então, a natureza era vista como um ponto de referência externo, no entanto, com o avanço do pensamento científico e filosófico, essa visão começa a mudar, e a natureza começa a ser um ponto de partida, um princípio explicativo fundamental da existência.

Segundo Rabelo (2010), em nenhum outro local da América Latina o Positivismo se difundiu tão bem quanto no Chile, México e Brasil. O autor acredita que sua popularidade se deu pela ruptura em relação à imaginação e à argumentação, sujeitando-as à observação e à experimentação.

O positivismo proporcionou-lhes um “método”, fez desses cientistas “missionários do progresso”, “sacerdotes do conhecimento”, transformou a ciência no único caminho para se atingir a saúde plena do “corpo social”, a “civilização”. Era preciso, no entanto, segundo esses intelectuais “intervir”, “organizar”, “sanear”, “prevenir”, a fim de evitar os “perigos”, “excessos”, “falhas” e “desvios” que ameaçavam o meio ambiente, a cultura e o indivíduo, isto é, a concretização do principal objetivo: a “realização plena da nação”. Essa doutrina assumiu, portanto, para essa nova geração de pensadores, cientistas-escritores-intelectuais, um significado fundamental. Constituiu-se na matriz ideológica, no ponto de partida para os que se engajaram na “marcha rumo ao progresso”. Respaldo a ascensão desses indivíduos à condição de intelectuais junto ao Estado e legitimou suas intervenções. Entre os intelectuais mais claramente autoritários, como, por exemplo, os médicos, os educadores e os engenheiros, essa doutrina veio mesclada com outros modelos

teóricos em voga na Europa, tais como o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer, que constituíram, tanto quanto o positivismo, a base do seu cientificismo (Herschmann; Pereira, 1994, p. 57, grifos dos autores).

Os pontos expostos são observados nas edições da *Secção Scientifica* do *O Publicador Goyano*. Os textos carregam esse teor científico e de legitimação, sobretudo nas vezes em que trata sobre questões relacionadas à educação e saúde. Em várias edições é mencionado Hebert Spencer (1820-1903), inclusive, com longos textos em cada edição, chegando até mesmo a ser continuado em outras edições do jornal. Spencer foi um filósofo e sociólogo inglês, criador da expressão “sobrevivência dos mais aptos”, conhecida como evolucionismo, ou darwinismo social. “O darwinismo social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores” (Bolsanello, 1996, p. 154). Além disso, Spencer acreditava que os menos aptos deveriam morrer mais cedo e deixar menos descendentes.

Na segunda edição da *Secção Scientifica*, no texto “Quaes os conhecimentos de maior valor para educação”, é exaltado a importância da educação e como esta é construída a partir da colaboração escola-família. Em comparação com outros artigos publicados, este se destaca pelo seu tamanho, utilizando praticamente três colunas da página (o jornal era composto por cinco colunas em cada página) e é continuado em outras edições. A página possui uma parte rasurada e, por isso, não é possível continuar a leitura. Contudo, um trecho específico chama a atenção ao afirmar que é preciso determinar os valores relativos ao conhecimento.

Figura 13 - Segunda edição da *Secção Scientifica*

Para conseguirmos um tal fim, é necessario primeiramente obter um padrão de valor. E felizmente, sobre a determinação da verdadeira medida do valor, expressa em termos geraes, não póde haver discrepância alguma. Cada qual, examinando o valor de qualquer cathegoria particular de conhecimentos, fará a sua demonstração sob o ponto de vista da applicação que ella póde ter nos negocios da vida. Respondendo á pergunta—isto para que serve?—o mathematico, o philologo, o naturalista ou o philosopho mostra o	módo como a sua sciencia influe beneficemente na acção, como ella póde libertar-nos do mal, assegurar-nos o bem, conduzir-nos para a felicidade. Quando o mestre de escripta indica que grande auxilio esta arte presta ao bom exito dos negocios, o que ella é para a aquisição do sustento e para as urgencias da vida; apresenta a prova da sua especialidade. E quando um colleccionador dos factos do passado, um numismatico, se vir embaraçado em tornar patentes os effeitos apreciaveis que esses factos podem produzir	para a felicidade humana, terá de admittir que elles são comparativamente sem valor. Todos, portanto, quer directamente, quer implicitamente, appellam para esta ultima prova. Como viveremos? tal é para nós a questão essencial. Não como viveremos no sentido material do termo sómente, mas na sua mais larga acceção.
--	---	---

Fonte: Jornal *O Publicador Goyano*, ano I, n. 2, 7 mar. 1885, p. 1.

O artigo diz que a sociedade só poderá ser liberta do “mal” através da educação, sendo essa, até mesmo, uma condicionante para a felicidade. Ele chega a comparar que um numismático, pessoa que estuda medalhas e moedas e, por conseguinte seus valores, teria que admitir que ao se comparar com a educação, elas não teriam valor algum. Mais à frente, o artigo classifica as atividades mais importantes à vida do indivíduo, sendo:

1. actividades que directamente contribuem para a conservação propria;
2. actividades que, assegurando as coisas necessarias à vida, contribuem indirectamente para a conservação propria;
3. actividades que teem por fim a educação e disciplina dos filhos
4. actividades relativos ao nosso procedimento social e às nossas relações politicas;
5. actividades que preenchem o resto da vida consagrada à satisfação dos gostos e dos sentimentos” (Secção Scientifica, 1885-b, p.2).

A justificativa sobre essa sequência está presente na terceira edição. Em linhas gerais, é informado que o ser humano precisa conservar a sua vida para que consiga preservar sua espécie. Também é dito que a família precede o Estado e que, por isso, é possível que a educação das crianças possa ser feita antes do próprio Estado existir. Posteriormente, é dito que

[...] a excellencia da sociedade depende das virtudes dos cidadãos; e como a natureza dos cidadãos se modifica mais facilmente por uma instruccção prematura do que por qualquer outra causa, devemos concluir que o bem-estar da familia sobreleva ao bem estar da sociedade” (Secção Scientifica, 1885-c, p.2).

O artigo ainda sugere que o investimento na educação precoce e o fortalecimento das famílias é fundamental para promover uma sociedade moral e próspera. Além disso, é afirmado que seja mais fácil moldar e influenciar a natureza do ser humano quando estes são jovens e estão em processo de aprendizagem e que a qualidade da sociedade é determinada pela qualidade de seus membros individuais. Rabelo (2010) entende que a narrativa de comportamento era algo estimulado e, assim, possuía uma adesão voluntária:

Para conseguir a subordinação das famílias ao Estado não bastava a imposição das leis, cujo poder é essencialmente punitivo, coercitivo, descontínuo e cujo principal mecanismo essencial é a repressão. Era preciso a adesão voluntária das famílias e dos indivíduos por meio dos dispositivos normativos, e o que tornava possível essa adesão era o fato de que, mesmo apresentando táticas repressivas, a norma promete recompensas aos que a ela se submetem. Com isso, consegue estimular comportamento e sentimentos desejáveis. Por intermédio da norma, os indivíduos deveriam ver no Estado um aliado na garantia da saúde, do bem-estar e do progresso da população. Tendo por objetivo a adesão das famílias ao Estado, a normalização buscava compensar as deficiências da lei e respeitar as liberdades individuais de acordo com o pensamento liberal. Para isso, vários dispositivos foram utilizados: o discurso médico-higienista, a instrução pública, a literatura, a etiqueta, entre outros. Tal engenho transformou as relações dos membros familiares entre si e da família com o Estado, pela criação do sentimento de amor à pátria. (Rabelo, 2010, p. 129-130) .

Essa disseminação de ideias e valores estava presente nas páginas da *Secção Scientificado* jornal *O Publicador Goyano*, com a exaltação da educação e fortalecimento da família, sobretudo no que diz respeito à educação das crianças. Acerca da educação dos jovens e do papel instrutivo das famílias, é afirmado que a educação moral deveria preceder a intelectual, consistindo na:

[...] inoculação de sentimentos bons e nobres, os quaes concorrerão para a formação dos corações juvenis. [Os pais] devem, portanto, cuidar da educação moral porque é ella que estabelece a paz doméstica e torna o homem respeitado e estimado pela sociedade. Do que serve o homem a riqueza sendo vicioso, quando não possa comprar a sabedoria e a virtude? [...] A educação moral é um poderoso auxiliar para a intellectual porque quanto mais morigerado for o adolescente, tanto mais progressos conseguirá na carreira scientifica; do mesmo modo que, as paixoes desordenadas affetarão a intelligencia, influem sobre a vontade. [...] A educação intellectual deve assentar-se sobre bases sólidas; já em relação ao corpo - educação physica; já em relação ao espírito - educação moral -

condições, sine quibus, não produz o effecto desejado-o nosso bene, e até muitas vezes é prejudicial ao homem e aos seus semelhantes. [...] Podemos comparar as sociedades futuras assim constituidas a um edificio á erigir-se: os filhos educados physica, moral e intellectualmente serão os materiais para a sua construccão; os paes - habeis architectos (Secção Scientifica, 1885-d, p.2).

Ao dialogar com Rabelo (2010), é possível sugerir que a educação dada aos jovens funcionaria como um sistema de oferta-recompensa. O artigo exposto afirma que era preciso inocular sentimentos bons e nobres para que houvesse a paz doméstica, transformando, assim, o jovem em um homem respeitado, virtuoso e sábio. Rabelo (2010) afirma que esses dispositivos normativos “[...] transformariam a organização das famílias e os comportamentos dos indivíduos entre si e nas relações com o Estado” (Rabelo, 2010, p.125).

Esse controle é observado também no primeiro texto em que, de fato, é abordado sobre saúde pública na *Secção Scientifica*, em sua quinta edição. Em síntese, a narrativa defende que as doenças aparecem na sociedade pois a população não tem conhecimento sobre o funcionamento do corpo, desconsiderando o próprio meio em que vivem. Nesta publicação, o redator destaca a importância da observação atenta das sensações humanas como um caminho para evitar muitos males. A ideia central é que se as pessoas fossem mais conscientes de seus próprios sentimentos e necessidades físicas, poderiam minimizar significativamente o sofrimento físico, visto que seguir as leis naturais permitiria que o corpo funcionasse de maneira mais eficaz. O autor do texto destaca também que há uma profunda ignorância sobre as leis da vida e a falta de reconhecimento de que as sensações são guias naturais e confiáveis, dessa forma, como resultado, muitas pessoas adoecem devido a violações contínuas dessas leis naturais. Diante desse contexto, o redator argumenta que a sociedade não deve duvidar da importância dos princípios da fisiologia, pois a falta de conhecimento nessa área é apontada como a razão pela qual é comum encontrar pessoas que, devido à ignorância sobre as necessidades básicas do corpo, sofram de vários males.

Figura 14 - Quinta edição da *Secção Scientifica* e a primeira discussão sobre saúde pública

Secção scientifica. Quaes os conhecimentos de maior valor para a educação. [Continuação.] Assim como sem saude e sem energia se tornam mais ou menos impossiveis as actividades industriaes, familiares, sociaes, etc.; assim, é evidente que esta especie secundaria da conservação propria, directa, é pouco menos importante do que a primeira, occupando ainda logar muito alto os conhecimentos tendentes a fornecerem a sua segurança. Verdade é que aqui também, a Natureza promptamente nos fornece um guia. Nas variadas sensações physicas e nos appetites, estabeleceu uma notavel conformidade entre elles e as nossas principaes necessidades. Felizmente para nós, a necessidade de alimentação, o grande calor, o intenso frio produzem suggestoes demasiado violentas para não serem immediatamente attendidas.	E se os homens obedecessem habitualmente a suggestões do mesmo genero, embora menos fortes, poucos males relativamente soffreriam. Se a fadiga do corpo ou do espirito fosse sempre seguida pelo descanso; se a oppressão causada pela falta de ar fosse sempre remediada pela ventilação; se comessemos só quando tivessemos fome; se bebessemos apenas quando tivessemos sede; então o nosso organismo raras vezes estaria fóra da ordem do trabalho. Mas ha uma ignorancia tão profunda das leis da vida, que a gente desconhece que as nossas sensações são os nossos guias naturaes, e (quando adoecemos pelas continuadas infracções que lhes fazemos) nossos fidedignos guias. Assim, teleologicamente fallando, a Natureza deu-nos efficazes salvaguardas da saude, mas a falta de juizo torna-os em grande parte inuteis. Posto que ninguém duvide da importancia dos principios da physiologia, como meio de gozar uma vida perfeita, se alharmos ao redor de nós, quantas pessoas encontraremos, no meio ou no fim da vida, que se consideram felizes? Só mui raramente podemos encontrar um exemplo de saude vigorosa, continuada até á velhice; enquanto que a todas as horas damos de face com exemplos de molestias agudas, chronicas, debilidades geraes e precoces velhices.
---	---

Fonte: Jornal *O Publicador Goyano*, ano I, n. 5, 28 mar. 1885, p. 1.

O autor do artigo escreve que se os seres humanos observassem mais suas sensações, “poucos males relativamente soffreriam”. Isso quer dizer que, se o corpo está cansado, é preciso descansar; se há falta de ar, é necessário uma ventilação. Se deve comer somente quando estiver com fome e beber quando estiver com sede: cumprindo essas leis, o corpo trabalharia melhor, porém “há uma ignorancia tão profunda das leis da vida, que a gente desconhece que as nossas sensações são os nossos guias naturaes, e [quando adoecemos pelas continuadas infracções que lhes fazemos] nossos fidedignos guias” (Secção Scientifica, 1885-d, p.1). Posto isso, o redator argumenta que é necessário que a sociedade não duvide da importância dos princípios da fisiologia. Pela falta de conhecimento, é afirmado que não é raro encontrar pessoas com:

[...] molestias agudas, chronicas, debilidades geraes e precoces velhices. Dificilmente haverá alguém, se perguntarmos, que não tenha tido durante o curso da vida, uma doença que facilmente teria evitado com o mais leve conhecimento physiologico” (Secção Scientifica, 1885-d, p.1).

Mais à frente, é exemplificado situações de doenças que poderiam ter sido evitadas caso houvesse esse conhecimento, porém, é afirmado também que a ciência não remedeia completamente o mal, mas que esse conhecimento aplicado “deve preceder uma vida mais racional, que virá a seu tempo” (Secção Scientifica, 1885-d, p.1). O redator reforça também a necessidade de ter um curso de fisiologia e como esta poderia ser aplicada na vida diária. Contudo, ele reconhece que essa defesa seria recebida por várias pessoas como sendo algo medíocre e passível de ser zombado:

[...] Homens ha que córiam errando a pronuncia da palavra Iphigenia e que receberiam como insulto qualquer observação que se lhes fizesse sobre a sua ignorancia a respeito dos fabulosos trabalhos de um fabuloso semi-deus, mas que não teriam o menor pejo em confessar que não sabiam que funcção exercia a trompa d'Eustaquio, quaes as acções da espinal medula, qual é o número normal das pulsações, ou como trabalham os pulmões. Cheios de cuidados por que os seus filhos conheçam perfeitamente as superstições de ha dois mil annos, não teem a menor curiosidade em saber qualquer coisa sobre a estrutura e funcções do seu proprio corpo, nem desejam que lh'as ensinem. Tão poderosa é ainda a influencia da rotina estabelecida! Tão formidavelmente, na nossa educação, é preferido o ornamental ao útil!” (Secção Scientifica, 1885-d, p.2).

O trecho possui um forte apelo ao campo científico, contrastando com o pensamento religioso que estava integrado ao Estado, uma característica marcante do Positivismo. Em termos gerais, o Positivismo defendia o uso da razão, da observação, da experimentação, da comparação e de leis efetivas como ferramentas científicas para alcançara verdade (Faustino e Gasparin, 2011). A influência positivista no âmbito científico se destaca principalmente na valorização da “ciência útil”, enfatizando a importância de demonstrar à sociedade como o conhecimento científico pode ser aplicado em situações cotidianas.

Em uma seção veiculada mais adiante, a 27ª, de 30 de agosto de 1885, foi veiculado um discurso lido pelo Sr. J. Beclard na sessão anual de 19 de maio de 1885, da Academia de Medicina de Pariz, em elogio ao médico Claude Bernard, francês, nascido no início do século XIX, conforme exposto no próprio artigo. O texto começa com uma breve introdução sobre a origem da ciência e que dentre todas as mudanças já presenciadas até aquele momento, nenhuma foi mais completa do que aquela que renovou as bases da fisiologia. Bernard é

considerado como um dos fundadores da fisiologia experimental e fez contribuições significativas para a ciência médica e a compreensão dos processos fisiológicos do corpo humano (Padula, 2011).

Figura 15 - Quadro Claude Bernard e os seus discípulos, de Leon Augustin Lhermitte (1889)



Fonte:Meisterdrucke: A fábrica de impressões artísticas de alta qualidade, 2023¹⁹

Ainda segundo a *Secção Scientifica* edição 27^a do *O Publicador Goyano*, o terreno para as pesquisas encabeçadas por Bernard era fértil, visto que o panorama da época era de muitas pesquisas empreendidas em quase todas as partes da fisiologia experimental, o que rapidamente conquistou uma notoriedade. Ao elogiar o médico, o discursante afirma que ele “Podia-se segundo sua escola desdenhar a hypothese e a paixão das realidades; mas quasi sempre dominado por uma ideia, com os olhos fechados à tudo mais, suportava, antes do que dirigia, as condições da experiencia” (Elogio, 1885, p. 2-3). O trecho indica que Bernard estava disposto a “suportar” ou aceitar as condições das experiências que estava realizando, em vez de tentar controlá-las ativamente. Ele não estava necessariamente dirigindo as condições das experiências, mas estava mais inclinado a observar e aceitar como as coisas

¹⁹Disponível em: <<https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Leon-Augustin-Lhermitte/269117/A-li%C3%A7%C3%A3o-de-Claude-Bernard-%281813-1878%29-ou,-Sess%C3%A3o-no-Laborat%C3%B3rio-de-Vivisec%C3%A7%C3%A3o,-1889.html>>. Acesso em: 14 set. de 2023.

se desenrolavam, estando este método experimental intimamente ligado à abordagem científica.

Magalhães (2004), afirma que a institucionalização da medicina no Brasil significou romper com longos períodos em que predominava o tratamento médico fornecido por curandeiros, herbalistas, seguidores dos conhecimentos empíricos dos povos indígenas, africanos e jesuítas. A pesquisadora explica que com a criação dos cursos médico-cirúrgicos em 1808, por iniciativa de D. João, começou um processo de reconhecimento da profissão médica como uma atividade que exigia conhecimentos distintos daqueles até então comuns na sociedade (forma empírica). Até então, a escassez de profissionais nacionais e a influência de estrangeiros, médicos e cirurgiões formados em universidades europeias, eram evidentes. Seria somente a partir do século seguinte que as práticas de cura empírica começariam a ser substituídas por fundamentos racionais, através do ensino promovido pelas instituições acadêmicas. É também, na década de 1880, que a legislação passa a ser mais rigorosa com aqueles que exerciam a medicina sem ter o diploma de médico, incluindo os farmacêuticos. Contudo, Magalhães (2004) destaca que mesmo ao mesmo tempo que o governo inibia a atuação dos não formados, ele também concedia autorização para os que não tinham formação acadêmica, sendo justificado pelo fato de que não havia profissionais formados para atender toda a demanda local.

O discurso lido e publicado por completo no jornal vai de encontro com o contexto apresentado, quando a medicina estava sendo formalmente institucionalizada no Brasil. A influência estrangeira, especialmente de médicos formados em universidades europeias renomadas, como as francesas, era marcante. Isso refletia a busca por conhecimentos e práticas médicas científicas, em contraste com as tradições empíricas que predominavam até então. O discurso evidencia também a transição gradual de uma prática médica baseada na experiência para uma abordagem mais fundamentada em conhecimentos científicos e acadêmicos, um processo que caracterizou a institucionalização da medicina no Brasil no final dos anos oitocentistas.

Na edição seguinte, a 28ª, é continuado o discurso lido pelo Sr. J. Beclard na sessão anual de 19 de maio de 1885, da Academia de Medicina de Paris, elogiando o médico Claude Bernard. Segundo o texto, Bernard foi

pioneiro em pesquisas sobre a ação glicogênica do fígado. O artigo descreve sobre diversas experiências médicas e a escrita da tese de doutorado do médico, sendo caracterizado por uma linguagem técnica e direcionada à classe médica francesa. A veiculação deste tipo de conteúdo no *O Publicador Goyano* demonstra que o periódico estava antenado na discussão científica mundial moderna, transcendendo as fronteiras geográficas, pois ao publicar traduções de artigos científicos, resumos de descobertas e experiências e outros textos sobre questões científicas, o jornal não apenas informava seus leitores, mas também os engaja em um diálogo intelectual sobre os avanços científicos do período, como observado nas interações realizadas pelas cartas dos leitores.

A última edição que compõe este tema é a 37ª e veicula o texto “A natureza e a Scienza - A razão das cousas - A explicação”. Ressalta-se que não é a primeira vez na *Secção Scientifica* que um texto deste livro (A natureza e a Scienza) é veiculado. No artigo é afirmado que, se o indivíduo conhece a razão de uma coisa, ou consegue explicá-la, ele conhece a sua causa, enfatizando, assim, a importância da busca por causas e explicações racionais para os fenômenos naturais, refletindo a ideia de que a compreensão do mundo é alcançada através da aplicação da razão e da investigação sistemática. Para isso, o autor do texto usa como exemplo o cheiro de queimado - se um maço de palha inflamado seja a causa do cheiro de queimado, perguntará, imediatamente, quem o tem acedido ou qual é a causa da sua inflamação, dessa forma, descobrirá, talvez, que um fósforo foi aceso e lançado no maço de palha, concluindo, assim, que o fósforo foi a causa do incêndio. Contudo, o fósforo não foi riscado sozinho, então, a presença de alguém causou este efeito. Como conclusão, o autor afirma que não haverá limite para as questões derivadas umas das outras, que podem ser feitas sucessivamente, chegando ao ponto de que algo só pode ser explicado se conhecer sua causa ou razão de existência. A ênfase na progressão contínua das perguntas e respostas, buscando cada vez mais a causa última de um evento, reflete a confiança no poder da razão humana para desvendar os mistérios do universo, uma característica fundamental do cientificismo. Assim, a compreensão da relação entre causa e efeito, um dos princípios basilares da ciência positivista, como descrito no texto, está alinhada aos princípios do

cientificismo, que promove uma abordagem racional e sistemática para a compreensão do mundo natural.

4.2 NOVOS HÁBITOS DE HIGIENE

Durante a organização do espaço urbano em Goiás, na primeira metade do século XIX, Moraes (1995) analisa como o sanitarismo foi instituído, moldando novas práticas sanitárias que tiveram como objetivo esvaziar e purificar o espaço público:

Em 1834, o sanitarismo configurou as práticas sanitárias, restringindo-as a um conjunto de ações sobre os fatores encarados como responsáveis pelo aparecimento da doença coletivamente, identificados com o meio urbano. Em consequência foi reduzido à disposição maior ou menor das condições adequadas de moradia, esgoto, dentre outros. O sanitarismo em Goiás, entretanto, teve também um outro significado. Além da alteração das condições de algumas doenças infecto-contagiosas nos trabalhadores - como a tuberculose e a lepra que eram controladas pelo Governo Provincial através do Hospital de Caridade de São Pedro de Alcântara - as práticas sanitárias foram voltadas para o esvaziamento do espaço público, visando novos hábitos de trabalho e evitando o perigo da aglomeração dos trabalhadores que, no discurso dos Presidentes de Província, estavam vadiando e fomentando insurreições (Moraes, 1995, p. 15).

Moraes (1995) afirma que, embora o sanitarismo tenha emergido na sociedade goiana como uma tentativa de controlar o aparecimento de doenças, há também raízes econômicas nesta utilização do saber médico em favor dos interesses econômicos e políticos, visto que essas práticas sanitárias visavam diminuir a quantidade de mendigos e o amontoado de pessoas pelas praças e ruas, pois, segundo o pensamento da época, proliferavam doenças e impedia que o ar circulasse.

É possível observar essa narrativa na sexta edição do *O Publicador Goyano*, publicada em 4 de abril de 1885. O texto "Hygiene Conservadora," de autoria de M.F.A, anuncia a intenção de oferecer uma exploração detalhada das leis fundamentais que regem o funcionamento do organismo humano. No início, o autor estabelece a base do argumento, destacando que tanto o ser humano quanto os animais podem ser compreendidos, do ponto de vista anátomo-fisiológico, como uma complexa composição de órgãos, cada qual

desempenhando funções específicas e todos operando sob a jurisdição de um centro de controle (saber médico).

À medida que o artigo prossegue, o corpo humano é elogiado como uma "admirável máquina", com o autor enfatizando que nem mesmo as máquinas mais sofisticadas construídas pelo ser humano podem igualar a eficiência e a complexidade do organismo humano. Essa perspectiva é uma expressão dos princípios higienistas da época, que priorizavam a promoção da saúde. Nesse contexto, saúde era definida como a ausência de doenças e seu cuidado era encarado como uma questão de prevenção, envolvendo a implementação de medidas sanitárias e práticas médicas. Esse enfoque higienista, que buscava ressaltar a importância da compreensão e manutenção do bem-estar físico, reflete o contexto histórico no qual o artigo foi escrito, abordando temas fundamentais relacionados à saúde pública e à higiene pessoal.

Neste texto, o autor explica sobre o processo embrionário e a importância da nutrição, sendo esta dependente de duas variáveis: do próprio organismo e uma exterior. Sobre o organismo, o autor consegue se aproximar dos objetivos eugenistas²⁰, ao afirmar que

[...] todos os paes de familia devem saber que a lei da hereditariedade é constante e universal. Os pais transmittem aos seus filhos as suas disposições morbidas. Um individuo, no qual se manifesta uma disposição morbidahereditaria, está fora das condições normaes, pede uma hygiene especial, que differe extraordinariamente da que se applica ao homem de constituição sã. Então, a hygiene e a medecina ajudam-se reciprocamente. O papel da medecina é prever a molestia futura e detel-a em sua evolução [...] (MFA, 1885, p. 1).

A partir desse pensamento, no qual existia um desequilíbrio populacional entre 'inferiores' e 'superiores', o "homem era sempre observado pela ótica da natureza, refletido como se fosse algum objeto que, experimental e geneticamente, pudesse ser manipulado e conduzido a uma situação de equilíbrio social" (Mai, 2003, p. 59-60). Mais à frente, o texto tenta apanhar não só os conceitos genéticos e hereditários, mas afirma que as condições de

²⁰ O termo pode ser entendido como um [...] conjunto de teorias e práticas, bem ou mal concatenadas entre si, que visam como seu escopo ao aprimoramento humano em todas as suas facetas: biológica, psicológica, médica. Visa à perfeição antropológica, principalmente a partir de sua carga genética (Nalli, 2003, p. 166).

saúde podem ser variadas e, segundo o autor, as principais são: 1) a absorção de um ar puro; 2) uma alimentação reparadora; 3) eliminação das substâncias inúteis e 4) as condições de calor, de luz, movimento, exercício e educação. Aqui, percebe-se a utilização dos saberes como dispositivos normativos, sendo esta, apontada por Moraes (1995), como uma estratégia colocada em prática pela classe dominante no intuito de disciplinar o trabalhador para as novas relações sociais no espaço da cidade.

Ao analisar o último tópico, observa-se que a educação sobre higiene renega o pobre. Ela é vista não só como algo presente na rotina, mas um imperativo de ordem social, conforme aponta Boarini (2003):

É uma necessidade instituída pelo desenvolvimento da civilização. Sem avançar no terreno das obviedades, há que se lembrar que, para atender à necessidade de higiene, sobretudo no meio urbano, essa mesma civilização criou condições básicas [...] que o pobre dificilmente usufruía (e ainda tem dificuldades para usufruir). Nesse panorama, ao se atribuir, única e exclusivamente ao indivíduo pobre a total responsabilidade pela sua saúde e justificar essa situação pela ignorância da população, é negar a falta de recursos e de caráter social necessários à preservação da saúde existentes nesse segmento da sociedade. Nega-se que a natureza do indivíduo é vulnerável às condições precárias vividas socialmente. Nega-se o fato de que a viabilização da higiene não é apenas uma questão de desejo particular de cada um. Nega-se a diferença de recursos dos diferentes segmentos da sociedade. Nega-se, enfim, a diferença entre classes sociais. Na lógica dessa negação, a alta incidência de mortalidade infantil ocorre porque o indivíduo é pobre e não conhece os preceitos de higiene. Nesse caso, a educação é o caminho (Boarini, 2003, p. 35).

Boarini (2003) destaca que, a partir desta perspectiva, não só as moléstias físicas tinham como remédio a higiene, mas também as doenças psíquicas, os bons costumes e a moral.

O cenário de saúde e higiene pública em Goiás, no ano de 1885, conforme relatório de Inspetoria de Higiene Pública, escrito pelo cirurgião Vicente Moretti Foggia, em 17 de junho, consta que não havia médicos suficientes na província, favorecendo, assim, o aparecimento de doenças:

Entrando na ordem da hygiene pública e da saúde publica o exercicio da medicina, é do meu dever ponderar a V. Ex^a que o pessoal medico existente no Sul da Província consta apenas, como V. Ex^a não ignora, de um medico militar e do abaixo assignado, já de idade muito avançada que, por seus incommodos de saude, pouco serviço pode prestar, isto nesta Capital e um na Cidade de Catalão, natural dessa localidade. Quanto ao Norte não consta haver medico algum formado.

Nesta circunstancia julgo ser de urgente necessidade de aumentar o pessoal medico, ao menos n'esta Capital, por meio d'algumas disposições legislativas, que convidem a algum profissional a vir estabelecer-se nesta Cidade, para evitar irregularidades, de que V. Ex^a está ao facto (Arquivo Histórico Estadual de Goiás *apud* Rabelo, 2010, 41-42).

As medidas sanitárias, a partir do Regimento das Câmaras, de 1828, eram subordinadas às Câmaras a partir de deliberações de órgãos ligados à administração da província, sendo um assunto pertinente à polícia, ou seja, consistia em obrigatoriedades, cobranças e até mesmo punições. Rabelo (2010) explica que essa estruturação de medidas procurava “reaparelhar e embelezar as cidades e vilas para assegurar o controle, a salubridade, a segurança, a ordem e o conforto dos habitantes” (Rabelo, 2010, p. 30). Conforme o regimento:

Art. 71. As Camaras deliberarão em geral sobre os meios de promover e manter a tranquillidade, segurança, saude, e commodidade dos habitantes: o asseio, segurança, elegancia, e regularidade externa dos edificios, e ruas das povoações, e sobre estes objectos formarão as suas posturas, que serão publicadas por editaes, antes, e depois de confirmadas. Art. 72 Poderão em ditas suas posturas comminar penas até 8 dias de prisão, e 30\$000 de condemnação, as quaes serão aggravadas nas reincidencias até 30 das de prisão, e 60\$000 de multa. As ditas posturas só terão vigor por um annoem quanto não forem confirmadas, a cujo fim serão levadas aos Conselhos Geraes, que tambem as poderão alterar, ou revogar (Rabelo, 2010, p. 30).

O regimento confirma o exposto por Moraes (1995) de que as medidas sanitárias não se limitavam apenas a lidar com questões relacionadas à saúde pública, prescrevendo normas ao espaço privado doméstico, mas também da estrutura urbana como um todo, estando intimamente ligadas aos interesses da classe dominante. Tais preceitos foram observados também na direção do Hospital São Pedro de Alcântara:

Uma vez mais, o Hospital pôs em prática uma forma de controle que simultaneamente já estava sendo realizado nas ruas e praças da cidade e, doravante, desdobrou-se para a esfera do privado. Introjetar hábitos de higiene corporal e mental na família do trabalhador, cuja normatização se pretende, tornar-se-á um desafio permanente para a classe dominante, através das Posturas Policiais e do Hospital de Caridade. Além de prescreverem normas ao espaço privado doméstico [...] as novas convicções incitavam à prática de novos hábitos como a troca periódica de roupas limpas, cuidados com a circulação do ar e vigilância constante contra o ócio. [...] Uma das mudanças mais acentuadas diz respeito aos banhos. Em todas as prescrições de tratamento médico encontradas na documentação do

Hospital, constam-se preocupações com a dieta de alimentos e inúmeros tipos de banho. [...] Na literatura médica da época, o essencial era atentar para a limpeza das mãos, dos pés, das axilas, virilhas e dos órgãos genitais. A limpeza das pessoas equivaleria a torná-las comportadas. Coexistindo com a prescrição dos banhos estavam as dietas, consideradas decisivas para a cura do doente (Moraes, 1995, p. 81-85).

Essa narrativa é observada na 8ª edição da *Secção Scientifica*, a partir da continuação do texto *Hygiene Conservadora*. O texto aborda, detalhadamente, as condições que o indivíduo deve ter para uma boa saúde, sendo as apresentadas anteriormente: absorção de um ar puro; alimentação reparadora; eliminação das substâncias inúteis e condições de calor, de luz, movimento, exercício e educação. O autor, ao discorrer sobre a respiração humana, aborda conceitos de elementos químicos e explica sobre o funcionamento do sistema sanguíneo. Em sua exposição, também é abordado sobre os miasmas, termo que se refere às impurezas presentes no ar. Vale ressaltar que o conceito de miasma, conforme Martins e Martins (2006) esclarecem, é um legado de uma das correntes mais antigas da medicina, que associava a ocorrência de epidemias a essas impurezas atmosféricas, e desempenhou um papel significativo no surgimento do movimento higienista.

Supunha-se que os miasmas se originavam a partir de exalações de pessoas e animais doentes, emanações dos pântanos, de dejetos e substâncias em decomposição. Sua presença era detectada através do mau cheiro. Acreditava-se que ao impedir a propagação dos maus odores, seria possível prevenir ou evitar as epidemias” (Martins e Martins, 2006, p. 1).

De acordo com o texto do periódico, os miasmas palustres, aqueles que se originam nos pântanos, são perigosos e causadores da “febre palustre”, conhecida atualmente como malária, transmitida para humanos pela picada de fêmeas infectadas dos mosquitos *Anopheles* (mosquito-prego). Segundo o artigo, os miasmas palustres “são uma causa poderosa de degradação física e moral dos habitantes de certos pontos do nosso império” (*Secção Scientifica*, 1885-e, p.1) e que os efeitos desta doença são terríveis. À frente, é dito que para minorar os efeitos dessa moléstia, era preciso seguir as prescrições de higiene e que “tudo depende da audácia e da energia dos habitantes” (*Secção Scientifica*, 1885-e, p.1). Como exemplo, o autor destaca que os holandeses,

mediante seu incansável trabalho, transformaram a Holanda, um território outrora pantanoso e praticamente inabitável, em um dos países mais avançados em termos de industrialização.

As doenças decorrentes dos miasmas estavam relacionadas com as condições do ambiente pela permanência em lugares impuros. Essa relação, conforme aponta Rabelo (2010) partia de uma

[...] noção de que a doença decorria da pobreza e das péssimas condições de moradia, e, em consequência dessa visão, a saúde e a salubridade tornavam-se questões de arquitetura, deixando de ser problemas exclusivos da medicina (Rabelo, 2010, p. 44).

Considerando o conceito, a seguir têm-se as principais doenças infecciosas na Cidade de Goiás entre os anos de 1864-1900:

Figura 16 - Principais Doenças Infecciosas na Cidade de Goiás 1864 – 1900

Doenças Infecciosas	Número de Óbitos	%
Disenteria	82	26,0
Tuberculose	64	20,2
Pneumonia	40	12,7
Hepatite	32	10,2
Febre Palustre (malária)	28	8,8
Ulceração Sifilítica	18	5,7
Tétano	15	4,7
Febre Tifóide	13	4,1
Meningite	12	3,8
Reumatismo	12	3,8
Total Geral	316	100,0

Fonte: FFCC, Documentos Avulsos, Atestados de Óbitos do Hospital São Pedro

Fonte: Rabelo (2010).

Os dados mostram que a maioria das doenças infecciosas que afetavam a Cidade de Goiás durante a segunda metade do século XIX estava diretamente relacionada às condições ambientais, sendo assim, classificadas por miasmas. Rabelo (2010) conclui que a análise dos dados sugere claramente que as condições de saneamento e os hábitos de higiene (ou sua ausência) desempenhavam um papel fundamental na disseminação dos diversos agentes causadores de inúmeras doenças infecciosas que afligiam a população da época.

O segundo texto presente na edição levanta discussões sobre sexualidade e a defesa do livre arbítrio para a escolha de um casal. O redator afirma que o indivíduo, quando possui uma consciência esclarecida, reconhece que ele é incompleto e, então, acha no outro aquilo que lhe falta. Nessa perspectiva, o texto enfatiza que a finalidade do ato sexual, do ponto de vista humano, é promover a realização de uma idealidade na esfera moral. Essa narrativa acerca da moralidade sexual também faz parte das medidas sanitárias. Rabelo (2010) afirma que a depravação sexual era assinalada como uma causa de enfermidades, e que havia uma higienização familiar por meio do casamento e do amor conjugal:

O amor como fortalecimento do vínculo homem/mulher foi introduzido no século XIX através da higienização do casal, fortemente influenciada pelo amor romântico. Mas essa influência tinha seus limites: o discurso higienista era mais pragmático, estando voltado para o sexo. O “amor físico” atendia a vários objetivos higiênicos. Em primeiro lugar, ele impediria o adultério que acarretava na destruição do casamento e péssimo exemplo moral para os filhos. Segundo, eliminaria a busca masculina às prostitutas, evitando o perigo das doenças venéreas e a degeneração da prole. [...] A união do amor higiênico ao amor romântico aconteceu, porque o segundo representava a liberdade de escolha afetiva dos indivíduos contra os interesses do grupo familiar. O amor romântico era um excelente aliado do discurso médico na luta contra os casamentos consanguíneos e entre cônjuges de idades muito diferenciadas. Assim a linguagem romântica dos romances, novelas e folhetins introduzia-se, com seus temas e clichês, no interior dos discursos médicos. (Rabelo, 2010, p. 160).

Observa-se que a família era vista como um ponto fundamental da sociedade civil. O casamento era considerado um princípio essencial de civilização e racionalidade, que distinguia o ser humano dos animais. Rabelo (2010) explica que o amor, no âmbito moral e físico, só poderia acontecer dentro do casamento e entre um casal heterossexual e monogâmico.

4.3 EXPERIÊNCIAS E AVANÇOS CIENTÍFICOS

Acerca desta temática, os textos veiculados na *Secção Scientifica* do jornal *O Publicador Goyano* trazem assuntos voltados para a observação, empirismo e avanços científicos. Ribeiro (1996) destaca que o positivismo dominou o pensamento típico do século XIX, como método e como doutrina:

Como método, embasado na certeza rigorosa dos fatos de experiência como fundamento da construção teórica; como doutrina, apresentando-se. como revelação da própria ciência, ou seja, não apenas regra por meio da qual a ciência chega a descobrir e prever (isto é, saber para prever e agir), mas conteúdo natural de ordem geral que ela mostra junto com os fatos particulares, como caráter universal da realidade, como significado geral da mecânica e da dinâmica do universo. [...] É, pois, no desenvolvimento das ciências naturais que se encontra o caminho a seguir. Pela observação e pela experimentação se irá descobrir as soluções permanentes que ligam os fatos, cuja importância é básica na reforma econômica, política e social da sociedade (Ribeiro, 1996, p. 13).

A partir desta contextualização é possível analisar, de forma evidente, a 13ª edição da edição de interesse deste trabalho. O texto “A suspensão da vida” compara o corpo de um animal a uma máquina de transformar em movimento os alimentos que recebe, fazendo assim uma analogia à recarga elétrica em um equipamento. Em vários pontos do texto, é relatado sobre diversas situações extremas, fornecendo exemplos notáveis de indivíduos que desafiaram as fronteiras convencionais da fisiologia humana, como exemplo, têm-se o Dr. Tanner, que passou quarenta dias sem se alimentar, a não ser água; Liedwine de Schiedam, enferma desde os vinte anos, a qual declarou que não havia se alimentado de nada desde os oito anos; Coronel Townshen, que conseguia parar, por vontade própria, os batimentos do coração; Tais narrativas, excepcionais, são apresentadas ao leitor como exemplos da aplicação do método científico na compreensão e exploração dos limites do corpo humano, os quais reforça a importância da observação e experimentação.

Já a edição número 18 veicula um relato retirado da Revista de Medicina, intitulado como “As experiencias physiologicas sobre o ultimo guilhotinado”. O artigo relata as experiências científicas feitas com o corpo de Gamahut, um homem que morreu na guilhotina, em Paris. Consta que sua família não procurou as autoridades locais para poder lhe enterrar, então, o cadáver foi entregue a um professor de fisiologia chamado Laborde para que pudesse ser feito pesquisas acadêmicas.

O Sr. professor Laborde apenas saindo do cemiterio começou por fazer passar uma corrente electrica na cabeça de Gamahut e lhe assoprou com muita força nas orelhas. Esta experiencia não produziu

nenhuma contracção dos musculos do rosto. A corrente electrica tendo sido augmentada, a bocca se abriu e se fechou. Os medicos fizeram então a transfusao do sangue na cabeça do guilhotinado. Logo nos primeiros jactos, o rosto ficou corado, houve leve contracção dos musculos, e empregando-se então a corrente eléctrica as palpebras pestanejar, depois os olhos se abriram e se fecharam durante quinze a vinte segundos [...] (Secção Scientifica, 1885-f, p. 1).

O relato descreve sobre um dos procedimentos realizados com a cabeça do criminoso guilhotinado. Após o fim das operações, o cérebro e o crânio foram levados para o laboratório de antropologia para que pudessem ser feitos moldes de seus formatos. No dia seguinte, consta no relato, que diversas experiências foram feitas com o corpo e que outros resultados seriam publicados após outros ensaios. Esta foi a primeira vez, na *Secção Scientifica* que há um relato de pesquisa fisiológica. É sabido que o século XIX foi um período de avanço científico e progresso no entendimento das funções do corpo humano, lançando as bases para muitos dos desenvolvimentos subsequentes na fisiologia e na medicina.

A edição seguinte, número 23, também apresenta um texto da Revista de Medicina. Intitulado “Será dolorosa a morte?”, o texto narra sobre o medo da humanidade acerca da morte. Segundo o relato do médico Beardsley, a morte é somente um ato vegetativo e não deveria ser visto pela população com terror, mas com alegria e curiosidade. O texto descreve que o processo de morte do ser humano é indolor e, para isso, utiliza-se de um tom científico, informando que no instante da morte, o corpo está completamente desprovido de força ou atividade fisiológica que poderia desencadear qualquer sensação de dor. Em outras palavras, o autor acredita que, uma vez que o corpo tenha chegado ao seu fim, ele não tem capacidade de gerar dor, uma vez que todos os processos biológicos essenciais cessaram.

Dentro de pouco tempo, sob a acção d’esse veneno, os ganglios sensuais perdem sua irritabilidade e fazer um obstaculo a passagem das correntes nervosas. E’ n’esse momento entao que a morte se estabelece. Durante os progressos d’essa abolição da força nervosa, deve elle sentir uma sensação do descanso analogo à quella que precede o somno, e em um lugar das torturas ou das angustias em que vulgarmente se crê, o individuo deve sentir uma especie de satisfação. (Secção Scientifica, 1885-g, p. 2).

O médico Beardsley reforça seu argumento afirmando que o sentimento de dor não poderia existir neste momento (da morte) pois o corpo não possui mais força alguma para provocar qualquer efeito. Além disso, ele destaca que sua teoria é respaldada pela prática ou pela observação da realidade, e enfatiza que, com base nessa experiência, não deveria haver qualquer sensação de dor no momento da morte.

A edição 38 continua o texto “A natureza e a Sciencia - Propriedades das cousas” - o qual informa que ao observar que uma coisa produz um efeito particular, único, é dado esta é uma propriedade deste objeto de observação, como exemplo, o cheiro do alho, bastante característico. A edição seguinte, número 39, abordou mais um capítulo do referido livro, mas desta vez com o artigo “Objectos artificiaes e naturaes - A natureza”. Neste texto é dito sobre a diferença entre os objetos artificiais - aqueles produzidos a partir da ação humana; e os naturais - que são criados pela natureza.

A edição 51, com o artigo intitulado como “Hygiene - Influencia do alcool na digestão” discorre sobre a ação do álcool na digestão, sendo favorável ao processo digestivo ou não e quais bebidas podem contribuir com este processo. Primeiro, tem-se que bebidas alcoólicas com teor alcoólico entre 20% a 60%, são absolutamente desfavoráveis à digestão quando não diluídas. Para comprovar seu argumento, o texto pontua, de forma científica, sobre as reações químicas que acontecem no corpo humano ao ingerir álcool, informando sobre substâncias químicas e proporções. Além disso, é exposto sobre experiências médicas nos quais foi analisado o conteúdo estomacal de indivíduos após a ingestão de álcool.

A última edição do *O Publicador Goyano* disponível na Hemeroteca Digital Brasileira que veiculou a *Secção Scientifica* é a de número 68, no ano de 1886. O texto é uma tradução de um artigo veiculado no periódico francês *Journal Des Debats* e tem como título “Uma Visita ao Laboratorio do Pasteur”.

Figura 17 - Pasteur em seu laboratório na Escola Normal de Paris no século XIX



Fonte: Revista Pesquisa Fapesp. As ideias de Pasteur em nosso dia a dia. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-ideias-de-pasteur-em-nosso-dia-a-dia/>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

No referido artigo, é abordado sobre uma experiência de visitação e observação de um laboratório de saúde no qual foram realizadas diversas experiências com coelhos em busca de avanços científicos na área da virologia e imunologia. É percebido que o texto não só expõe os assuntos relacionados à saúde, mas explica as origens e os processos das experiências apresentadas.

Todos os dias um certo numero de coelhos são sacrificados para darem a vaccina preservadora. Para apural-a toma-se uma porção de medula de coelho morto, e introduz-se pela abertura eralizada no craneo d'u coelho vivo, pela extraccção d'uma corôa de trepano. Passados sete dias este coelho morre de raiva paralytica como que procedeu. Todos os dias é, pois, necessario sacrificar muitos coelhos para ter em quatidadesufficiente as medulas onde se encontra o virus-remedio. Obtido o material, é necessariopreparal-o; é o que se faz no rez-de-chaussée. Defronte a janella d'um quarto pequeno d'este pavimento está collocadauma mesa vêm-se dez copos tapados com folhas de papel e tendo cada um o seu rotulo. Contêm os virusnecessarios para o tratamento de cada dia; e a sua preparação leva cerca de hora e meia (Secção Scientifica, 1886, nº 68, p. 2).

Como observado, as explicações acerca do conhecimento em saúde são marcadas por meio da experiência e observação direta para a coleta de

evidências. No decorrer do texto, é informado sobre as experiências feitas com o vírus em humanos, sendo que no dia do relato, cerca de setenta pessoas foram chamadas por Pasteur, fazendo isso todos os dias há cinco meses.

4.4 LEITORES DIALOGAM SOBRE SAÚDE PÚBLICA

Ao filtrar a expressão “saúde pública” para rastrear conteúdos relacionados ao assunto além do que já foi visto na *Secção Scientifica*, foram encontradas oito ocorrências nas edições disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, sendo que a maioria é de cartas enviadas por leitores do periódico.

A primeira ocorrência se dá na edição número 35, em 24 de outubro de 1885. O texto, assinado por La Voix, da seção *Collaboração*, discorre sobre o aumento do número de mortes com a chegada da estação chuvosa.

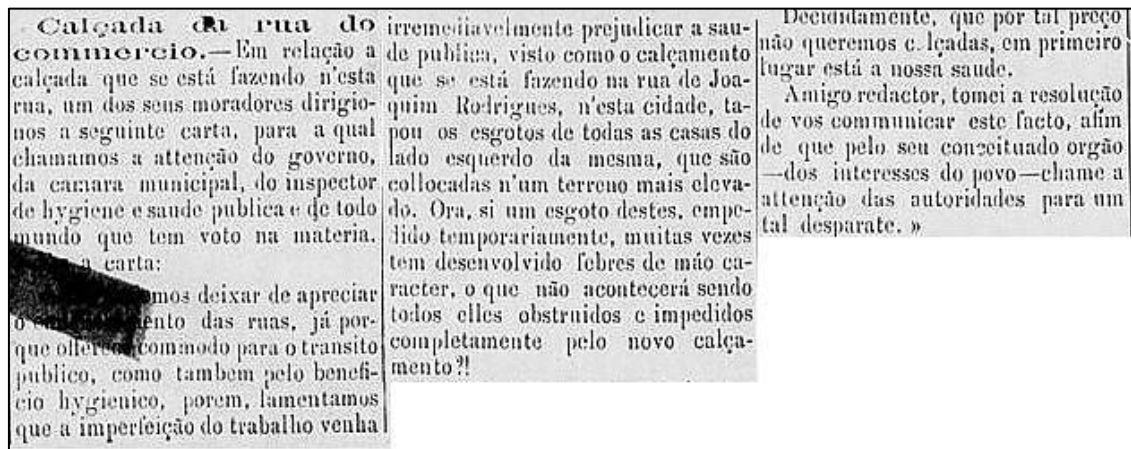
O mez de Outubro é para nós a epoca do anno mais perigosa, pois durante o seu percurso augmenta consideravelmente o obituário da capital. E porque? Necessariamente porque as regras de hygiene não são strictamente observadas; as primeiras chuvas nos sorprendem cercados de lixos, que, entrando no seu periodo de decomposição, evaporão substancias venenosas, mais subteis que o ar e nós respiramos (*Collaboração*, nº 35, 1885, p.2).

O tema é preocupante ao leitor pois este o enxerga como uma ameaça à saúde pública da população. Além disso, no decorrer do texto, La Voix critica o estado de inércia da população, a qual, segundo ele, é indiferente ao assunto. Segundo Magalhães (2005), até o final do século XIX, a medicina era dominada pela teoria miasmática, que postulava que surtos epidêmicos de doenças infecciosas eram causados pelo ambiente. Acreditava-se que as condições sanitárias precárias geravam um estado atmosférico propício ao surgimento de doenças. Isso levou ao desenvolvimento de uma mentalidade preventiva que orientou as ações de saúde pública. Neste cenário, observou-se que certos tipos de enfermidades eram mais comuns, e várias epidemias e doenças contagiosas surgiam devido à falta de higiene, alimentação deficiente, saneamento inadequado e, em alguns casos, condições climáticas locais. Consequentemente, os higienistas se esforçaram desde cedo para estabelecer práticas que garantissem a salubridade do ambiente.

Em continuidade ao texto de La Voix, o autor afirma que “[...] quanto mais ingrato for o clima de um paiz, tanto mais devem os seus habitantes trabalhar pela saude publica; ora, o do nosso por sua natureza é insalubre, o solo humido” (La Voix, nº 35, 1885, p.2). Neste contexto, Magalhães (2005), afirma que somente nos anos de 1830, mais de um século depois de fundação do antigo arraial de San’Anna, com a Leis das atribuições das câmaras (1828) e as Posturas Municipais de Goiás (1830) que os administradores da cidade começaram a organizar o espaço urbano em prol de um local mais saudável, com arborização das praças, canalização das águas dos chafarizes e proibição de circulação de animais que pastavam livremente pelas ruas.

Em 22 de maio de 1886, na edição número 65, um leitor não identificado, enviou uma carta ao periódico, considerando que o jornal se colocava como o “Órgão de interesses do povo”, reclamando de uma calçada que fazendo na rua de Joaquim Rodrigues, conhecida como rua do comércio, a qual obstruiu os esgotos das casas vizinhas.

Figura 18 - Carta enviada por leitor reclama de obstrução de esgoto por construção de calçada



Fonte: Jornal *O Publicador Goyano*, ano II, n. 65, 22 maio 1886, p. 2.

O trecho demonstra a preocupação com a saúde pública e a importância do esgoto, visto que a responsabilidade pelas medidas sanitárias domésticas cabia a cada morador individualmente (Magalhães, 2005). Bertolli (2000) afirma que “a fragilidade das medidas sanitárias levava a população a lutar por conta própria contra as doenças e a morte”. Segundo o autor, a fase imperial do

Brasil encerrou-se com graves problemas relacionados à saúde pública coletiva.

Tentativas foram feitas, mas sem os efeitos desejados. Significativamente, Dom Pedro II é sempre lembrado como o monarca que incentivou as pesquisas científicas, premiando os intelectuais que se destacavam no Brasil e mesmo no exterior. O imperador foi muito elogiado pela imprensa estrangeira em 1886, por ter doado uma expressiva quantia à França, para que lá fosse montado um sofisticado laboratório de pesquisas das doenças tidas como males típicos das regiões tropicais. Apesar disso, no final do Segundo Reinado, o Brasil mantinha a fama de ser um dos países mais insalubres do planeta. Era comum aconselhar aos viajantes europeus que evitassem visitar os portos nacionais (Bertolli, 2000, p. 10-11).

Neste contexto, Magalhães (2005) destaca que a urgência de implementar saneamento na capital se tornou evidente a partir de 1890, quando febres de “mau caráter” e a influenza vitimaram muitas pessoas na capital e nos interiores goianos. A autora afirma que, diariamente, essas doenças chegaram a ceifar até oito vidas, uma taxa de mortalidade considerável para uma pequena localidade que abrigava cerca de dez mil habitantes.

Em 5 de março de 1887, na edição número 106, na Secção Editorial do *O Publicador Goyano*, foi veiculado uma cópia de um texto do publicado no jornal *A Província de Matto-Grosso* sobre a chegada da cholera-morbus nas povoações de Cuyabá. Além da doença em si, a preocupação se dava também com a escassez de gêneros alimentícios necessários para o consumo da cidade ou da população mais pobre. O artigo foi publicado, segundo o editor do *O Publicador Goyano*, sob a justificativa de que naquela cidade, “o inspetor de saude publica, auxiliado pela policia tem sido incansavel em promover a limpeza da cidade. Em referencia as providencias tomadas pelo presidente da provincia, copiamos o texto e o que diz o citado jornal” (Secção Editorial, 1887, nº 106, p.1).

De acordo com Magalhães (2005), nos primeiros anos de colonização do território goiano, o fornecimento de alimentos era um dos principais desafios enfrentados devido à natureza nômade das populações que seguiam as novas descobertas de minérios. Segundo a autora, assim como ocorreu nas áreas de mineração em Minas Gerais e Mato Grosso, as crises de escassez de alimentos eram agravadas pela falta de cultivos, devido à concentração de mão

de obra na mineração, tornando-se uma questão persistente nos primeiros anos da colonização, pois como não existia interesse nas atividades agropecuárias, os pioneiros buscaram fornecedores para suprir suas necessidades básicas e, até mesmo, artigos de luxos. A pesquisadora explica que neste período Goiás tinha uma vida extremamente precária, mesmo tendo comerciantes de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro para atender a demanda de produtos, pois as condições de transporte e dos caminhos até a capitania eram péssimas, piorando pelas inundações. Magalhães (2005) pontua que havia especulações de mercadorias pelos atravessadores, que compravam os produtos dos tropeiros ou de agricultores para revendê-los depois aos moradores das vilas e regiões próximas. Essas pessoas estocavam as mercadorias para forçar a alta dos preços. Essa preocupação é abordada, quase um século depois, no texto publicado no periódico:

Consta que o Sr presidente da provincia abriu um credito de 100 contos, á verba-socorro publicos, pelo ministerio do imperio. Com esta medida tem S. Ex. os meios de obter os generos alimenticios necessarios para o consumo da cidade ou da população mais pobre, que de outro modo ficaria exposta á ganancia deshumana dos desalmados, que nao tem escrupulos de especular com o infortunio de seus semelhantes, como existem alguns entre nós. [...] É provável que este expediente nos livre da penuria de que estamos ameaçados fazendo com que os principais artigos alimenticios, como o feijão, arroz, farinha e toucinho, que já estão-se vendendo por altos preços não fiquem fora do alcance dos mais pobres. A carne verde e a secca não tem faltado; apenas o seu preço elevou-se um pouco mais ordinario (Secção Editorial, 1887, nº 106, p.1).

Magalhães (2005) afirma que embora tenham sido empreendidas ações administrativas que, em certa medida, tiveram algum efeito, essas medidas provaram ser insuficientes para lidar com as recorrentes crises de abastecimento de alimentos em Goiás ao longo dos anos oitocentistas. Segundo a autora, a análise da documentação disponível revela que a escassez, os altos preços e, ocasionalmente, a fome evidente eram problemas crônicos que afligiam constantemente a sociedade da região. A atividade dos atravessadores, as variações climáticas sazonais, a falta de incentivo à agricultura, a escassez de técnicas apropriadas, a mão de obra limitada, os impostos elevados e as dificuldades no comércio e transporte são fatores interligados que contribuíram para explicar essa dura realidade. Todos estes

pontos se desdobraram em uma carência alimentar, baseada em milho, mandioca, arroz, feijão, carne-seca, temperada com pouquíssimo sal, que provocou a disseminação de doenças entre a população, principalmente as nutricionais.

A sexta ocorrência do termo “saúde pública” se dá na edição 113, no dia 5 de abril de 1887, na *Secção Noticiosa*. Foi informado que foi aprovado pelo Governo o parecer do Conselho Superior de Saúde Pública que o comércio de carnes entre o Brasil e o Rio da Prata, litoral extremo sul da América, só será restabelecido depois de três meses após declaração oficial de extinção da cólera²¹ nas repúblicas vizinhas. Magalhães (2005) afirma que embora existam referências a doença em alguns registros de óbito nos mapas do Hospital São Pedro de Alcântara, parece que seus impactos foram relativamente limitados na província, visto que, a doença era tão comum que era classificada como disenteria, não exigindo cuidados médicos significativos, apesar de ser considerada muito dolorosa e grave.

A sétima ocorrência também se refere a cólera e a importação do charque (carne-seca). O artigo, publicado na *Secção Editorial* em 16 de junho de 1887 afirmava que o charque platino era um alimento nocivo à saúde pública, considerado como um meio de transmissão da cólera. Esse tipo de carne era bastante utilizado na alimentação dos escravos e da população pobre. Produzido pelo Uruguai e Argentina, a carne era comercializada nas províncias brasileiras sob impostos muito baixos. Em 1887 ocorreu a Convenção Sanitária, realizada pelo Império do Brasil e pelas repúblicas da Argentina e do Uruguai, sendo elaborado pelo governo brasileiro um acordo sanitário com medidas proibitivas em relação ao comércio diante do surgimento de epidemias de cólera nas cidades de Montevideu e Buenos Aires. Na ocasião, o Brasil proibiu a importação das carnes argentinas ou orientais, causando um grande impacto no comércio platino, visto que o Brasil era um dos seus principais importadores (Chaves, 2008).

²¹ Cólera-morbo é uma doença infecciosa aguda, geralmente epidêmica, marcada por intensa diarreia aquosa, câibras, prostração e anúria. Ela é causada pela *Vibrio cholerae*, que se transmite especialmente pela água (Cólera, Ministério da Saúde, 2024, disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/colera#:~:text=A%20c%C3%B3lera%20%C3%A9%20uma%20doen%C3%A7a,assintom%C3%A1tica%20ou%20causa%20diarreia%20leve>. Acesso em 5 maio 2024.

A última ocorrência, datada de 24 de dezembro de 1887 (edição número 148) não se refere à temática de saúde pública, apesar de conter o termo. O artigo, publicado na Secção Editorial, discute sobre a falsificação de vinhos no Rio de Janeiro, capital do Império.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os temas abordados na *Secção Scientifica* do jornal *O Publicador Goyano*, é identificado que a referida editoria abordava, principalmente, temas relacionados à saúde e educação, sendo a narrativa trazida constituída para uma tentativa de popularização da ciência e promoção de debates para a “civilização” da população. Conforme observado, os assuntos veiculados na seção eram reflexos do que estava circulando pelo resto do Brasil e, mesmo considerando que houve em Goiás uma instalação tardia da imprensa, a autora acredita que os debates veiculados conseguiram, de certa forma, acompanhar o que estava em voga nos grandes centros urbanos.

É interessante observar que, conforme levantamento de Borges e Barbosa (2024), no final do século XIX havia no território goiano quase 60 periódicos, alguns com abrangência nacional, sendo este um saldo bastante positivo, visto que o aumento se deu em menos de 50 anos desde a publicação do primeiro jornal, *A Matutina Meiapontense*, um período considerado curto. A imprensa em Goiás sempre esteve atrelada aos interesses políticos, seu próprio nascimento é um reflexo disto e, visto que a primeira tipografia chegou em Goiás por recursos próprios, após negativa do Governo Imperial.

É possível afirmar que, caso não houvesse a ousadia do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, com a compra da primeira tipografia, Goiás poderia ter continuado em isolamento simbólico, visto que o território passava pelo período da decadência do ouro e era considerado pelo Império como um “peso”. A partir deste pontapé, temas pertinentes à província começaram a ser veiculados no periódico, servindo este como um órgão de comunicação oficial do governo. Vale a reflexão de que o surgimento de outros jornais não se dá por acaso, principalmente por considerar o escopo político e a própria quantidade de veículos, alguns, inclusive, com abrangência nacional, como a revista *A Informação Goyana*. Foi colocado como exemplo neste trabalho, um trecho do editorial da Revista do Rio de Janeiro sobre o objetivo de sua veiculação, sendo esta defendida como um meio eficaz de favorecer a instrução e o progresso, prestando um valioso serviço com a difusão das luzes e a “vulgarização” das ciências. A mesma narrativa presente nesta revista, de

grande alcance, é observada nos jornais goianos, principalmente no de interesse deste trabalho.

Essa aplicabilidade da ciência pôde ser dividida no *O Publicador Goyano* sob três temas, sendo eles “Positivismo, Educação e Saúde”; “Novos hábitos de higiene” e “Experiências e avanços científicos”. Entende-se que os assuntos carregam o escopo positivista como um todo, contudo, a divisão, relativa ao primeiro tema foi necessária para abordar assuntos que tivessem um caráter mais próximo da educação científica. As oito edições dentro deste arcabouço carregam em suas narrativas o teor de legitimação sob justificativas atreladas a valores (educação e família), virtudes, libertação do mal e seguridade do bem. Mesmo apresentando instruções que deveriam ser seguidas, elas não possuíam um caráter repressivo, como se fossem impostas, por exemplo, pelo Estado, mas eram apresentadas com a promessa de alguma recompensa, como alcançar a “excelência” da sociedade. Esse “bem-estar” social era definido sob vários olhares: a partir da educação intelectual em bases sólidas; do corpo em exercício; da boa higiene e do espírito com uma educação moral. Era afirmado, inclusive, que os filhos deveriam ter essa educação, para que as próximas gerações fossem melhores, sendo os pais “arquitetos” do futuro. Aos que não tinham este conhecimento ou “desinteressados” no assunto, eram apontados como ignorantes e culpados pela própria miséria.

Apesar da defesa pela popularização da ciência, é observado que em alguns trechos a narrativa aparece com muita robustez e carregada de termos científicos, sobretudo porque a maioria dos textos são traduções europeias. Se o periódico fosse um jornal exclusivamente científico, ou seja, com um público-alvo direcionado a classe médica, por exemplo, faria sentido a explicação detalhada de processos fisiológicos, como foi observada em uma das seções, contudo, não era este o objetivo do jornal. Além disso, havia também uma despreocupação com a continuidade de alguns textos, sendo observado que muitas vezes eles começavam em uma seção e, na seção seguinte, havia outro assunto. Isso pode inferir que a editoria poderia não ser relevante ao editor do periódico. Outro ponto que fortalece a hipótese é o fato de que a partir do segundo ano do *O Publicador Goyano*, a *Secção Scientifica* é descontinuada, sem nenhuma justificativa ao leitor.

A temática pertinente aos Novos Hábitos de Higiene se relaciona com a instituição do sanitarismo no território goiano, o qual tinha por finalidade esvaziar e purificar o espaço público, atrelado a interesses econômicos e políticos. Nesta ótica, saúde era definida como a ausência de doenças, e qualquer pré-disposição “mórbida” deveria ser controlada, ou seja, defendia-se o melhoramento genético da população, havendo um desequilíbrio populacional entre “inferiores” e “superiores”. Alguns textos eram como se fossem “manuais” do bem-estar, pois “ensinavam” que para se ter saúde era preciso viver sob um ar puro, se alimentar corretamente, se exercitar e ter educação.

É observado por Moraes (1995) que o intuito era de disciplina e instituição de novas relações sociais, sempre renegando o pobre, fato este observado pela narrativa de que as doenças decorriam, também, das péssimas condições de saneamento, alimentação e higiene. Essa estruturação vai de encontro com Rabelo (2010) que afirma que as medidas implementadas pelo Governo tinham como objetivo embelezar a cidade e assegurar o controle, a salubridade e a ordem nas cidades, narrativas presentes no periódico analisado.

Os textos relacionados à temática de Experiências e Avanços Científicos são a maioria. É recorrente a descrição detalhada de experiências médicas, de situações extremas que desafiam a capacidade física do ser humano e reflexões sobre a morte e dor. Infere-se, pela quantidade de textos acerca do tema, que era algo bem aceito ao leitor.

Moreira e Massarani (2002) afirmam que entre os anos de 1850 e 1880 houve um crescimento no Brasil de periódicos relacionados à ciência e que esse movimento não estava somente nos jornais, mas se manifestava também a partir de eventos, como conferências públicas sobre ciências, criação de museus e expedições, refletindo um interesse crescente na disseminação do conhecimento científico.

Um apontamento curioso identificado sobre as expedições é que Moreira e Massarani (2002) afirmam que, mesmo que os eventos fossem realizados somente nos grandes centros, os lugares mais remotos recebiam a presença de expedicionários e estes, ao interagirem com a população local, faziam

despertar o interesse pelo conhecimento, fato encontrado a partir de manuscritos dos viajantes, inclusive em Goiás.

Foi observado que havia uma comunicação entre os leitores do periódico e o jornal, sendo esta realizada por meio de cartas. Foram encontradas oito ocorrências, as quais discorreram sobre o aumento das mortes com a chegada das chuvas; a falta de saneamento básico (esgoto, proliferação de doenças e limpeza das ruas) e escassez de gêneros alimentícios. As cartas criticam os hábitos de higiene das pessoas, afirmando até mesmo que a população vivia em completa inércia em relação à salubridade pública.

Pode-se perceber a relevância do jornal *O Publicador Goyano* na sociedade ao se deparar com uma carta que visa chamar a atenção das autoridades para problemas relacionados à construção de uma rua. A preocupação do remetente consistia no fato de que a construção pode obstruir os esgotos das casas vizinhas e, ao considerar o periódico como um “órgão de interesses do povo”, conforme o cabeçalho do jornal, este teria prestígio e influência política na sociedade para que pudesse chamar a atenção do Governo para o problema. De acordo com Magalhães (2005), na época, existia uma urgência na implementação do saneamento, pois a mortalidade era alta, chegando até oito mortes diárias.

Em relação à escassez de alimentos, é observado, tanto pelo levantamento bibliográfico, quanto pela pesquisa documental, que este era um dos principais desafios enfrentados pela população, pois Goiás não possuía agropecuária estabelecida e o território, por ser isolado geograficamente, também não facilitava o acesso para comerciantes, visto que as condições de transportes eram ruins. Além disso, é levantado no periódico que muitos comerciantes locais estocavam produtos para depois conseguirem revendê-los com preços mais altos. A falta de alimento ou a alimentação precária tinham vários fatores interligados, sendo então, difícil de ser superada.

A análise da *Secção Scientifica* do jornal *O Publicador Goyano* proporcionou identificar o quão a história da imprensa está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de uma população, bem como com o debate público presente nesta sociedade. Ressalta-se que o jornal teve uma vida longa, ao comparar com outros periódicos do mesmo período, deduzindo que ele tenha

sido relevante para as discussões da época, estando alinhado com os debates em curso no Brasil. O papel da seção de interesse deste estudo, na popularização da ciência e nas normativas de novos hábitos de higiene e saúde, se dava pela tentativa de instituir novas relações entre as pessoas e disciplinar a sociedade, mesmo que essas narrativas fossem permeadas por interesses econômicos e sociais.

A escrita desta dissertação proporcionou uma visão abrangente acerca das narrativas sobre saúde pública presente na sociedade oitocentista goiana. No entanto, é importante ressaltar que ainda há muito a ser explorado neste campo, especialmente em relação aos periódicos como fontes primárias e a própria difusão da ciência. Futuras pesquisas podem se aprofundar a analisar não só o papel da imprensa na divulgação do pensamento científico, mas também a influência de instituições, grupos ou famílias que atuaram na difusão do pensamento científico, desenvolvimento da educação e melhorias na saúde. Dessa forma, este trabalho abre caminho para que novas pesquisas possam enriquecer o campo da historiografia da imprensa goiana.

REFERÊNCIAS

AO PUBLICO. Secção Editorial. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 1, nº1, 25 fev 1885.

AZEVEDO, C. M. M. Maçonaria: história e historiografia. **Revista USP**, n. 32, p. 178-189, 1996.

BARBOSA, M. Meios de Comunicação e História: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). **Mídia e Memória: A produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

BARBOSA, M. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 01, p. 07-26, abr./ jul., 2016.

BARBOSA, M. Senhores da Memória. **Intercom: Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, Vol. XVIII, nº 2, p. 84-101, 1995.

BARBOSA, M. Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 41, p. 21-36, 2018.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **D.E.L.T.A.**, 31-especial, 2015, p. 97-126. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/Y8HLKnQRjQs8ZpdHjQY4fqH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BERTOLLI, C. Cinco séculos de enfermidades. **Ciência Hoje**, vol.28, n. 165, p. 34-41, 2000.

BOARINI, M. L. Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil. In: **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. 2003. p. 216-216.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo científico: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, 1996, 12: 153-165.

BORGES, R. **O nascimento de Goiás**. Goiânia: Jornal O Popular, 2020. Ebook. Matéria originalmente publicada na edição do jornal O POPULAR entre os dias 21 de março e 11 de abril de 2020.

BORGES, R. M. R. **Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras:** discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado. 2013. 420 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

BORGES, R. M. R.; BARBOSA, M. C. B. **História Cultural da Imprensa Goiana no Século XIX.** Goiânia: Cegraf UFG, 2024.

BORGES, R. M. R.; LIMA, A. P. História da Imprensa Goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica. Dossiê 200 anos da Imprensa no Brasil: **Revista UFG**, Goiânia, Ano X, no 5, p. 68-87, dez. 2008.

CHAUI, M. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación:** Revista latinoamericana de Ciências Sociales, Buenos Aires, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

CHAVES, C. L. Entre Montevideu e Rio de Janeiro: redes de conhecimento médico e epidemias na segunda metade do século XIX. **Revista eletrônica da ANPHLAC**, n.13, p. 37-59, jul./dez. 2012.

COLUSSI, E. L. A maçonaria brasileira e a defesa do ensino laico (século XIX). **Hist. Ensino**, Londrina, v.6, p. 47-56, out. 2000.

ELOGIO. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 2, nº27, 19 maio 1885

FAUSTINO, R. C.; GASPARIN, J. L. A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história. **Acta Scientiarum**, Maringá, 23(1), p. 157-166, 2001.

FLORAMBEL, Floriano. Colaboração. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 2, nº1, 25 fev 1885-b

FLORAMBEL, Floriano. Secção Litteraria. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 4, nº20, 11 jun 1885-a

FREITAS, W.; JABBOUR, C. Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Revista Estudo & Debate**, v. 18, n. 2, 2011.

GALVÃO, M. C. B. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. **Fundamentos de Epidemiologia**, Barueri: Manole, 2011. Disponível em: http://www2.eerp.usp.br/nepien/disponibilizararquivos/levantamento_bibliografico_cristianegalv.pdf. Acesso em 20 jan. 2023.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**(L. L. Schaffter, Trad.). São Paulo: Vértice, 1990.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

HJARVARD, S. Introdução – da mediação à midiatização. Midiatização – uma nova perspectiva teórica. In: **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014. (p. 13-72)

IMPrensa. Colaboração. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 2, nº1, 25 fev 1885

JOSÉ. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 2, nº232, 11 ago 1889-a

JOSÉ. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 3, nº232, 11 ago 1889-b

JÚNIOR, J. R. **O que é positivismo**. Editora Brasiliense, 1984.

KRIPKA, R. *et al.* Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.

LA VOIX. Colaboração. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 2, nº1, 25 fev 1885

LARINDO, A. M. **José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889): trajetória de um afrodescendente na província de Goiás no século XIX**. 2017.

M.F.A. Secção Científica. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 1, nº6, 4 abr 1885

MAGALHÃES, S. M. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2004.

MAGALHAES, S. M. Batalha contra o charlatanismo: institucionalização da medicina científica na província de Goiás. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1095- 1109, 2011.

MAGALHÃES, S. M. O cenário nosológico de Goiás no século XIX. **Varia Historia**, v. 21, p. 456-473, 2005

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisa no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, 2008.

MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 02, p. 289-300, 2004.

MARTINS, L. A. P.; MARTINS, Roberto de A. Os miasmas e a teoria microbiana das doenças. **Scientific American Brasil** [Série História], n. 6, p. 68-73, 2006.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(3):621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/>. Acesso em 18 jan. 2023.

MORAES, C. C. P. **As estratégias de purificação dos espaços na capital da província de Goiás (1835-1843)**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995

MOREIRA, I. C.; MASSARANI, L. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil, v. 1, p. 43-64. Editora, 2002.

MOTTA, L. G.; COSTA, G. B.; LIMA, J. A. (2005). **Notícia e construção de sentidos**: análise da narrativa jornalística, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 27, n. 2, p.____, jul/dez 2004.

MURICY, K. **A razão cética**: Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NALLI, M. A. G. Antropologia e segregação eugênica: uma leitura das lições de eugenia de Renato Kehl. **Higiene e Raça como Projetos**: Higienismo e Eugenismo no Brasil. Maringá, Ed UEM, 2003.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, 10, 1993, (p. 7-28)

NUNES, Barbosa. Historia da Loja Maçônica Asilo da Razão. In: **Loja Maçônica Luz no Horizonte nº 2038**. Disponível em: <https://www.masonic.com.br/lojas/0167.html>. Acesso em 5 maio 2024.

PADULA, A. E. M. **Claude Bernard**: fisiologia e filosofia. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

PARADA, M. B. A. Cultura cívica e memória no Estado Novo brasileiro. **Diálogos**-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 13, n. 2, p. 401-412, 2009.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012. DOI: 10.20396/rdbci.v10i1.1896.

PROGRAMMA. Secção Editorial. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 1, nº1, 25 fev 1885

RABELO, D. **A normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás, 1822-1889.** Goiânia: Cegraf UFG, 2010.

RÜDIGER, F. **Literatura de autoajuda e individualismo:** contribuição ao estudo da subjetividade na cultura de massas. 2. ed. Porto Alegre: Editora Gattopardo, 2010.

SANT'ANNA, T. F. Os abolicionismos na cidade de Goiás: pluralidades e singularidades nos anos 1880. **Élisée:** Revista de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, p. 92-107, 2013

SECÇÃO EDITORIAL. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 1, nº1, 25 fev 1885

SECÇÃO EDITORIAL. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 1, nº106, 5 mar 1887

SECÇÃO SCIENTIFICA. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 1, nº18, 27 jun 1885-f

SECÇÃO SCIENTIFICA. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 1, nº2, 7 mar 1885-b

SECÇÃO SCIENTIFICA. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 1, nº7, 14 abr 1885-e

SECÇÃO SCIENTIFICA. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 1-2, nº4, 28 mar 1885-d

SECÇÃO SCIENTIFICA. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 2, nº1, 25 fev 1885-a

SECÇÃO SCIENTIFICA. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 2, nº23, 2 ago 1885-g

SECÇÃO SCIENTIFICA. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 2, nº3, 14 mar 1885-c

SECÇÃO SCIENTIFICA. In: **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 2-3, nº68, 12 jun 1886

SILVERSTONE, R. A textura da experiência; Mediação. In: **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002. (p. 11-43)

SOUZA, K. M. **A Cooperativa de Jornalistas de Goiás – Projornal (1978-1988):** [manuscrito]: narrativas de memórias midiáticas e culturais. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia, 2022.

THOMPSON, J. B. Comunicação e contexto social. In: A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: **Vozes**, 1998. (p. 19-46)

THOMPSON, J. B. O conceito de cultura. In: **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (p. 165-215)

TUZZO, S. A.; BRAGA, C. F. Processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 4, n.5, p. 140-158, ago. 2016. Acesso em 18 jan. 2023.

YIN, R. K. **Estudos de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001

ZELLOSA, R. Correspondencia. In: **A Matutina Meiapontense**, Meia Ponte, nº 98, 13 nov., p. 3-4, 1830.